



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 137 - QUINTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT-AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL-PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  <b>1ª</b> - Serys Shhessarenko – PT-MT  <b>2º</b> - Papaléo Paes – PSDB-AP  <b>3º</b> - Alvaro Dias – PSDB-PR  <b>4º</b> - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p><b>MAIORIA (PMDB) – 20</b></p> <p><b>LÍDER</b> Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 20</b> Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</b></p> <p><b>LÍDER</b> Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p><b>LÍDER DO PT – 11</b> Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</b></p> <p><b>LÍDER</b> Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 16</b> Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PRB– 2</b> Marcelo Crivella</p>	<p><b>LÍDER DO PTB – 5</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloísa Helena</p>	<p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)**

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 129ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE AGOSTO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Comunicação da Presidência

A primeira hora da sessão será dedicada a homenagear o XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, iniciado hoje, em Brasília, estendendo-se até o dia 12 do corrente (Requerimento nº 657, de 2006). 26436

#### 1.2.2 – Oradores

Senador Flávio Arns ..... 26436

Senadora Íris de Araújo ..... 26438

Senador Eduardo Azeredo ..... 26440

#### 1.2.3 – Suspensa à sessão às 15:01min e reaberta às 15:10min.

#### – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui, no ensino fundamental e médio, o componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania. .... 26442

Recebimento do Recurso nº 12, de 2006, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o “Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)”. Abertura do prazo cinco dias úteis para recebimento de emendas. .... 26442

#### 1.2.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 210, de 2006 (nº 663/2006, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2006 (nº 6.864/2002, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca” o aeroporto da cidade de Santarém – PA, sancionado e transformado na Lei nº 11.338, de 3 de agosto de 2006. .... 26443

Nº 211, de 2006 (nº 664/2006, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2006 (nº 953/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Biomédico, sancionado e transformado na Lei nº 11.339, de 3 de agosto de 2006. .... 26443

#### 1.2.6 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 194/2006, de 28 de julho último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 349, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. .... 26443

Nº 198/2006, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 553, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. .... 26443

#### 1.2.7 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 78/2006, de 2 do corrente, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 674, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. .... 26444

#### 1.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País. .... 26444

#### 1.2.9 – Pareceres

Nº 1.034, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição. .... 26445

Nº 1.035, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2-Plen, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, conferindo

efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências. .... 26448

Nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971..... 26450

#### 1.2.10 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente..... 26458

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente..... 26458

#### 1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO – Considerações sobre a proposta do Presidente Lula de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte para realizar a reforma política..... 26458

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – A situação da economia da Paraíba. Perspectivas para a produção de petróleo na Paraíba. .... 26460

SENADOR MARCO MACIEL – A redistribuição de renda pelo Estado. Importância dos benefícios previdenciários para a redução da pobreza no Brasil..... 26462

SENADOR ALVARO DIAS – Preocupação com o baixo crescimento econômico do Brasil. O lançamento hoje, no Senado Federal, do livro Reforma Política no Brasil. .... 26464

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Considerações sobre entrevista que o Presidente Lula concederá à Rede Globo de Televisão. Comentários à matéria do jornal **O Globo**, intitulada “São Paulo mantém indulto a 11 mil presos, apesar de atentados”. Críticas a proposta do Presidente Lula de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte para realizar a reforma política. Oferecimento, pelo Ministério Público, de denúncia contra 11 dirigentes e ex-dirigentes do Banco Rural, no caso de empréstimo ao Partido dos Trabalhadores. .... 26464

#### 1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 907, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona..... 26467

#### 1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MARCOS GUERRA – A revisão, pretendida pelo governo federal, dos índices de produtividade da terra para fins de reforma agrária.... 26467

SENADOR EDUARDO AZEREDO – A precariedade da malha viária do país. Necessidade de duplicação da rodovia BR-262. .... 26468

SENADOR CÉSAR BORGES – Parabeniza a Senadora Heloísa Helena pelo bom desempenho na entrevista concedida ontem, ao **Jornal Nacional** da Rede Globo. Elogios às propostas do candidato Geraldo Alckimin para o Nordeste do país. .... 26471

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Defesa de uma reforma tributária e da aprovação de proposta de emenda constitucional que institui o “Imposto Cidadão”, popularmente batizado de “Imposto Único”. Apresentação de requerimento de homenagem ao Dia do Corretor. .... 26492

SENADOR JOSÉ JORGE – Protesta contra exclusão das bacias marítimas dos Estados de Pernambuco e Paraíba, da 8ª rodada de licitação da Agência Nacional do Petróleo-ANP..... 26494

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Considerações sobre as divergências políticas na questão da segurança do Estado de São Paulo. Acirramento do processo eleitoral. .... 26507

SENADOR NEY SUASSUNA – Encaminha documentos à CPMI dos Sanguessugas, para comprovação de sua inocência..... 26508

SENADOR ROMEU TUMA – Apelo pela celeridade no encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro da Justiça, sobre declarações do Secretário de Segurança do Estado e São Paulo, Sr. Saulo Abreu Filho, acusando o governo federal de descaso com a segurança pública daquele Estado. Comunica o encaminhamento, para as providências cabíveis, ao Procurador-Geral da República, à Polícia Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coafi), de documentação recebida da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Amazonas, contendo denúncias de corrupção envolvendo algumas empreiteiras. .... 26514

SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com os episódios de corrupção ocorridos em Rondônia, envolvendo dirigentes dos Três Poderes constituídos. .... 26516

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao governo federal, no trato da questão da segurança pública do Estado de São Paulo. .... 26517

SENADORA HELOÍSA HELENA – Defesa da elaboração de um Orçamento transparente e a garantia de sua execução impositiva, para diminuir a corrupção pública. .... 26520

#### 1.2.14 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado “*Constituinte golpista*”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 9 do corrente. Registro da matéria intitulada “*Dados de investimentos do governo são inflados*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 de julho do corrente..... 26524

SENADOR FLÁVIO ARNS – A Pastoral da Criança e o programa “Criança Esperança”.....	26527
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da capa da revista <b>Veja</b> , edição de 26 de julho do corrente, intitulada “ <i>A lista da vergonha</i> ”. ...	26527
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “ <i>Assessor da Saúde é apontado como ‘contato’ de esquema</i> ”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 2 do corrente. ....	26529
SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários ao artigo intitulado “ <i>Manual Lula de pobreza</i> ”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 30 de junho do corrente.....	26530
<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>	
<b>2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 09/08/2006</b>	
<b>3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL</b>	
Nº 187, de 2006 .....	26531
<b>4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>	
Nºs 1.599 a 1.622, de 2006. ....	26532

SENADO FEDERAL

- 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**
- 52ª LEGISLATURA**
- 6 – SECRETARIA DE COMISSÕES**
- 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**
- 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**
- 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
- 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
- 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**
- 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

- 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**
- 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**
- 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

## Ata da 129ª Sessão não Deliberativa, em 9 de Agosto de 2006

4ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Paulo Octávio, Álvaro Dias,  
Flávio Arns, Marcos Guerra e Romeu Tuma*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A primeira hora da presente sessão será dedicada a homenagear o XII Congresso Internacional de Equoterapia e *Workshop*, a realizar-se em Brasília no período de 9 a 12 de agosto do corrente ano, de acordo com o Requerimento nº 657, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns e outros Srs. Senadores.

Convido a compor a Mesa a Srª Gundula Hauser, Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, e o Coronel Lélío de Castro Cirilo, Presidente da Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil).

O primeiro orador inscrito é o Senador Flávio Arns, autor do requerimento, a quem concedo a palavra.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, do meu Estado do Paraná; Exmº Sr. Embaixador da República da Áustria, Werner Brandstetter; Exmº Sr. Embaixador da República da Guiné Equatorial, Teodoro Biyogo; Exmº Sr. Embaixador da República da Sérvia, Dusan Gajic; Exmº Sr. Embaixador da República da Tunísia, Ridha Chiaabani; Exmªs Srªs Senadoras; Exmºs Srs. Senadores; Exmº Sr. Secretário-Geral da Ande-Brasil, General Pedro Carvalho; Exmª Srª Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leila Esteves; Exmª Srª Procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Maria de Lourdes Abreu; membros do corpo diplomático; Ilmº Sr. Presidente da Associação Australiana de Equoterapia, Philip Walliker; Ilmª Srª Vice-Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, Mare Theresa Kuypers; Ilmº Sr. Vice-Presidente da Ande-Brasil, Coronel Carlos Dornelles Passamani; Ilmª Srª Pedagoga e Fundadora da Ande-Brasil, Professora Teresa Cristina; Ilmº Sr. Diretor do Centro Básico de Equoterapia, Professor Vi-

nicius Antunes; Ilmª Srª Presidente da Associação dos Amigos da Saúde Mental, Flora Lúcia Arruda; demais membros da Federação Internacional e das associações de Equoterapia do nosso País; participantes do XII Congresso Internacional de Equoterapia, que se realiza em Brasília nesta semana.

De uma maneira muito especial, quero saudar o amigo e Presidente da Ande-Brasil, Associação Nacional de Equoterapia, Coronel Lélío de Castro Cirilo, que tem desenvolvido um trabalho extraordinário há tantos anos no Brasil, com espírito público, competência, determinação e entusiasmo, beneficiando tantas pessoas com seu trabalho. Em uma audiência pública realizada no Senado, fiz questão de dizer-lhe, em função de tantos benefícios oferecidos à comunidade: “Que bom que o senhor existe! Que bom que o senhor está desenvolvendo esse trabalho e beneficiando tantos brasileiros”.

Quero também saudar, de uma maneira muito especial, a Ilmª Srª Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, que faz parte da Mesa, Srª Gundula Hauser.

Manifesto a minha satisfação por contar com a sua presença no País, juntamente com a representação de tantos países para participar desse Congresso Internacional. Para o Brasil, é um honra recebê-la, assim como todos os membros do Movimento Internacional de Equoterapia. Espero que possamos, a partir dessa iniciativa realizada no Brasil, estreitar os laços de amizade, de trabalho, de experiências e que, no mundo inteiro, por meio da Equoterapia, possamos promover a cidadania de tantas pessoas que precisam desse trabalho.

Obrigado pela sua presença e de todas as pessoas que aqui representam seus países, em favor de uma causa tão boa e tão nobre.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, autoridades presentes, o assunto que me traz hoje a esta tribuna é algo também pelo qual tenho dedicado, com alegria a satisfação, os melhores dos meus esforços no decorrer dos anos. É a construção da dignidade, da cidadania, do respeito, do acesso aos direitos sociais para toda a população e, em especial, às pessoas com deficiên-



cia. É um esforço conjunto de tantos pelo Brasil para a construção da felicidade e da plena realização dos nossos filhos e dos nossos amigos.

Nessa caminhada, tenho tido contato com diversas técnicas de apoio à pessoa com deficiência, mas poucas me causaram um impacto tão vivo e tão duradouro quanto a Equoterapia.

Neste breve pronunciamento, não tenho a intenção de explicar detalhadamente o que é a Equoterapia e quais são seus benefícios para as pessoas com deficiência. Contudo, de uma forma bastante resumida, quero dizer que a Equoterapia constitui um método de tratamento, de educação e de reeducação que utiliza o cavalo numa abordagem interdisciplinar, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência. Nela, e por meio dela, cria-se um vínculo de afeto entre o homem e o animal, que permite à pessoa ter mais confiança em si mesma, porque, apesar de suas necessidades, consegue sobrepujar a força e a grandiosidade do cavalo. Esse sentimento, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadoras, constitui um requisito fundamental do processo terapêutico, pois resulta em melhoria da auto-estima do ser humano.

Quero ressaltar que a Equoterapia tem sido recomendada não apenas para a reabilitação de pessoas com deficiências físicas ou mentais, mas também para a educação e socialização de indivíduos com distúrbios evolutivos, comportamentais ou em situação de risco sócio-familiar. Afinal, os benefícios por ela propiciados são vários, tais como a melhoria da qualidade de vida, a formação de novos vínculos afetivos, a aquisição de novas habilidades psicomotoras, o incremento das relações interpessoais e o ganho de maior autonomia pessoal.

Ao contrário do que pode parecer, o uso do cavalo como instrumento para a cura dos males do corpo não é uma idéia recente. Ela surgiu na Grécia Antiga, com Hipócrates, o Pai da Medicina, que, em seu livro **Das Dietas**, já recomendava a equitação para “regenerar a saúde e preservar o corpo humano de muitas doenças”. A evolução natural da Ciência ao longo da história veio a validar as assertivas de Hipócrates. Notabilizou-se o caso de Liz Hartel, na Dinamarca, que, apesar de, aos 16 anos, haver sido acometida de uma forma grave de poliomielite, obteve a medalha de prata em adestramento eqüestre nos Jogos Olímpicos de 1952 e de 1956. Essa façanha só foi possível graças à prática de equitação. A partir daí, as pesquisas se aprofundaram e, em 1965, na França, a Equoterapia tornou-se uma matéria didática, contribuindo para a projeção internacional que hoje conhecemos.

No Brasil, apenas a partir de 1989 experimentamos maiores desenvolvimentos desse método terapêutico, com a criação da Associação Nacional de Equoterapia (Ande). Graças aos abnegados esforços dessa entidade,

Sr. Presidente, hoje possuímos cerca de 12 mil praticantes de Equoterapia – algo impensável há 17 anos, quando somente seis pessoas adotavam essa prática!

É por isso que faço questão, nesta oportunidade, de elogiar os trabalhos desenvolvidos pela Ande, que, desde a sua fundação, já patrocinou cerca de 250 centros de Equoterapia em todo o território nacional. Duzentos e cinquenta! Só aqui em Brasília são 14 centros, que realizam uma média de 600 atendimentos semanais. Uma maravilha, Coronel Cirilo! Além disso, a Ande tem promovido diversos cursos, seminários e palestras em todos os Estados da Federação, buscando divulgar e estimular a prática da Equoterapia.

Por todos esses esforços, a Ande foi reconhecida como instituição de utilidade pública tanto pela União quanto pelo Governo do Distrito Federal.

Sendo assim, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, participantes deste momento histórico no Senado Federal, eu gostaria de saudar e agradecer a todos os funcionários, dirigentes e voluntários da Ande, na pessoa de seu Presidente, aqui presente, Lélcio de Castro Cirilo, pelo excelente trabalho que vêm desempenhando em benefício da sociedade brasileira. Que estas poucas palavras possam servir de estímulo a uma dedicação ainda maior e mais profícua em prol da construção da cidadania por meio da Equoterapia.

Mas, o motivo maior de minha vinda a esta tribuna é a satisfação de poder comunicar ao Plenário desta Casa e a todos os brasileiros e brasileiras que nos acompanham, ao vivo, pela TV Senado, que, entre os dias 8 e 12 de agosto deste ano – portanto, nesta semana –, Brasília está sediando o XII Congresso Internacional de Equoterapia. Este é um evento que, desde 1974, vem-se realizando a cada três anos, sob os auspícios da Federação Internacional de Equoterapia (FRDI) – e temos a satisfação de ter à Mesa diretiva destes trabalhos a Sr<sup>a</sup> Gundula Hauser – com o objetivo de divulgar os principais desenvolvimentos dessa técnica terapêutica em todo o mundo. Neste ano, o tema do Congresso será “Encontro entre dois amigos”. É muito sugestivo o desenho, inclusive o do encontro da criança, do jovem, da pessoa com o cavalo.

Certamente, a realização do XII Congresso Internacional de Equoterapia é um momento fundamental para a Equoterapia brasileira. Primeiro, por que nunca um evento dessa natureza se realizou em um país em desenvolvimento, o que mostra o reconhecimento da comunidade internacional ao trabalho aqui realizado. Em segundo lugar, o Congresso é uma grande oportunidade de divulgar a Equoterapia como método terapêutico para as pessoas com deficiência e para o aperfeiçoamento profissional das pessoas envolvidas diretamente com essa atividade. Além disso, esse

evento permitirá que outros países também conheçam a realidade brasileira, nossos desafios e também nossas realizações.

Portanto, quero aqui saudar os promotores e participantes do XII Congresso Internacional de Equoterapia, em especial, como já mencionado, a Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, Dr<sup>a</sup> Gundula Hauser, pelo esforço para que o evento se realizasse em nosso País. Tenho a mais absoluta certeza de que ele será coroado de êxitos, e se constituirá em um poderoso instrumento de propulsão da Equoterapia brasileira.

Ao concluir meu pronunciamento, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, quero apenas lembrar a V. Ex<sup>a</sup> e aos demais colegas, Senadores e Senadoras, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003, de autoria da nobre Senadora Lúcia Vânia, que prevê o oferecimento da Equoterapia pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência.

Fui o relator dessa matéria quando de sua tramitação aqui no Senado Federal e, naquela oportunidade, assinei que a incorporação da Equoterapia no âmbito do SUS significará mais um passo no sentido de garantir às pessoas com deficiência o pleno exercício de seu direito à saúde e sua efetiva inclusão na sociedade. Ao aprovarmos esse projeto, estaremos, sobretudo, democratizando o acesso a uma prática terapêutica que traz inúmeros e comprovados benefícios aos seus pacientes, como é o caso da Equoterapia.

Sei que estamos em período eleitoral e o calendário legislativo deve se adaptar a essa circunstância, mas faço aqui um apelo ao Presidente desta sessão, Senador Alvaro Dias, e ao Presidente Renan Calheiros para que solicitem urgência ao Presidente Aldo Rebelo na tramitação dessa matéria pelo seu eminente e indiscutível cunho social. Quem sabe não poderemos ter a felicidade de ver sancionado esse projeto como desdobramento da realização do XII Congresso Internacional de Equoterapia? Esse, com toda certeza, é um presente que a sociedade brasileira merece e está ansiosa por receber.

Finalmente, também tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 177, de 2006, de minha autoria, que institui o dia 9 de agosto – portanto, o dia de hoje, do Congresso Internacional – como o Dia Nacional de Equoterapia, em reconhecimento à relevância da terapia no processo de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência.

Quero, mais uma vez, dizer da satisfação, da alegria e do orgulho pela presença de tantos países em nosso meio, pelos esforços que vêm sendo desenvol-

vidos no Brasil, e que, a partir desse evento, possamos ter um novo impulso para que novas iniciativas possam ser desenvolvidas em nosso País sempre a favor da dignidade, da cidadania, da participação, da integração e da inclusão social.

A Equoterapia é um instrumento, sem dúvida, fortíssimo para que as pessoas todas possam participar plenamente da sociedade em que vivem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, como de hábito, pela tolerância em relação ao tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Convido V. Ex<sup>a</sup> a presidir esta solenidade, já que foi idealizada por V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, a quem cumprimento, nesta oportunidade, pela feliz iniciativa desta sessão, aqui, no Senado Federal; Exm<sup>o</sup> Sr. Embaixador da República da Áustria, Werner Brandstetter; Exm<sup>o</sup> Sr. Embaixador da República da Sérvia, Dusan Gajic; Exm<sup>as</sup> Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; Exm<sup>as</sup> Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados; Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leila Esteves; Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Maria de Lourdes Abreu; demais membros do Corpo Diplomático; Ilm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil), Coronel Lélío de Castro Cirilo; Ilm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Associação Australiana de Equoterapia, Philip Walliker; Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Vice-Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, Mare Theresa Kuypers; Ilm<sup>o</sup> Sr. Vice-Presidente da Ande-Brasil, Coronel Carlos Dornelles Passamani; Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Pedagoga e Fundadora da Ande-Brasil, Professora Tereza Cristina; Ilm<sup>o</sup> Sr. Diretor do Centro Básico de Equoterapia, Professor Vinicius Antunes; Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Presidente da Associação dos Amigos da Saúde Mental, Flora Lúcia Arruda; demais membros da Federação Internacional das Associações de Equoterapia; participantes do XII Congresso Internacional de Equoterapia.

Quero, inicialmente, saudar o XII Congresso Internacional de Equoterapia que se realiza no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, de hoje até o dia 12 de agosto. Trata-se de um privilégio para o Brasil receber especialistas e voluntários de todo o mundo que se empenham nesta sagrada missão de reabilitar vidas, de devolver a confiança e a auto-estima aos nossos irmãos portadores de deficiência ou com necessidades especiais.

Com o tema “Encontro entre dois Amigos”, o importante evento discutirá a utilização do cavalo como agente



neste importante processo de reabilitação, que tem contribuído para disseminar esperança e alento, ao mesmo tempo em que proporciona melhores condições de saúde, a todos que se utilizam deste método revolucionário.

Aqui, quero abrir um parêntese para dizer aos participantes desse Congresso que, conhecedora que sou, uma vez que fui pioneira no Estado de Goiás da inclusão da equoterapia em nossos trabalhos sociais, penso que poucos, Senador Flávio Arns, têm conhecimento dos benefícios que esse trabalho traz à pessoas que realmente necessitam dele. Então, considero que este dia, simbolicamente nesta sessão do Senado, em que estamos podendo contribuir não só neste momento com a presença de V. Ex<sup>as</sup> e V. S<sup>as</sup>, estamos oferecendo, Senador, e muito pela iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, a oportunidade de que esse trabalho tenha uma divulgação maior, por intermédio da TV Senado, que cobre todo o território nacional, logicamente conquistando novos adeptos para que realmente um número maior de pessoas venha a ter esse benéfico.

Acabei de ressaltar a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Flávio Arns, ao propor a aprovação do requerimento que viabiliza a presente sessão. O Senado da República, dessa forma, dá prosseguimento à sua permanente luta pela viabilização da inserção social de pessoas portadoras de necessidades especiais, reafirmando o seu inteiro engajamento nas grandes questões que dizem respeito à busca da vida saudável para todos.

Com muita ênfase, queremos saudar os dirigentes da Federação Internacional de Equoterapia, bem como os diretores da Associação Nacional de Equoterapia, a Ande-Brasil, entidades que organizam o congresso. São pérolas da sociedade civil mundial, irmanadas num mesmo propósito – homens e mulheres que se dispõem à tarefa maravilhosa de servir ao próximo com seu amor, com sua devoção às causas grandiosas e solidárias. As atividades, de caráter filantrópico, englobam iniciativas nos setores terapêutico, educativo, cultural, desportivo e assistencial, sem fins lucrativos, voltadas exclusivamente para a inclusão que ressalta o bem comum.

Esta tem sido a rotina da Ande-Brasil, ao contribuir para a reabilitação e educação de pessoas portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais, mediante a prática da Equoterapia. A entidade também atua para capacitar recursos humanos, estimular e apoiar a implantação e desenvolvimento de centros especializados, dentro dos mais rígidos padrões de ética, eficiência e segurança, procurando estender os benefícios dessa importante prática a todas as classes sociais – em especial às menos favorecidas. Esse esforço resulta na educação e formação do caráter de jovens e na reinserção social de pessoas com distúrbios comportamentais.

Devemos, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, cada vez mais, destacar e estimular a ação dos que se dedicam ao trabalho voluntário que muda a perspectiva de vida de milhares de pessoas. Esses abnegados estão em todos os setores da comunidade, doando uma parte preciosa do seu tempo à tarefa de socorrer e amparar os que necessitam: uma ajuda espontânea e sincera, que, sem qualquer dúvida, FAZ DIFERENÇA.

Os voluntários doam sua energia, sua generosidade e trazem consigo a disposição que vem de Deus, para compartilhar alegrias, aliviar sofrimentos, melhorar a qualidade da vida em comum. Com altruísmo, atuam diretamente no mundo real, em contato com as mais diferentes situações humanas, numa prática permanente da bondade, sempre fazendo do seu gesto uma firme demonstração de responsabilidade e compromisso social. Dessa forma, disseminam virtudes!

Esse deve ser o nosso comportamento, Sr. Presidente.

Desde criança aprendi quão fundamental é para todos nós a atitude de compartilhar, de estender as mãos, de apoiar e de caminhar juntos com os que necessitam. Ao nos mobilizarmos por causas de interesse social e comunitário, estabelecemos laços de amor e de confiança. Só por esses caminhos se torna possível a tão sonhada PAZ SOCIAL.

Assim, o compromisso de lutar contra todas as formas de discriminação aos portadores de deficiência e/ou necessidades especiais deve ser permanentemente reafirmado não só por discursos e declarações de boas intenções, mas, em especial, pela prática, pelo trabalho concreto. Como eu disse, em Goiás, fui das pioneiras ao introduzir a equoterapia como técnica terapêutica avançada, tendo em vista a educação, a reabilitação e a inserção social. Hoje, alegra-nos saber que esse método se espalhou pelo País, levando alento e esperança a todos os corações.

Uma sociedade realmente justa precisa maximizar o seu compromisso com as minorias, em especial com as pessoas portadoras de deficiência, para que se tornem, em tudo, participativas, conscientes de seus direitos e deveres.

Infelizmente, no Brasil e em todo o mundo, portadores de deficiência e/ou necessidades especiais são vítimas de discriminação, ao serem ignorados ou desprezados e, principalmente, ao não encontrarem as condições e as estruturas para que possam desenvolver o seu potencial. Acabam prisioneiros em suas residências, porque na sociedade não encontram o imprescindível acolhimento.

É em face desse cenário que surgem os valerosos voluntários que se aliam aos educadores, pais e

familiares, para promover a inclusão e resgatar o respeito humano e a dignidade de tantos.

Surgem os movimentos nacionais e mundiais, que discutem e definem políticas a serem acatadas pelo Poder Público e pela sociedade. É nesse contexto que se fortalece o Congresso Internacional de Equoterapia – que o Brasil tem a primazia de sediar.

Destaco a importância de duas das diversas iniciativas em tramitação no Congresso Nacional: o projeto de lei que inclui a Equoterapia entre os tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, de Goiás, meu Estado; e o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, projeto do Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que, com muita propriedade, considera crime punível com reclusão de um a quatro anos qualquer forma de discriminação – inclusive recusar matrícula em estabelecimento educacional, dificultar acesso a cargo público e negar trabalho ou assistência médica a portadores de deficiência.

Ao finalizar, quero, mais uma vez, acentuar a importância da Equoterapia como tratamento complementar de reabilitação física e mental, que utiliza o cavalo como instrumento de trabalho em uma abordagem multi e interdisciplinar. Por meio do pleno contato com a natureza, a técnica permite formas de aplicação de exercícios de recuperação e integração, complementando as terapias tradicionais, que se valem de instrumentos tecnológicos em clínicas e consultórios.

Graças a Deus, o processo milenar que une o homem ao cavalo tem aqui uma nova dimensão, que propicia percepções e vivências ao praticante, levando-o a experimentar sentimentos de liberdade, independência e capacidade – emoções importantíssimas para a aquisição da autoconfiança, realização e auto-estima.

Que possamos multiplicar a prática da Equoterapia em todas as comunidades do Brasil e do mundo, não apenas auxiliando pessoas especiais, mas também dando apoio aos que têm dificuldades escolares, dependência física, stress, aos integrantes da terceira idade e a todos aqueles que buscam oportunidades de crescimento, melhoria na qualidade de vida e pleno equilíbrio físico e mental.

Nossas calorosas saudações ao XII Congresso Internacional de Equoterapia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

Sejam bem-vindos. Parabéns. (Palmas.)

*Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço as palavras da Senadora Iris de Araújo, do Estado de Goiás, sempre solidária com todas as questões sociais e, particularmente, com aquilo que é objeto do Congresso Internacional de Equoterapia e dos trabalhos da Ande-Brasil.

O Senado dispõe da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Trata-se de uma subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais.

Falo isso com muito orgulho porque penso que em poucos parlamentos do mundo existe uma comissão que trata permanentemente dos desafios que as pessoas com deficiência enfrentam.

Tenho a honra, então, de convidar o Senador Eduardo Azeredo, do Estado de Minas Gerais, que é também o Presidente dessa Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, para usar a palavra.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Flávio Arns, que é um grande incentivador permanente da causa das pessoas com deficiência, sendo aqui, no Senado Federal, quem nos orienta em todas essas questões; Senadora Iris de Araújo, que me precedeu nesta tribuna; Srs. Embaixadores aqui presentes, Sr<sup>a</sup> Gundula Hause, Coronel Lélío de Castro Cirillo, Desembargadora Leila Esteves, Procuradora Maria de Lourdes Abreu, senhoras e senhores participantes do Congresso Internacional de Equoterapia, é com muita honra que cumprimento todos vocês e que parabeno a Ande pelo seu esforço em tornar a equoterapia um método terapêutico e educacional acessível a um número cada vez maior de brasileiros com deficiência e com necessidades especiais.

O conceito de equoterapia foi adotado pela primeira vez em nosso País em 1989, pela Ande-Brasil. A Associação obteve o registro de uso do termo, com o certificado de marcas concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Mas foi apenas em 1997, nove anos atrás, que o Conselho Federal de Medicina reconheceu a equoterapia como método terapêutico, conforme o parecer 06/97.

Esses fatos fazem da equoterapia uma especialidade jovem em nosso País, se assim podemos considerar.

Em julho passado, realizamos audiência pública na Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado Federal. Foi uma excelente oportunidade para que pudéssemos conhecer, por meio dos relatos de representantes da Ande e de usuários dos serviços, os inúmeros benefícios que a equoterapia traz às pessoas com deficiência, contribuindo de fato para o seu desenvolvimento biopsicossocial. São impactos diretos nas habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais dos praticantes da equoterapia.

Pôde-se perceber também, na análise dos dados divulgados pelos participantes daquela audiência, que houve um aumento significativo do número de pessoas com deficiência que praticam a equoterapia. Entre 2000 e 2005, o número de pessoas atendidas nos centros filiados à Ande cresceu em torno de 250%. Em 2000, a Ande, por meio de suas filiadas, segundo os números que temos, prestou atendimento a 5.380 pessoas. Em 2005, esse número chegou a 13.761.

No entanto, persistem as dificuldades para atender à crescente demanda pela equoterapia. Infelizmente, não temos conhecimento da existência da prestação de serviços dessa natureza por outras associações que não aquelas filiadas à Ande.

Ciente do impacto da equoterapia na vida das pessoas com necessidades especiais, a ilustre Senadora Lúcia Vânia, minha colega de Partido, apresentou projeto de lei que insere a equoterapia nos serviços oferecidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Senado e tramita agora na Câmara.

Relata a Senadora Lúcia Vânia que o projeto vem recebendo restrições, sob a justificativa de que a oferta do serviço pelo SUS pode não responder às exigências de qualidades requeridas pelo método terapêutico, destacando-se entre elas o credenciamento de instituições em equipe multidisciplinar com competência técnica para oferta do serviço, ou o fato de a instituição não ser uma entidade filiada à Ande.

Ora, é importante que se compreenda que a inclusão da equoterapia como um serviço do SUS visa principalmente garantir uma fonte de financiamento público para universalizar a sua oferta, uma vez que o acesso aos serviços de saúde é um direito público garantido pela Constituição do Brasil.

Para resguardar que as instituições que venham a ser credenciadas pelo SUS atendam aos quesitos indispensáveis ao serviço, será necessário, sim, estabelecer critérios de credenciamento. Essa regulamentação poderá ser elaborada com a participação das associações que atuam na área. Além disso, todas as entidades credenciadas deverão ser acompanhadas e controladas pelos usuários dos serviços e por representantes de entidades.

Aproveito essa oportunidade para solicitar aos participantes desse 12º Congresso Internacional que contribuam com a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado Federal – que tenho a honra de presidir – nos encaminhando as recomendações, as inovações e os fundamentos técnicos aqui debatidos para subsidiar as providências legislativas que possam ser necessárias e para melhor conhecimento de todos os Senadores, não só os da

Comissão, mas de todos os 81 Senadores que representam os 27 Estados brasileiros.

Poderemos aprofundar a discussão sobre a inclusão da equoterapia no Sistema Único de Saúde. É de nosso interesse fazer leis com a contribuição técnica de quem vivencia, realiza e se dedica ao assunto. Acreditamos que essa forma de trabalhar confere a legitimidade necessária à legislação que aqui elaboramos.

Desejo que este Congresso, que tem como tema “Encontro entre dois Amigos”, continue contribuindo para que a equoterapia esteja ao alcance, sobretudo, das pessoas com deficiência.

As palavras que quero aqui repetir de José Antonio, jovem com paralisia cerebral, da minha cidade natal de Belo Horizonte, confirmam o quanto esse processo terapêutico faz bem a quem a pratica.

Ele disse recentemente: “Eu amo fazer equoterapia. No dorso do cavalo eu ando, tenho pernas que se movimentam com ritmo, tenho calor. Olho do alto. Vejo tudo mais bonito. Corro ou ando sem pressa. Eu fico mais bonito. O cavalo me faz sentir livre, sem reclamar. Ele me obedece. Ele me ouve. Ele me ajuda. Aprendo que eu posso. É meu amigo”.

As palavras de José Antonio demonstram porque é responsabilidade social o compromisso para que a equoterapia se faça presente onde for necessária.

Que vocês, participantes desse Congresso Internacional, tragam novos conhecimentos sobre o tema e contem com o nosso apoio para sua aplicação.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço pela participação e pelos posicionamentos do Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, como já mencionei, também Presidente, com muita satisfação, da Subcomissão Permanente para os Assuntos da Pessoa com Deficiência.

Quero também ressaltar que a Senadora Lúcia Vânia, mencionada várias vezes nas diversas falas como autora do projeto de lei que inclui a equoterapia nos procedimentos do SUS, pediu, inclusive, para justificar seu atraso em razão de estar participando de outras reuniões em Brasília, o que infelizmente a impediu de estar presente. Trata-se de uma Senadora que, a exemplo de diversos outros Senadores e Senadoras, tem toda abertura, toda solidariedade, toda escuta para incluir nos projetos de lei, nos debates, nas audiências públicas tudo aquilo que possa representar avanços a favor do ser humano e das suas necessidades em nosso País.

É uma alegria muito grande estarmos todos nós, em conjunto, aqui, destacando que esta parte da sessão, como de hábito, está sendo transmitida para todo o Brasil através da TV Senado. Temos certeza de que,

J-Brett Little  
J. W. Lee  
del. J. Lee

Scribble Mackay  
Scribble Mackay  
Scribble Mackay

James Graham



**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**MENSAGEM Nº 210, DE 2006**

(Nº 663, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Denomina ‘Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca’ o aeroporto da cidade de Santarém – PA”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.338, de 3 de agosto de 2006.

Brasília, 3 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 899 – C. Civil.

Em 3 de agosto de 2006

Assunto: Sanção presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 7, de 2006 (nº 6.864/02 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.338, de 3 de agosto de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil, da Presidência da República.

**LEI Nº 11.338, DE 3 DE AGOSTO DE 2006**

**Denomina “Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca” o aeroporto da cidade de Santarém – PA.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O aeroporto da cidade de Santarém, no Estado do Pará, passa a ser denominado “Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

**MENSAGEM Nº 211, DE 2006**

(Nº 664, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Institui o Dia Nacional do Biomédico”.

Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.339, de 3 de agosto 2006.

Brasília, 3 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 900 – C. Civil

Em 3 de agosto de 2006

Assunto: Sanção presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 9, de 2006 (nº 953/03, na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.339, de 3 de agosto de 2006.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**LEI Nº 11.339, DE 3 DE AGOSTO DE 2006**

**Institui o Dia Nacional do Biomédico.**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Biomédico, a ser comemorado em todo o território nacional, anualmente, no dia 20 de novembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO**

– Nº 194/2006, de 28 de julho último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 349, de 2006, do Senador Arthur Virgílio; e

– Nº 198/2006, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações refe-



rentes ao Requerimento nº 553, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO**

– Nº 78/2006, de 2 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 674, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2006**

**Altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do País.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Por um prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir da data da vigência desta lei, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do País.

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é uma contribuição para o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras. O valor é cobrado de empresas de navegação que usam os portos brasileiros.

A Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, em seu art. 17 concedeu isenção do recolhimento do AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do País, por um período de 10 (dez) anos.

Tal isenção se justifica pelo fato do Norte e o Nordeste apresentarem menor desenvolvimento econômico que as demais regiões do Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003, mostram que, apesar do Norte e do Nordeste concentrarem cerca de 5,9% e 28,4% da população brasileira, respectivamente, detinham apenas 5,0% e 13,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O AFRMM representa na verdade um mecanismo de concentração de riqueza na medida em que retira recursos de Estados pobres para destiná-los aos Estados mais ricos, onde está concentrada a indústria estaleira. Isso representa uma afronta ao objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais previstas no art. 3º da Carta Magna.

Portanto, o término dessa isenção poderá comprometer a competitividade de diversos setores industriais da região Norte e Nordeste, que trabalham com produtos de baixo valor agregado, e como consequência crescerá impacto de 25% no custo do frete marítimo. Ademais, as regiões supracitadas não possuem capacidade para competir em condições de igualdade com as demais regiões do País.

As razões que o legislador encontrou há cerca de 10 anos para propor a isenção do AFRMM para essas regiões, portanto, persistem nos dias atuais, o que justifica sua renovação por mais 10 anos, beneficiando, desta forma, as regiões mais carentes do Brasil.

Assim sendo, dada a importância do tema que ora apresentamos, solicitamos a aprovação deste projeto pelos nobres colegas Parlamentares.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2006. – **César Borges.**

#### **LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 9.432, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

#### **Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.**

Art. 17. Por um prazo de dez anos, contado a partir da data da vigência desta lei, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do País.

*(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### **PARECER Nº 1.034, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cujas venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição.**

Relator: Senador **Valdir Raupp**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2006, apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como consequência da aprovação do relatório do Senador Edison Lobão sobre a Sugestão nº 17, de 2005, tem o objetivo de alterar a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

O art. 1º da proposição modifica a redação do art. 6º daquela lei, com a finalidade de permitir que os supermercados comercializem medicamentos cujas venda e dispensação não dependam de apresentação de prescrição, a critério da autoridade sanitária federal.

Ainda em relação ao art. 6º da Lei nº 5.991, de 1973, a proposição altera e renumera o seu parágrafo único original, tornando-o § 2º e eliminando o adjetivo “anódino”, qualificativo dos medicamentos que podem ser disponibilizados por estabelecimentos hoteleiros e similares, para atendimento exclusivo a seus usuários.

O art. 2º do PLS nº 146, de 2006, é a cláusula de vigência, prevista para iniciar na data da publicação da lei.

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidir sobre a proposição, em caráter não-terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

#### **II – Análise**

O PLS nº 146, de 2006, originou-se da Sugestão nº 17, de 2005, da Associação Capixaba de Supermer-

cados (ACAPS), enviada ao Senador Magno Malta. No ofício de 24 de novembro de 2004, assinado pelo Sr. João Carlos Coutinho Devens, Presidente da Acaps, essa entidade sugere a aprovação de leis destinadas: 1) a permitir que os supermercados vendam medicamentos “anódicos”; 2) a conceder imunidade tributária aos produtos que compõem a cesta básica; e 3) a simplificar os procedimentos fiscais no sentido de reduzir e uniformizar o recolhimento de tributos, contribuições, taxas e outros encargos.

O mérito da medida proposta é inquestionável. A permissão aos supermercados para a venda de medicamentos que não dependem de prescrição médica, matéria da proposição em exame, beneficiará os consumidores. A disponibilização desses produtos em um número maior de estabelecimentos facilitará a compra e poderá contribuir para a diminuição dos seus preços. Todavia, temos de considerar alguns importantes aspectos relativos às consequências dessa medida.

Não existe definição legal para medicamento anódino. Para interpretarmos o que dispõe a Lei nº 5.991, de 1973, no que diz respeito a esse tipo de produto, temos de nos valer da definição contida nos nossos dicionários. O termo significa “destinado a mitigar ou cessar a dor; antálgico, paliativo”. Portanto, medicamentos anódinos são aqueles mais conhecidos como analgésicos.

A disponibilização de medicamentos fora das farmácias, drogarias, postos, unidades volantes e dispensários de medicamentos está sujeita a restrições. Afora esses estabelecimentos, a Lei nº 5.991, de 1973, permite apenas aos hotéis e similares disponibilizar, exclusivamente aos seus usuários, medicamentos anódinos, ou seja, analgésicos. Ainda mais: não são todos os analgésicos que podem ser disponibilizados em hotéis e similares, mas apenas aqueles que não dependam de receita médica para tal. Essa restrição deve-se ao fato de que existem medicamentos analgésicos que só podem ser disponibilizados quando prescritos por médico ou odontólogo. Um bom exemplo é a morfina, do grupo farmacêutico dos narcóticos ou entorpecentes, cuja venda só é permitida mediante a apresentação de receita especial.

A Resolução RDC nº 138, de 29 de maio de 2003, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), traz, no seu Anexo, os grupos terapêuticos de medicamentos cuja venda não depende de receita médica. Vários medicamentos que compõem esses grupos terapêuticos não podem ser vendidos sem prescrição médica, motivo pelo qual a lista traz restrições. No grupo dos analgésicos ou anti-térmicos, há restrição à venda dos narcóticos.

Quanto aos aspectos constitucionais e jurídicos, não vislumbramos óbices à aprovação da proposição. A medida proposta tem o objetivo de facilitar o acesso da população a produtos de interesse para a saúde. Legislar concorrentemente sobre a proteção e defesa da saúde é de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelece o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal.

Igualmente, não identificamos óbices quanto à técnica legislativa que não sejam facilmente sanáveis. A proposição respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, cujo inciso IV do art. 7º determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. É o que faz o PLS nº 146, de 2006, ao alterar a Lei nº 5.991, de 1973.

Outro aspecto que deve ser considerado diz respeito aos estabelecimentos que, aprovado o projeto, poderão vender os medicamentos. Estender a permissão apenas aos supermercados parece-nos uma medida pouco efetiva. A liberação da venda tem a finalidade de facilitar o acesso aos produtos e diminuir o seu preço, mediante aumento da concorrência. Portanto, quanto maior o número de estabelecimentos aptos a ofertá-los, melhor será o resultado. Tecnicamente, não existem razões para que estabelecimentos congêneres – mercearias e lojas de conveniências – sejam excluídos da permissão. A exclusão dará margem a questionamentos jurídicos, motivo pelo qual deve ser evitada.

Com a finalidade de adequar a medida proposta no que diz respeito aos estabelecimentos, às necessidades dos consumidores e às restrições de ordem técnica, apresentamos projeto de lei substitutivo que estende a permissão aos armazéns, empórios, lojas de conveniências e drugstores e possibilita a disponibilização de um maior número de medicamentos não-anódinos que, a critério da Anvisa, poderão ter a venda liberada nesses estabelecimentos.

A fim de tornar mais claro o entendimento do dispositivo alterado, substituímos o termo “anódino” por “analgésico e antitérmico”. Antitérmicos ou antipiréticos são os medicamentos destinados a baixar a febre e a sua inclusão deve-se ao fato de que a maioria dos analgésicos são, também, antitérmicos. Ademais, por necessidade de adequação às normas de técnica legislativa vigentes, transformamos em incisos as alíneas da redação original do art. 6º da Lei nº 5.991, de 1973.

### III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, na forma do seguinte:

#### Emenda nº 1–CAS (Substitutivo)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2006

**Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a disponibilização, pelos estabelecimentos especificados, de medicamentos analgésicos, antitérmicos e outros que não dependam de receita médica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A dispensação de medicamentos é privativa de:

I – farmácia;

II – drogaria;

III – posto de medicamento e unidade volante;

IV – dispensário de medicamentos.

§ 1º Para atendimento exclusivo a seus usuários, os estabelecimentos hoteleiros e similares poderão dispor de medicamentos analgésicos e antitérmicos que, a critério do órgão competente, não dependam de receita médica para a sua disponibilização.

§ 2º Os estabelecimentos de que tratam os incisos XVIII, XIX e XX do art. 4º poderão comercializar medicamentos que não dependam de receita médica para a sua dispensação e que façam parte de lista elaborada pelo órgão competente.

§ 3º A lista de que trata o § 2º pode ser diferente da lista dos medicamentos que não dependem de receita médica para dispensação nos estabelecimentos de que tratam os incisos I a IV do **caput** deste artigo. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.

Sala da Comissão,

**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2006.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/08/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
JONAS PINHEIRO - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB	6- PAPALÉO PAES - PSDB.
LÚCIA VÂNIA - PSDB	7- ----
LUIZ PONTES - PSDB	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- ----
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ÍRIS DE ARAÚJO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- ----
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- ANTONIO JOÃO (PTB)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLCY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- ----
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973

**Dispõe sobre o Controle Sanitário do  
Comércio de Drogas, Medicamentos, In-  
sumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá  
outras Providências.**

Art. 4º Para efeitos desta Lei, são adotados os seguintes conceitos:

XVIII – Supermercado – estabelecimento que comercializa, mediante auto-serviço, grande variedade de mercadorias, em especial produtos alimentícios em geral e produtos de higiene e limpeza; (Redação dada pela Lei nº 9.069 de 1995)

XIX – Armazém e empório – estabelecimento que comercializa, no atacado ou no varejo, grande variedade de mercadorias e, de modo especial, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza; (Redação dada pela Lei nº 9.069 de 1995)

XX – Loja de conveniência e drugstore – estabelecimento que, mediante auto-serviço ou não, comercializa diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, produtos de higiene e limpeza e apetrechos domésticos, podendo funcionar em qualquer período do dia e da noite, inclusive nos domingos e feriados; (Redação dada pela Lei nº 9.069 de 1995).

Art. 6º A dispensação de medicamentos é privativa de:

- a) farmácia;
- b) drogaria;
- c) posto de medicamento e unidade volante;
- d) dispensário de medicamentos.

Parágrafo único. Para atendimento exclusivo a seus usuários, os estabelecimentos hoteleiros e similares poderão dispor de medicamentos anódinos, que não dependam de receita médica, observada a relação elaborada pelo órgão sanitário federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

**PARECER Nº 1.035 , DE 2006**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2 – Plen apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências.**

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

Relator **Ad Hoc** : Senador, **Sibá Machado**

**I – Relatório**

Sob exame a Emenda de Plenário nº 2 ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2005, de autoria do ilustre Senador Romero Jucá, que, modificando o texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cria cinco hipóteses em que ao recurso de apelação será atribuído também o efeito suspensivo.

As hipóteses contempladas na referida emenda tratam de recurso de apelação interposto contra sentença:

I – proferida em ação relativa ao estado ou capacidade da pessoa;

II – diretamente conducente à alteração de registro público;

III – cujo cumprimento necessariamente produza consequências práticas Irreversíveis;

IV – que substitua declaração de vontade;

V – sujeita a reexame necessário.

Em síntese, o que pretende o eminente autor da emenda é restringir a cláusula ampla, atualmente constante do projeto, no sentido de que pode o juiz, segundo seu prudente convencimento, atribuir efeito suspensivo ao apelo, “para evitar dano irreparável à parte”.



**II – Análise**

Nesta fase, cabe-me apreciar tão-somente a oportunidade e conveniência da emenda oferecida à proposição em exame.

Vejo como pertinentes as razões apresentadas na justificação da emenda sob análise.

Além da preocupação demonstrada pelo ilustre senador Romero Jucá, com a qual comungo, entendo que, não obstante a necessidade de valorizar as decisões dos magistrados de 1º grau de jurisdição, deixar de prever as hipóteses em que, objetivamente, se

possa atribuir efeito suspensivo à apelação ensejará uma série de longos e intermináveis outros recursos, principalmente o agravo.

Assim, na busca da celeridade processual, reduzindo-se a possibilidade de recursos meramente protelatórios é que acato a mencionada emenda.

**III – Voto**

Diante do exposto, voto pela Aprovação da Emenda de Plenário nº 2 ao PLC nº 30, de 2005.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

*Emenda nº 02-PLCN oferecida por*  
**PROPOSIÇÃO: PLC Nº 30 DE 2005**

**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/08/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

<b>PRESIDENTE :</b>	
<b>RELATOR:</b> <i>Sen. SIBÁ MACHADO</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>(Presidente)</i>	1-ROMEY TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edi</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA <i>J-Batista Motta</i>	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO <sup>(4)</sup>
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i> <i>(Relator)</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(2,3)</sup>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES <sup>(5)</sup>
JOSÉ MARANHÃO <sup>(5)</sup>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ <i>(Autor da Emenda)</i>	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/07/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

(5) Os Senadores José Maranhão e Gilvam Borges encontram-se licenciados do exercício do mandato a partir de 31.07.2006.

**PARECER Nº 1.036, DE 2006**

**Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na casa de origem), que altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.**

Relator do vencido: Senador **Jonas Pinheiro**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa a alterar os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

A redação original do art. 47 prevê a obrigatoriedade, a cada eleição, da renovação de, no mínimo, um terço dos membros do Conselho de Administração da sociedade cooperativa. A alteração desse artigo consiste na supressão da expressão no mínimo e de exigir que a renovação aconteça também na Diretoria.

O art. 56 da Lei prevê que o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos anualmente, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 de seus componentes. Com a nova redação proposta, o Conselho Fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, conforme decisão da sociedade cooperativa, sendo que o mandato não poderá ser superior a quatro anos e a renovação de um terço de seus membros é obrigatória.

O Senador Pedro Simon apresentou relatório pela aprovação da matéria (fls 22 e 23) junto a esta CRA.

**II – Análise**

O eminente Senador Pedro Simon, em seu relatório, vota pela aprovação da matéria por concordar que o novo texto promoverá uma modernização do sistema cooperativista.

Apresento, no entanto, algumas outras considerações sobre o tema de forma a amadurecermos o entendimento.

Os atos cooperativos abrangem os negócios internos, que objetivam a satisfação dos interesses econômicos dos associados, sem que a cooperativa logre obter vantagens para si. Além disso, a cooperativa precisa lidar com o público externo: fornecedores, receptores, agentes financeiros, etc, de forma a atingir seus fins.

As relações eqüitativas e solidárias no ambiente interno são garantidas por deliberações democráticas dos associados. Já as decisões no ambiente externo são executadas pelos administradores buscando sempre eficiência, eficácia e efetividade.

Esta duplicidade de relacionamentos, internos e externos, exige das cooperativas uma gestão equilibrada entre dois tipos essenciais de racionalidade: a razão instrumental e a razão comunicativa.

A razão instrumental é aquela fundada no vínculo entre atividades meio e fim, procurando maximizar o retorno dos negócios externos, ou seja, essa razão deve orientar os órgãos executivos: as gerências técnicas.

A razão comunicativa é baseada no consenso, na vontade da maioria. Essa razão deve orientar os órgãos eminentemente deliberativos: a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração.

No meio dessas duas razões, está o órgão de ligação entre a deliberação e a execução: a Diretoria.

A autogestão das cooperativas teve manter o equilíbrio entre as razões instrumental e comunicativa. A razão comunicativa orienta a atuação dos órgãos societários voltados para a fixação e avaliação de metas, limites e diretrizes. A razão instrumental orienta a atuação da máquina administrativa, que, ao realizar suas operações, produz resultados.

Compete à Diretoria realizar a interação entre os órgãos societários e os órgãos operacionais.

O PLC nº 6, de 2003, ignora o equilíbrio entre as razões comunicativa e instrumental podendo afetar o futuro e os negócios do sistema cooperativista.

A alteração do art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, visa substituir a parte final da atual redação, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração, por um terço de seus membros, abrangendo, assim, tanto

os membros do Conselho de Administração quanto os membros da Diretoria.

Em um projeto, cujo principal objetivo é modernizar a legislação do sistema cooperativista, não faz sentido estabelecer a obrigatoriedade de renovação para todos os órgãos da administração, uma vez que existem peculiaridades inerentes a cada um, além de poder ser conveniente permitir a recondução de membros de órgãos executivos ou de controle.

Quanto à alteração no art. 56, que trata do Conselho Fiscal, as mudanças principais são: o estabelecimento de um mínimo de três e um máximo de sete membros; o aumento do prazo do mandato para quatro anos; e a obrigatoriedade de renovação de somente um terço dos membros do Conselho, em vez dos dois terços atuais.

Parece-me excessivo um mandato de quatro anos para os conselheiros fiscais. Além disso, não vejo razões para renovar apenas um terço dos membros do Conselho Fiscal. Essas alterações devem ser avaliadas em um contexto mais amplo, onde se rediscuta e se pormenorize as funções dos órgãos administrativos e de fiscalização das sociedades cooperativas.

Por todo o exposto, acredito que são necessárias alterações de forma a modernizar o cooperativismo brasileiro, mas não da forma como aparecem no PLC nº 6, de 2003, que contém de aprovação pelo Relator.

### III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento da legislação que disciplina as sociedades cooperativas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

#### EMENDA Nº 1–CRA (Susbtitutivo)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

**Altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para dispor sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 47 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. A administração da sociedade cooperativa competirá, conforme dispuser o estatuto, ao Conselho de Administração e à Diretoria, ou somente à Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, composto exclusivamente de sócios eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus membros, competindo-lhe a alta gestão da sociedade e o controle da direção.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior quanto à eleição, mandato e renovação da Diretoria, quando inexistir Conselho de Administração.

§ 3º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração. (NR)”

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. A administração da sociedade cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de no mínimo três e no máximo sete membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a dois anos, sendo obrigatória a renovação de dois terços de seus componentes.

.....NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

# COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

VOTO EM SEPARADO AO : PLC Nº 6, DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 2/8/2006, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	FLÁVIO ARNS	
RELATOR:	JUVÊNCIO DA FONSECA	
<b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>		
LÚCIA VÂNIA	1- JUVÊNCIO DA FONSECA	
FLEXA RIBEIRO	2- ÁLVARO DIAS	
SÉRGIO GUERRA	3- LEONEL PAVAN	
JONAS PINHEIRO	4- EDISON LOBÃO	
DEMÓSTENES TORRES	5- ROSEANA SARNEY	
HERÁCLITO FORTES	6- RODOLPHO TOURINHO	
<b>PMDB</b>		
RAMEZ TEBET	1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
PEDRO SIMON	2- ROMERO JUCÁ	
LEOMAR QUINTANILHA – PC do B	3- AMIR LANDO	
VAGO	4- MÃO SANTA	
VAGO	5- VALDIR RAUPP	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)</b>		
FLÁVIO ARNS	1- SERYS SLHESSARENKO	
AELTON FREITAS	2- ANTONIO JOÃO	
SIBÁ MACHADO	3- MAGNO MALTA	
ANA JÚLIA CAREPA	4- SÉRGIO ZAMBIASI	
JOÃO RIBEIRO	5- MARCELO CRIVELLA - PMR	
<b>PDT</b>		
OSMAR DIAS	1- CRISTOVAM BUARQUE	

CONTAR

**Voto Vencido do Senador Pedro Simon**Relator: Senador **Pedro Simon****I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa a alterar os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

De acordo com a lei citada, a sociedade cooperativa é administrada por uma diretoria ou conselho de administração. Nesse último caso, o atual art. 47 determina, a cada eleição, a renovação de, no mínimo, um terço dos seus membros. O projeto estende a obrigatoriedade da renovação às cooperativas administradas por diretoria.

A outra modificação proposta diz respeito ao art. 56 da Lei citada. Esse artigo determina que o conselho fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes. Com a nova redação, o conselho fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, a critério de cada sociedade cooperativa. O art. 56 passa a prever, ainda, que o mandato do conselheiro fiscal não poderá ser superior a quatro anos e que será obrigatória a renovação de um terço dos seus integrantes. Pela regra atual, a eleição é realizada anualmente e é permitida a reeleição de apenas um terço dos componentes do conselho.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto ao mérito e à constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa. O relatório apresentado pelo eminente Senador João Batista Motta, que concluía pela sua aprovação com emendas, não chegou a ser apreciado pela Comissão. Com a promulgação da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2005, o projeto foi redistribuído a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

**II – Análise**

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto a constitucionalidade da medida.

Não há vícios de juridicidade ou regimentalidade. Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado na proposição e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, consideramos o projeto de lei pertinente. Conforme justificção do autor, o projeto busca dotar o sistema cooperativista de uma administração moderna, consoante a evolução dos tempos, de forma que as administrações executiva e fiscal possam proporcionar o devido retorno aos associados, com diminuição dos custos e transparência.

Destacamos a alteração do número máximo de integrantes do conselho fiscal. As cooperativas de grande porte, com milhares de membros, poderão contar com maior número de conselheiros fiscais, superior aos três previstos atualmente, mas inferior a sete, o que contribuirá para sua melhor fiscalização e, por conseguinte, poderá diminuir seus custos. Cumpre destacar que, de modo semelhante, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, prevê que o conselho fiscal das sociedades anônimas será composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, eleitos, em sua maioria, pelos acionistas controladores.

Além disso, a proposição prevê que os conselheiros fiscais passariam a ter mandato não superior a quatro anos, com a renovação obrigatória de, no mínimo, um terço dos seus componentes. Essa regra já se encontra prevista na lei das cooperativas para a eleição dos diretores e dos conselheiros de administração. De acordo com o autor do projeto, a uniformização dos critérios de eleição desses cargos contribuirá para reduzir os custos eleitorais suportados pelas cooperativas.

**III – Voto**

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento das regras que disciplinam as sociedades cooperativas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003.

Sala da Comissão,

**Voto em Separado do Senador Gilberto Goellner  
apresentado perante a Comissão  
de Agricultura e Reforma Agrária**

Relator: Senador **Gilberto Goellner**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa a alterar os



arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

A redação original do art. 47 prevê a obrigatoriedade, a cada eleição, da renovação de, no mínimo, um terço dos membros do Conselho de Administração da sociedade cooperativa. A alteração desse artigo consiste na supressão da expressão no mínimo e de exigir que a renovação aconteça também na Diretoria.

O art. 56 da Lei prevê que o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos anualmente, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 de seus componentes. Com a nova redação proposta, o Conselho Fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, conforme decisão da sociedade cooperativa, sendo que o mandato não poderá ser superior a quatro anos e a renovação de um terço de seus membros é obrigatória.

O Senador Pedro Simon apresentou relatório pela aprovação da matéria (fls 22 e 23) junto a esta CRA.

## II – Análise

O eminente Senador Pedro Simon, em seu relatório, vota pela aprovação da matéria por concordar que o novo texto promoverá uma modernização do sistema cooperativista.

Apresento, no entanto, algumas outras considerações sobre o tema de forma a amadurecermos o entendimento.

Os atos cooperativos abrangem os negócios internos, que objetivam a satisfação dos interesses econômicos dos associados, sem que a cooperativa logre obter vantagens para si. Além disso, a cooperativa precisa lidar com o público externo: fornecedores, receptores, agentes financeiros etc., de forma a atingir seus fins.

As relações equitativas e solidárias no ambiente interno são garantidas por deliberações democráticas dos associados. Já as decisões no ambiente externo são executadas pelos administradores, buscando sempre eficiência, eficácia e efetividade.

Esta duplicidade de relacionamentos, internos e externos, exige das cooperativas uma gestão equilibrada entre dois tipos essenciais de racionalidade: a razão instrumental e a razão comunicativa.

A razão instrumental é aquela fundada no vínculo entre atividades meio e fim, procurando maximizar o retorno dos negócios externos, ou seja, essa razão deve orientar os órgãos executivos: as gerências técnicas.

A razão comunicativa é baseada no consenso, na vontade da maioria. Essa razão deve orientar os órgãos

eminentemente deliberativos: a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração.

No meio dessas duas razões, está o órgão de ligação entre a deliberação e a execução: a Diretoria.

A autogestão das cooperativas deve manter o equilíbrio entre as razões instrumental e comunicativa. A razão comunicativa orienta a atuação dos órgãos societários voltados para a fixação e avaliação de metas, limites e diretrizes. A razão instrumental orienta a atuação da máquina administrativa, que, ao realizar suas operações, produz resultados.

Compete à Diretoria realizar a interação entre os órgãos societários e os órgãos operacionais.

O PLC nº 6, de 2003, ignora o equilíbrio entre as razões comunicativa e instrumental, podendo afetar o futuro e os negócios do sistema cooperativista.

A alteração do art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, visa substituir a parte final da atual redação, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração, por um terço de seus membros, abrangendo, assim, tanto os membros do Conselho de Administração quanto os membros da Diretoria.

Em um projeto, cujo principal objetivo é modernizar a legislação do sistema cooperativista, não faz sentido estabelecer a obrigatoriedade de renovação para todos os órgãos da administração, uma vez que existem peculiaridades inerentes a cada um, além de poder ser conveniente permitir a recondução de membros de órgãos executivos ou de controle.

Quanto à alteração no art. 56, que trata do Conselho Fiscal, as mudanças principais são: o estabelecimento de um mínimo de três e um máximo de sete membros; o aumento do prazo do mandato para quatro anos; e a obrigatoriedade de renovação de somente um terço dos membros do Conselho, em vez dos dois terços atuais.

Parece-me excessivo um mandato de quatro anos para os conselheiros fiscais. Além disso, não vejo razões para renovar apenas um terço dos membros do Conselho Fiscal. Essas alterações devem ser avaliadas em um contexto mais amplo, onde se rediscuta e se pormenorize as funções dos órgãos administrativos e de fiscalização das sociedades cooperativas.

Por todo o exposto, acredito que são necessárias alterações de forma a modernizar o cooperativismo brasileiro, mas não da forma como aparecem no PLC nº 6, de 2003, que contém voto de aprovação pelo Relator.

## III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento da legislação que disciplina as

sociedades cooperativas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6  
(SUBSTITUTIVO), DE 2003**

**Altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 47 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. A administração da sociedade cooperativa competirá, conforme dispuser o estatuto, ao Conselho de Administração e à Diretoria, ou somente à Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, composto exclusivamente de sócios eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus membros, competindo-lhe a alta gestão da sociedade e o controle da direção.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior quanto à eleição, mandato e renovação da Diretoria, quando inexistir Conselho de Administração.

§ 3º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração. (NR)”

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. A administração da sociedade cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de no mínimo três e no máximo sete membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a dois anos, sendo obrigatória a renovação de dois terços de seus componentes.

.....(NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.**

**Relator: Senador João Batista Motta**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa alterar os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

A redação original do art. 47 prevê a obrigatoriedade, a cada eleição, da renovação de, no mínimo, um terço dos membros do órgão de administração da sociedade cooperativa. A alteração desse artigo consiste na supressão da expressão “no mínimo”, o que, segundo o autor, não modificaria o sentido do texto.

O art. 56 da Lei prevê que o conselho fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes. Com a nova redação proposta, o conselho fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, conforme decisão da sociedade cooperativa.

Pela legislação atual, a eleição dos conselheiros fiscais ocorre anualmente. É permitida a reeleição apenas de um terço dos componentes do Conselho Fiscal. A proposição prevê que o mandato do conselheiro não poderá ser superior a quatro anos. Passa a ser obrigatória a renovação de um terço dos integrantes do Conselho Fiscal.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto ao mérito e à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

**II – Análise**

A matéria objeto do projeto está compreendida na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional é competente para dispor sobre a matéria e a iniciativa parlamentar é legítima, conforme dispõem os arts. 48 e 61 da Constituição Federal.

Estão atendidos, portanto, os requisitos de constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Para maior clareza, apresentamos o seguinte quadro comparativo:

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
Art. 47. A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, <u>no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.</u>	Art. 47. A sociedade <b>cooperativa</b> será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, compostos exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço <b>de seus membros.</b>
Art. 56. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos <u>anualmente</u> pela Assembléia Geral, <u>sendo permitida apenas a reeleição</u> de 1/3 (um terço) dos seus componentes.	Art. 56. A administração da sociedade <b>cooperativa</b> será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de, <u>no mínimo, três e, no máximo, sete</u> membros efetivos, <u>com igual número de suplentes</u> , todos associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, <u>sendo obrigatória a renovação</u> de um terço de seus componentes.

O projeto de lei é pertinente. Conforme justificção do autor, o projeto de lei busca dotar o sistema cooperativista de uma administração moderna, consoante à evolução dos tempos, de forma que as administrações executiva e fiscal possam proporcionar o devido retorno aos associados, com diminuição dos custos e transparência.

O principal mérito da proposição é dotar as sociedades cooperativas de maior autonomia para se auto-regularem. As organizações de maior porte poderão ter um maior número de conselheiros fiscais, o que resultará em aumento da credibilidade das sociedades cooperativas.

Não obstante o mérito já apontado, esclareça-se, no que tange ao Conselho de Administração ou Diretoria – art. 47 – que não vemos como atendida a intenção do autor da proposição, tendo em vista que na redação originária a Assembléia poderia deliberar pela renovação de mais de um terço da diretoria, enquanto que no texto proposto a renovação será, obrigatoriamente, de um terço da composição – nem mais, nem menos.

Destarte, paralelamente, não há qualquer dispositivo que proíba a reeleição ou reeleições sucessivas de qualquer de seus membros, ou mesmo de dois deles, fazendo-se a renovação tão-somente sobre um determinado cargo da diretoria.

Por outro lado, a par de a nova redação proposta para o art. 56 cometer à própria cooperativa a definição do número de membros do conselho fiscal – de três a sete – o que é louvável, padece do mesmo problema apontado para a diretoria, ou seja, ao obrigar a renovação de apenas um terço de seus componentes, não limita a possibilidade de eternização de qualquer deles

na função, o que se agrava com a desnecessidade de eleição anual.

Por essas razões, apresentamos emendas com vistas a viabilizar que a cooperativa delibere quanto à possibilidade de renovação de mais de um terço da composição, bem como estabelecer a possibilidade do exercício de apenas dois mandatos consecutivos, com o que estará impossibilitada a eternização tanto no cargo de gestão da cooperativa quanto no de conselheiro fiscal.

Cabe esclarecer, por fim, que optamos por tratar o assunto em emendas distintas para permitir maior flexibilidade na avaliação de nossos pares, que podem optar por dar tratamento diferenciado ao órgão de gestão e ao órgão fiscalizador.

### III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento da legislação que disciplina as sociedades cooperativas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, com as emendas abaixo.

### EMENDA Nº-CCJ

O art. 47, inserto no art. 10 do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 47. A sociedade cooperativa será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, um terço de seus membros, permitida apenas uma reeleição para mandato consecutivo.

**EMENDA Nº 2–CCJ**

O art. 56, inserto no art. 2º do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 56. A administração da sociedade cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos pela Assembléia Geral, para mandato não coincidente de três anos, permitida apenas uma reeleição.

Sala da Comissão,

**RELATÓRIO**

Relator: Senador **Pedro Simon**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa alterar os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

De acordo com a lei citada, a sociedade cooperativa é administrada por uma diretoria ou conselho de administração. Nesse último caso, o atual art. 47 determina, a cada eleição, a renovação de, no mínimo, um terço dos seus membros. O projeto estende a obrigatoriedade da renovação às cooperativas administradas por diretoria.

A outra modificação proposta diz respeito ao art. 56 da Lei citada. Esse artigo determina que o conselho fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes. Com a nova redação, o conselho fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, a critério de cada sociedade cooperativa. O art. 56 passa a prever, ainda, que o mandato do conselheiro fiscal não poderá ser superior a quatro anos e que será obrigatória a renovação de um terço dos seus integrantes. Pela regra atual, a eleição é realizada anualmente e é permitida a reeleição de apenas um terço dos componentes do conselho.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto ao mérito e à constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa. O relatório apresentado pelo eminente Senador João Batista Motta, que concluía pela sua aprovação com emendas, não chegou a ser apreciado pela Comissão. Com a promulgação da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2005, o projeto foi redistribuído a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

**II – Análise**

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

Não há vícios de juridicidade ou regimentalidade. Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado na proposição e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, consideramos o projeto de lei pertinente. Conforme justificação do autor, o projeto busca dotar o sistema cooperativista de uma administração moderna, consoante a evolução dos tempos, de forma que as administrações executiva e fiscal possam proporcionar o devido retorno aos associados, com diminuição dos custos e transparência.

Destacamos a alteração do número máximo de integrantes do conselho fiscal. As cooperativas de grande porte, com milhares de membros, poderão contar com maior número de conselheiros fiscais, superior aos três previstos atualmente, mas inferior a sete, o que contribuirá para sua melhor fiscalização e, por conseguinte, poderá diminuir seus custos. Cumpre destacar que, de modo semelhante, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, prevê que o conselho fiscal das sociedades anônimas será composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, eleitos, em sua maioria, pelos acionistas controladores.

Além disso, a proposição prevê que os conselheiros fiscais passariam a ter mandato não superior a quatro anos, com a renovação obrigatória de, no mínimo, um terço dos seus componentes. Essa regra já se encontra prevista na lei das cooperativas para a eleição dos diretores e dos conselheiros de administração. De acordo com o autor do projeto, a uniformização dos critérios de eleição desses cargos contribuirá para reduzir os custos eleitorais suportados pelas cooperativas.

Cabe destacar, entretanto, que nos parece excessivo o prazo de até quatro anos. Pela regra atual, os conselheiros fiscais são eleitos anualmente e somente é permitida a reeleição de um terço dos seus componentes. A nosso ver, a renovação anual do conselho fiscal é necessária para que os associados



acompanhem mais de perto a atuação do conselho e para que os conselheiros eleitos se empenhem adequadamente no exame dos aspectos da legalidade e da regularidade dos atos de gestão. A eleição anual é a regra também vigente para os conselheiros fiscais das sociedades anônimas – § 5º do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976.

### III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento das regras que disciplinam as sociedades cooperativas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1 – CRA

Dê-se ao **caput** do art. 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, nos termos do art. 2º do projeto, a seguinte redação:

Art. 56. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de, no mínimo, três e, no máximo, sete membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos anualmente pela assembléia geral, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus componentes.

..... (NR)

Sala da Comissão. – **Pedro Simon**, Relator.

**Despacho**

#### PLC Nº 6, DE 2003

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que “Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências”, e a comunicação desta Presidência feita ao Plenário na sessão de 3 de março de 2005.

#### Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei da Câmara às comissões de CRA/–/–.

Senado Federal, 16 de março de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.034, de 2006**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006** (apresentado como conclusão do Parecer nº 552, de 2006, da Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa), que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição, cujo parecer foi lido anteriormente.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.036, de 2006**, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003** (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas), cujo parecer foi lido anteriormente.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, a nobre Senadora Iris de Araújo.

S. Exª dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto a um assunto sobre o qual falei na semana passada.

Considero inoportuna sob todos os aspectos a iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em propor a instalação de uma miniconstituinte exclusiva para empreender a reforma política, quando o País está em pleno processo eleitoral, em pleno calor da disputa, o que inviabiliza o debate imparcial de um projeto desse porte.

Há diversos aspectos a destacar. O mais grave: a inusitada proposta decepa a crescente movimentação de setores organizados da sociedade civil, que já vinham discutindo a Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva, mas dentro de uma ampla dimensão, relacionada com a reforma geral das atuais leis que atrofiam o crescimento brasileiro e oferecem brechas para que proliferem os desvios e as irregularidades, os mesmos que inviabilizam as perspectivas de uma Nação livre das gritantes injustiças sociais que penalizam o nosso sofrido povo.

Não é por acaso que a proposta tenha despertado, imediatamente, reações no mundo político e jurídico, que a adjetivaram como “inconstitucional”, “golpista” ou “chavista”. O debate se tornou maniqueísta, simplifi-



cado, absolutamente centrado numa ótica legalista e burocrática e, mais uma vez, a Nação perde a chance de ir fundo nos seus problemas, de buscar soluções compatíveis com a extrema gravidade do momento em que vivemos.

O reducionismo que Lula impôs à proposta da Constituinte é, no todo, desalentador. Não se faz uma Assembléia Exclusiva apenas para debater uma reforma, no caso a política. Há questões da mesma urgência e importância como as reformas previdenciária, tributária, trabalhista. Direcionar toda uma complexa eleição de integrantes da sociedade para um propósito específico seria, sim, desperdício de tempo e de dinheiro.

O Presidente não entendeu que o conserto que as pessoas sérias deste País pregam é muito maior. Diz respeito à própria essência da vida nacional, infelizmente corroída pelo descrédito que alguns impuseram ao Parlamento e aos demais Poderes.

Conforme já citei aqui, recente pesquisa CNT/Sensus revelou a brutal perda de confiança da sociedade em suas principais instituições: 11,9% dos brasileiros confiariam na Justiça; 10,3% acreditam nos meios de comunicação; apenas 3,9% crêem no Governo Federal, enquanto que a credibilidade do Congresso Nacional se restringe a somente 0,4% dos consultados. É devastador!

Igualmente, também já destaquei aqui o propósito de uma reforma ampla e geral nas leis! É imprescindível dar um basta à desumana sangria no bolso do povo: esta montanha de impostos ultrajantes que empobrece quem quer trabalhar e produzir, ao mesmo tempo em que proporciona lucros desmedidos às instituições financeiras. Ressaltamos também os crescentes índices de violência e de desemprego, que não cessam de acrescentar ainda mais infelicidade à nossa sociedade.

Dessa forma, Sr. Presidente, remendos numa Constituição que sequer foi totalmente regulamentada em nada contribuiriam para oferecer alternativas realmente consistentes na construção do País com que de fato sonhamos. Foi nesse sentido que importantes entidades da sociedade civil iniciaram o debate sobre a Constituinte Exclusiva, cujo caráter seria totalmente legal, na medida em que se tornaria realidade apenas se aprovada por uma consulta pública, um plebiscito ou referendo popular. E mais: o debate sobre sua viabilidade só aconteceria com o Congresso Nacional renovado em 2007, e este poderia ou não aprová-la.

Pela proposta apresentada pelo jurista Ives Gandra da Silva Martins, reafirmada semana passada em entrevista à Agência Brasil, a idéia da composição seria de representantes da sociedade que não tives-

sem o propósito de seguir carreira política, sendo que o número de candidatos eleitos seria rigorosamente igual ao de Parlamentares que hoje representam seus Estados no Congresso Nacional.

No original, a proposta, feita por expoentes da sociedade civil, seguiria o figurino das experiências de outras nações que produziram constituições consistentes e duradouras, vencendo injustiças e edificando progresso. O caráter “exclusivo” dessa Constituinte, que funcionaria paralela ao Congresso Nacional, visaria tão-somente à sua independência e à vasta especialidade dos componentes! Só assim iríamos fundo nas questões a serem mudadas – e que muitos não querem que sejam mudadas!

Ao reduzir a Constituinte exclusiva à reforma política, o Presidente despertou a suspeita de que estaria articulando algo relacionado à sua própria manutenção no poder, mas, nesse aspecto, é preciso justiça: trata-se de evidente exagero – próprio desse eterno jogo entre Governo e Oposição, prática que tanto contribui para o nosso atraso... Entretanto, o Brasil é assim mesmo: a precária receptividade em importantes setores jurídicos à proposta de miniconstituinte do Presidente e os fortes adjetivos utilizados para caracterizá-la fizeram com que antigos defensores da autêntica Assembléia exclusiva recuassem.

Anteontem, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil rejeitou a proposta por meio de nota. O Presidente da entidade, Roberto Busato, afirmou: “Constituinte – plena ou parcial, exclusiva ou derivada – só se justifica quando há ruptura institucional”, o que não é o caso. Bom lembrar que, há exatamente um ano, Busato defendeu a convocação da Assembléia Constituinte, que funcionaria de forma paralela ao Congresso Nacional, observando então: “Experiências anteriores de Congresso-Constituinte têm se mostrado nefastas ao País, pois não fundam uma nova ordem: apenas remendam a anterior, frustrando o sentimento de mudança e renovação”.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, reafirmando a coerência – da qual não pretendo nunca abrir mão!! –, quero finalizar, dizendo que o Brasil necessita, sim, passar por uma mudança ampla e profunda, de fato, por uma “refundação” como, antes, disse o próprio Presidente da OAB.

Nosso problema central é o atual método de exercício da política, que tem sido inconveniente aos propósitos maiores a Nação. Em nome da próxima disputa, da próxima vitória, perpetuam-se práticas que impedem os verdadeiros avanços:

– corporações não abrem mão dos privilégios de seus associados;

– setores da economia que lucram, não repartem o fruto por meio de investimentos na produção;

– a forte burocracia, encastelada nas estruturas de poder, resguarda a ferro e fogo suas benesses – fonte das gritantes irregularidades que escandalizam o País;

– e os partidos não querem ceder, um só milímetro, da fatia de domínio conquistada.

E, até que saia às ruas, a voz do povo e de suas organizações não chega a incomodar os ouvidos dos que podem modificar o curso dos acontecimentos.

Há muita gente a clamar por justiça e direitos: direito dado por lei, mas negado na prática, no cotidiano das multidões que clamam pelo emprego, no dia-a-dia das crianças que esperam pelo leite e na dor das mães de família que choram a perda dos filhos, no esplendor da violência transformada em guerra urbana.

Enquanto as instituições não forem ordenadas, de forma que impeçam a sangria dos recursos públicos, derramados pelo mesmo ralo onde jorram mensalões e sanguessugas, o País continuará assim: em sede permanente de justiça e de verdade.

Uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, a partir de 2007, eleita democraticamente pelo voto popular, longe das paixões ideológicas, fundamentada apenas no ideal de servir à Nação, seria, sim, o primeiro passo para grandes transformações, capazes de moldar um País progressista, avançado, calcado na ética e que, de fato, faça valer o amor ao próximo.

Se a proposta se torna impraticável agora, veremos o melhor momento de retomá-la, porque jamais desistiremos deste sonho chamado Brasil!!!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Senadora Iris de Araújo falou por cessão do Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, do Estado da Paraíba.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago hoje um tema de extrema importância para meu Estado, Paraíba, no tocante a seu futuro e ao da sua economia.

A economia da Paraíba, no presente momento, está extremamente fragilizada, pois faltam oportunidades, e há extrema necessidade de projetos estruturantes.

Em nossa situação atual, o setor primário é incipiente, baseado fundamentalmente na produção de cana-de-açúcar, de algodão e de abacaxi e na pecuária, principalmente na ovinocultura.

No setor secundário, há ênfase na manufatura, na área têxtil, nos fios. A base da origem da matéria-prima são os calcários, com cerâmica e com fábricas de cimento, e há algumas atividades voltadas à produção de plásticos, sem uma vocação específica.

O setor terciário não traz novidade. Os maiores contribuintes do ICMS da Paraíba baseiam-se em derivados de petróleo, em combustíveis ou em impostos cobrados referentes à telefonia, à energia, e não, basicamente, em uma pujança de seu comércio.

Diferenças podem ser encontradas entre a Paraíba e os Estados vizinhos que têm similaridade geográfica, como Pernambuco. O Estado de Pernambuco traz um diferencial, pois tem um pólo industrial tradicional consolidado, tem esperanças de ver implantada uma refinaria de petróleo, tem o Porto de Suape, tem o pólo de fruticultura de Petrolina, tem um estaleiro de porte internacional que está sendo implantado, tem turismo consolidado. Portanto, Pernambuco tem uma presença econômica bastante forte, com expectativa de futuro.

A situação do Ceará é semelhante, pois também tem um pólo industrial bastante forte, consolidado. Naquele Estado, há o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, um pólo estruturante. A Petrobras está fazendo investimentos significativos no Ceará. O Estado tem o projeto do Gasfor II e a Lubinor, que é uma fábrica de asfalto. Fortes investimentos estão sendo feitos no Estado, o que é muito bom para o Nordeste. Parabenizo o Ceará! Há também uma infra-estrutura de turismo bastante forte. Portanto, o Ceará consegue navegar em direção ao futuro com muita tranquilidade e com perspectivas.

O Rio Grande do Norte, nosso vizinho ao norte, tem forte produção de petróleo, de gás natural e de sal, uma fruticultura bastante consolidada, carcinocultura, e o turismo está bastante evoluído. Também é um Estado que evolui de forma significativa e que caminha para ter um futuro assegurado.

Na Paraíba, não existe um projeto estruturante do Governo Federal. A Transnordestina não passa pela Paraíba. O único projeto estruturante que está previsto, mas que é que uma frustração nordestina e, portanto, paraibana, é a transposição do rio São Francisco, que beneficiaria os Estados da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Mas, até hoje, o projeto não saiu do papel, e não me cabe avaliar as razões. Porém, a transposição é o único projeto estruturante que atingiria, entre outros Estados, a Paraíba. Mesmo assim, nada ocorre naquele Estado.

Eu queria falar um pouco agora sobre um fato extremamente pitoresco, curioso, que é a história do petróleo na Paraíba. Até hoje, não foi investido nenhum centavo da Petrobras no nosso Estado. O descobridor

de petróleo na Paraíba, por incrível que pareça, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi um agricultor chamado Crisogonio Estrela, vulgo Gangão. Ele procurava água para dar de beber ao seu rebanho, nas intempéries da seca – tentava fazer, de forma rudimentar, um poço para captar água –, quando, coincidentemente, não encontrou o que queria, mas encontrou petróleo. Isso lembra os velhos tempos do Texas, da colonização americana, quando se furava o solo e se encontrava petróleo. Exatamente dessa forma aconteceu. Não foi a Petrobras, não foi nenhum estudo científico, e, sim, um simples agricultor que, tentando obter água, encontrou petróleo. Só que ele conseguiu um produto que não atende às suas necessidades, mas que custa US\$77 o barril, a preço de hoje no mercado internacional.

A bacia do Rio do Peixe, que se interliga com a área de petróleo de Mossoró, está exatamente na região de Sousa, que fica no interior da Paraíba. As perspectivas de produção na bacia do Rio do Peixe – uma bacia terrestre, uma bacia inteiramente identificada, inteiramente configurada – não tiveram, até hoje, as atenções necessárias por parte da Petrobras.

Uma outra bacia que foi prospectada, nesse caso, pela Petrobras foi a bacia Pernambuco-Paraíba. Esta, sim, é marítima. Conforme estudos feitos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e por empresas de consultoria, configura-se como uma das mais promissoras bacias petrolíferas da nossa região.

Vem aí a geração de expectativas! V. Ex<sup>a</sup> sabe, Senador Marcos Guerra, com sua experiência empresarial, que um Estado e uma Nação vivem de expectativas. Quando as expectativas são otimistas, há crescimento econômico, há pujança econômica. Então, nós, na Paraíba, ficamos frustrados por expectativas geradas no sentido de que, finalmente, haveria algo de positivo no nosso Estado.

As pesquisas da Petrobras e as realizadas na área datam de 2002, de 2003. Trezentas amostras de solo da região de Sousa configuraram-se como potencialmente ricas em petróleo. E é bom que se frise que ali o petróleo tem características de petróleo leve, que é aquele com o qual se obtém um preço ainda melhor.

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estava decidida a incluir o Nordeste nas suas próximas licitações. E, assim, a Paraíba contava com isso.

A Consultoria Legislativa do Senado me proporcionou um dos maiores enriquecimentos da minha experiência nesta Casa. Faço questão de frisar o nível e a qualidade técnica dos membros dessa Consultoria. Tive oportunidade de conversar com Paulo César Ribeiro Lima – ex-membro da Petrobrás e, hoje, membro desta Casa –, que, inclusive, coincidentemente,

foi quem batizou a empresa com o nome de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ele foi um colaborador nosso. Portanto, estou bastante fundamentado em relação àquilo que abordo.

As expectativas geradas na Paraíba foram ainda maiores. A própria ANP, no início deste ano, em fevereiro, por meio de um jornal de extraordinária credibilidade, o **Jornal do Brasil**, trouxe matéria que abrangeu uma página com a seguinte manchete: “Petróleo com sotaque”. Mentira! Petróleo sem sotaque, na verdade. V. Ex<sup>as</sup> vão ver mais na frente!

Aqui, estão os pontos a serem licitados, pontos nos quais a ANP ia atuar: as bacias petrolíferas do Estado de Pernambuco e da Paraíba. E há um detalhe: dimensiona seus valores. Faz estimativas de 15 mil barris e – atenção! – dá ênfase ao fato de que o óleo é leve.

Outro jornal, na mesma data, 9 de fevereiro, **Gazeta Mercantil**, também extraordinário, com foco e ênfase na área econômica, também traz toda uma página na qual estão situados os estudos e as perspectivas da prospecção de petróleo nos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

A expectativa que ocorreu nos dois Estados do Nordeste teve como fonte de informação a própria ANP.

Nós, nordestinos da Paraíba e de Pernambuco, fomos surpreendidos, no início desta semana, na última segunda-feira, com a Oitava Rodada de Licitação dos Blocos Exploratórios da ANP. A Resolução nº 3, de 18 de maio, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou, no **Diário Oficial da União**, no dia 2 de agosto de 2006, que a ênfase seria dada em gás natural e em óleo leve, que, segundo os próprios jornais e a própria ANP, eram os olhos da bacia Pernambuco-Paraíba. Seriam incluídos 284 blocos de 14 setores, e estaria excluído o bloco Pernambuco-Paraíba.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Senador Roberto Cavalcanti?

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Pois não, Senador. É uma honra!

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – V. Ex<sup>a</sup> lembra, com muita propriedade, que a decisão da ANP frustrou muito todos nós, paraibanos e pernambucanos. Isso me faz recordar uma frase, sempre repetida, de autoria do Embaixador Roberto Campos. Ele disse certa feita: “Nada pior do que a reversão de expectativas”. Houve uma grande reversão de expectativas, o que significa a morte da esperança, porque, depois de um trabalho muito consistente e articulado feito pelos Estados da Paraíba e de Pernambuco, por meio, inclusive, de suas respec-

tivas lideranças políticas, ficou acertado que seriam licitadas áreas para prospecção no território dos dois Estados. Mesmo porque, como certa feita já tivemos oportunidade de conversar sobre o tema, sabemos que há petróleo na Bahia, em Sergipe, em Alagoas e, também, no Rio Grande do Norte. Sabemos que os limites políticos não são coincidentes com os mineralógicos, o que significa dizer que é pouco crível que haja petróleo nos Estados vizinhos e que não existam reservas de igual sorte nos territórios dos nossos Estados. Está comprovado também que é tudo uma bacia só. Até para aqueles que defendem a teoria de Wegener, no sentido de que os continentes americano e africano foram um só, fica mais uma vez claro que realmente a lógica aponta para que houvesse resultados positivos nos estudos que seriam realizados. Daí por que V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção, com propriedade, para o fato de que houve uma reversão de expectativa surpreendente nos dois Estados, que está repercutindo muito, inclusive na mídia, na imprensa de modo geral. Espero que a ANP reveja tal medida, mesmo porque isso não foi adotado senão mediante prévios e adequados estudos, feitos com a participação de ambos os Estados da Federação brasileira. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por tratar desse assunto hoje, nesta Casa.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte. Reforço, no aspecto da Paraíba e de Pernambuco, que é muito importante, dentro da expectativa econômica, haver uma primeira ocorrência de petróleo no Estado.

Repetindo, foram incluídos 284 blocos. A minha pergunta é: por que não incluir mais um? Isso representaria, em nível matemático, em percentual, 0,0035% dessa licitação.

Procurei o Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, no Rio de Janeiro, na última segunda-feira, e ele alegou que os motivos técnicos eram que a primeira fase das licitações, que ele chamou de primeiro momento, era composta por estudos encaminhados ao Conselho de forma ainda embrionária. No segundo momento, que era o da decisão, haveria definições, obedecendo-se a critérios técnicos e de mercado. Ocorre que, nesse espaço entre o primeiro momento e o segundo, houve o evento do gás da Bolívia, tão conhecido. Isso fez com que o Conselho adotasse o critério de prioridade para o gás natural e para o petróleo leve, o qual, lembro mais uma vez, foi citado, nas notícias do começo do ano, cuja fonte é a própria Agência Nacional do Petróleo, como aquele possível de ser encontrado na bacia de Pernambuco/Paraíba.

O foco da Oitava Rodada de Licitação passou a ser o gás natural. A pergunta é: o que causaria a Es-

tados como a Paraíba e Pernambuco o acréscimo de mais um poço aos 284 poços?

Sou empresário, sei respeitar pareceres técnicos, sei o que são prioridades, mas não me convence a desculpa de que o acréscimo de mais uma bacia, como essa de Pernambuco e da Paraíba, poderia causar qualquer transtorno. Isso poderia, sim, de forma inversa, gerar para cada um desses Estados uma expectativa fantástica.

Para finalizar, Sr. Presidente, a minha conclusão é a de que devemos conclamar as Bancadas de Pernambuco e da Paraíba a se juntarem neste momento difícil, em que, entendo, a preocupação maior é a política, mas em que é preciso que se tenha atenção com os focos econômico e empresarial.

Conclamo os Governadores Cássio Cunha Lima, da Paraíba, e José Mendonça Filho, de Pernambuco, para se acostarem. Os dois estão em campanha, mas é preciso que aproveitem este momento, porque ele é único. Se não o conseguirmos agora – a licitação será aberta no dia 28 ou 29 de novembro próximo –, só teremos outra oportunidade daqui a um ano, o que, economicamente, é muito para um Estado como o da Paraíba.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, era o que eu tinha a dizer a V. Ex<sup>as</sup>, torcendo para que Paraíba e Pernambuco sejam novamente incluídos nessa licitação que deverá ser feita no próximo mês de novembro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)** – A Presidência deseja sucesso aos dois Estados citados, Paraíba e Pernambuco.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, do PFL de Pernambuco.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE.** Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente da sessão, nobre Senador Marcos Guerra, ilustre representante do Espírito Santo nesta Casa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como se sabe, redistribuir de forma justa os recursos gerados pela sociedade continua a ser o maior desafio da política. A suposição de que o poder do Estado é capaz de superá-lo tem sido, até hoje, a maior utopia de todas as ideologias. Talvez por isso seja tão recorrente, na esfera do pensamento político, afirmações como o fim da ideologia, feita por Daniel Bell no passado, ou até o fim da história, como sugeriu recentemente o polêmico Francis Fukuyama. Aliás, acredito que Fukuyama, certamente, não está mais interessado em reeditar a sua talvez primeira grande obra, que teve o título de **O Fim da História e o Último Homem**.



Se a escolha racional fosse com fundamento de todas as decisões políticas, teríamos atingido a condição do Estado ideal, imaginado por Platão em sua obra **A República**.

A despeito de todos os avanços da ciência virem se acelerando, na medida em que progride a disseminação do conhecimento, nenhum Estado conseguiu, por exemplo, assegurar o pleno emprego, por mais que seja esse o maior empenho de todos os sistemas políticos e plataforma de candidatos.

A dificuldade, embora política e economia sejam campos cada vez mais interdependentes, é tratar-se de duas esferas de atuação distintas. A diferença é que medidas irracionais na economia levam, fatalmente, ao fracasso. Na política, lamentavelmente, podem levar ao sucesso, embora de curto prazo.

O empecilho de se conseguirem resultados econômicos com decisões políticas reside na circunstância, por todos reconhecida, de que o Estado é capaz de redistribuir, mas não de gerar riquezas, conquanto seja pródigo, muitas vezes, em aumentar despesas.

As políticas que visam a abrandar as diferenças sociais são o recurso imemorial utilizado na busca de conciliarmos os ideais de liberdade com as aspirações de igualdade. O inconveniente é que o uso de medidas compensatórias termina sendo, porém, invariavelmente discriminatório. A discriminação consiste em dar aos benefícios concedidos pelo Estado o caráter de condescendência patrimonialista do poder e não o desfrute de uma prerrogativa a que todo cidadão deveria ter direito, quando as carências de que foi vítima não lhe garantiram igualdade de oportunidades.

O direito ao trabalho dignamente remunerado continua sendo, portanto, a forma mais democrática de se garantir a sobrevivência de todos, sem discriminação.

Nenhuma política social tem sido mais eficiente, mais justa e de maior repercussão nas sociedades contemporâneas do que as previdenciárias. Elas visam a garantir não só a fruição de uma sobrevivência digna ao fim da vida útil e produtiva dos cidadãos, mas também a superação das incertezas decorrentes das doenças que exigem cuidado maior e que são mais onerosas.

Os sistemas previdenciários, dotados de maior grau de eficácia, tornaram-se o recurso político mais racional e o benefício econômico mais justo, no ideal de se conseguir disseminar, de forma tanto quanto igualitária, os benefícios coletivos gerados pela sociedade e redistribuídos pelo Estado.

A mudança do paradigma demográfico do mundo contemporâneo, no entanto, vem pondo em risco

os modelos previdenciários existentes na maior parte do mundo.

Na década de 60 do Século XX, o francês Jacques Lambert, no livro que se tornou símbolo de sua especialidade – **Os Dois Brasis** –, chamou a atenção para o fato de que as diferenças que separam a França do Brasil decorriam de circunstância de que, em seu país, a renda de três franceses devia sustentar dois outros abaixo da idade produtiva, enquanto, no Brasil, a equação era exatamente inversa: cada dois brasileiros em idade produtiva tinham o encargo de suprir a necessidade de três outros demandantes de serviços públicos que ainda não tinham condições de entrar no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, outra inovação social tão importante quanto à Previdência consistiu na instituição do seguro-desemprego como instrumento indispensável para aumentar a garantia de sobrevivência condigna, quando condições adversas do mercado o tornam recessivo, setorial ou temporalmente. É o que estamos vendo no Brasil neste instante: altas taxas de desemprego, exigindo, conseqüentemente, a utilização do recurso ao seguro-desemprego.

Dotar o País de um sistema previdenciário economicamente equilibrado e de um mecanismo de concessão de seguro-desemprego politicamente eficiente e imune a formulas e violações de toda ordem é nosso maior desafio. E a primeira medida para se atingir esse objetivo consiste em dar transparência a essas instituições de tanta e tão significativa relevância para a paz e estabilidade sociais. Para tanto, Sr. Presidente, faz-se indispensável separar o benefício previdenciário, baseado em contribuições solidárias de empregados, empregadores e sociedade, como em toda parte, do que é política compensatória não-contributiva, para atender aos excluídos do mercado de trabalho, enquanto não atingirmos níveis de empregos que possam dispensá-lo.

A propósito, a Previdência – é bom lembrar – tem sido, em todo o mundo, o fator mais decisivo para a justiça social e a eliminação da pobreza.

Tanto no que respeita aos cidadãos ativos, por ser sinal do nível de emprego de cada país, como também em relação aos inativos que, de outra forma, não teriam meios de sobrevivência, quando atingem o fim da idade produtiva. Aliás, tal ocorre também no Brasil, pois, segundo estudo do IPEA, divulgado pela **Folha de S. Paulo**, edição de 02 de julho de 2006, em matéria assinada por Marta Salomon, que “

“(…) os benefícios pagos a idosos e deficientes e as aposentadorias e pensões vinculadas ao salário mínimo contribuíram mais que o Bolsa-Família para a



redução da pobreza no País no ano de 2004” [que é justamente o ano em que foi estudado pelo IPEA]

“Sem o conjunto desses três programas, a proporção de pobres teria alcançado 38% da população naquele ano, sete pontos percentuais acima dos 31% registrados oficialmente(...).

Desses sete pontos, cinco são atribuídos aos benefícios ligados ao mínimo e dois ao Bolsa-Família e ao benefício específico a idosos e deficientes”.

Por aí se vê, Sr. Presidente, a importância que os programas previdenciários têm na redução da pobreza em nosso País e quanto eles são relevantes por serem benefícios continuados e, conseqüentemente, garantirem a estabilidade da família beneficiada.

Sr. Presidente, os superávits do nosso sistema previdenciário, contudo – é bom lembrar –, serviram a todas as necessidades de muitos governos. Só não se destinaram a formar aquilo que é fundamental: as reservas técnicas necessárias para compensar os desequilíbrios sazonais decorrentes de nossa instabilidade econômica e de nossas turbulências políticas. É certo que, graças ao Plano Real, a instabilidade econômica desapareceu – e espero que possamos continuar avançando nesse campo –, e também as turbulências políticas, hoje, estão mais reduzidas, sobretudo após a consolidação da democracia através da Constituição de 1988. De toda maneira, Sr. Presidente, falta-nos visão de Estado e concepção estratégica na condução de nossas políticas sociais, abastecidas, na maioria das vezes, pelos recursos fáceis da demagogia, do patrimonialismo.

As sucessivas constituições sob as quais temos vivido nos últimos cem anos têm sido eficientes em distribuir benesses e promessas e atender a demandas de alguns contra as de todos, raiz de todas as modalidades do arraigado corporativismo brasileiro. Só não tem servido para alçar os recursos gerados pela sociedade, conforme correta prescrição de Ferdinand Lassale: “a cada um segundo suas necessidades e de acordo com suas possibilidades”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o tempo que me destinou.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos para seu pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO  
SR. SENADOR ALVARO DIAS NA  
SESSÃO DO DIA 9 DE AGOSTO, DE 2006, QUE,  
RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,  
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma regimental.

Com a palavra, pela Liderança do PFL, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, falarão os Senadores Marcos Guerra e Eduardo Azeredo.

Peço desculpas ao Senador Marcos Guerra, porque o Senador Antonio Carlos Magalhães estava inscrito como Líder.

V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito, Senador Marcos Guerra.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Estou inscrito, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Depois do Senador Eduardo Azeredo, será V. Ex<sup>a</sup>, com toda a simpatia dos baianos por adoção.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dirigir-me a V. Ex<sup>a</sup> e à Casa para demonstrar, mais uma vez, como acaba de demonstrar o Senador Alvaro Dias, a situação terrível que o País atravessa. O Presidente, burlando a lei eleitoral, faz a cada dia um comício, ou no Planalto ou na Caixa Econômica, e explora sem explicar as causas graves que certamente ele vai explicar no programa da Globo, no qual ele já leva vantagem, pois vai fazer o programa no Palácio onde reside. Essa é uma maneira de impedir que seja feito o mesmo tipo de perguntas que fizeram ao nosso querido candidato Geraldo Alckmin.

Mas quero chamar a atenção para a manchete do jornal **O Globo**, que respeito e por cujos dirigentes e redatores tenho o maior apreço. Há uma manchete que precisa ser pelo menos retificada, Sr. Presidente: “SP mantém indulto a 11 mil presos apesar de atentados”. Aqui está a manchete.

Ora, Sr. Presidente, São Paulo não dá indulto. Quem dá indulto é o Presidente Lula e o meu amigo Márcio Thomaz Bastos. Tenham paciência! Não vamos desviar as coisas, como, infelizmente, uma parte da imprensa está fazendo.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que, se esses indultos forem assinados, o serão pelo Dr. Lula, acolitado pelo meu prezado amigo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Aliás, como gosto muito do Márcio, estimaria dizer que essa constituinte que está aí – algumas figuras ilustres foram favoráveis a esse golpe, mas felizmente a Ordem dos Advogados já foi contra – deve ter um pouco do meu amigo Márcio Thomaz Bastos. Ele foi presidente da Ordem e não apareceu

na reunião. Evidentemente, se não houvesse nada, ele apareceria, normalmente, com outros presidentes da Ordem dos Advogados. Ele não apareceu, e habilidade e inteligência ninguém lhe nega, principalmente eu, que o conheço bastante. De modo que essa constituinte golpista foi repelida por quase todos os advogados do Brasil e veementemente repelida pelo Dr. Busato, presidente da Ordem dos Advogados.

Conseqüentemente, aqueles que foram ao Palácio – sem comunicar à Ordem –, atendendo a um pedido de Sua Excelência o Presidente da República, para preparar um minigolpe... Há os grandes golpes, que são os que conhecemos: valerioduto, mensalão, sanguessugas ou, então, Gamecorp.

Ele, aliás, terá oportunidade, nesse programa da Globo, preliminar dos programas oficiais que acontecerão a partir de 15 de agosto, de explicar os R\$15 milhões que seu filho Fábio recebeu da Telemar; terá de explicar se sabia ou não do mensalão; terá de explicar se sabia ou não do valerioduto.

Ele já disse que sabia, já negou. Conseqüentemente, chegou a hora de a Globo perguntar sobre valerioduto, mensalão, sanguessugas, Humberto Costa, vampiro – o vampiro que é candidato em Pernambuco.

Tudo isso, evidentemente, vai ser objeto – tenho certeza – da arguição de William Bonner e Fátima Bernardes.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, lamentavelmente, hoje tomamos conhecimento, pela imprensa, de que o Planalto está condicionando que só poderá haver uma pergunta sobre corrupção; que não poderá ser feita mais de uma pergunta ao Presidente sobre todos os escândalos de que a Nação tomou conhecimento e que V. Ex<sup>a</sup> está lembrando – e o faz muito bem – para todo o Brasil. Mas o Presidente está condicionando que só poderá ser feita uma pergunta, ou seja, que ele quer responder a uma única pergunta e, com isso, limitar as explicações que deve ao cidadão brasileiro.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não tenho a menor dúvida de que ele seja capaz de fazer essa proposta. Mas, desde o tempo de Roberto Marinho, meu fraternal amigo, e pela linha dos seus filhos, não acredito que ele terá êxito na sua proposta.

Também ao debate da Bandeirantes ele já disse que não vai. Se a Bandeirantes não deixar uma cadeira vazia, mostrando que ali seria o lugar do Presidente,

entendo que nenhum dos candidatos deveria comparecer. Se a emissora deixar vazia a cadeira dele, acho que todos devem comparecer. Mas, se não for para deixar, é melhor que ninguém compareça, porque a mentira oficial, gasta com publicidade milionária... Por falar em publicidade milionária, V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente – parece-me que já o fez, mas não vi –, tem de bater o **mea-culpa**. V. Ex<sup>a</sup> quase nos leva – um homem sério, digno, correto e meu amigo, como V. Ex<sup>a</sup> –, por falta de informação, a pagar R\$5,6 bilhões para a Petrobras gastar na campanha, porque, escolhidos os estaleiros que iam fazer a construção, os estaleiros iam fazer seu mensalão, para jogar na campanha de Jaques Wagner e dos demais candidatos. Evidentemente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não sei se a Mesa pode manifestar-se a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A Mesa infelizmente não pode debater.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não vou debater. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, não vou discutir. O Senador César Borges, da Bahia, alertou-me, e pedi que houvesse vista coletiva para estudo, porque realmente me baseei em uma coisa que considero importante: a recuperação dos estaleiros, com a qual se criarão 20 mil empregos, sem prejuízo da fiscalização permanente do Tribunal de Contas. Tratava-se da possibilidade do aumento da dívida e não de facilitar os empréstimos; não se discutiram os empréstimos, mas sim o aumento da dívida.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas por que, Sr. Presidente, só na véspera da eleição, essa idéia de estaleiro, de Camargo Corrêa e outras firmas?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas sou submisso à discussão. O Senador César Borges é testemunha e pode...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É muita coincidência só vir querer fazer estaleiro com cinco bilhões e tanto na véspera da eleição, quando se sabe que a Petrobras é um duto especial para dar dinheiro aos petistas. Evidentemente que V. Ex<sup>a</sup>, um dos homens mais hábeis e inteligentes que conheço, vai reparar isso, e, se formos discutir esse assunto, será depois da eleição, porque estarei aqui vigilante, impedindo que essa votação se faça. Faço isso por um dever moral e por um dever de Senador que quer vir toda semana, como estou hoje aqui, contar à Nação o Governo do Lula. O Governo do Lula é o que há de mais grave moralmente no País em todos os tempos. Há quem tenha saudade de Collor! Veja V. Ex<sup>a</sup> a que ponto chegamos!

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Com muito prazer.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, a cada dia aparece um fato novo em relação a esse Governo do Presidente Lula. No final da semana passada, apareceu um fato novo em relação a essa CPMI dos Sanguessugas: a questão dos ônibus para inclusão digital. Ora, o que seria um ônibus para inclusão digital? Era comprar um ônibus para nele colocar, Senador César Borges, 12 computadores para, então, dar aulas de informática. Ora, ônibus, Kombi ou outro veículo equivalente normalmente para questões que duram pouco tempo. Por exemplo: pode-se colocar um ônibus para fazer exame oftalmológico, pode-se usar um ônibus para tirar sangue para ver se a pessoa é diabética ou para uso odontológico; pode-se fazer também uma biblioteca parando em frente a uma escola que não possui biblioteca. São coisas assim. Agora, ensinar Informática é, na realidade, uma coisa que demora muito, quer dizer, o curso de informática demora cerca de 90 ou 180 dias. Então o ônibus vai ficar parado por 90 ou 180 dias. Esse é um programa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que, ao contrário do da ambulância....

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E é ônibus velho!

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Ônibus velho. Mas mesmo que fosse novo. Esse é um programa feito para que alguém “coma” dinheiro. Faz lembrar aquela frase do antigo Ministro Mário Henrique Simonsen, que dizia assim: “Há programas que para o Governo é melhor pagar a comissão e não fazer aquilo que está previsto”. Este é um caso típico. Lembro-me que quando eu era Secretário da Educação em Pernambuco – já o fui por duas vezes – sempre aparecia gente querendo vender ônibus para dar algum tipo de curso. Aí eu sempre dizia o seguinte: “Olhe, meu filho, eu tenho aqui mil escolas, todas paradas, e não conseguimos administrar direito; tem sempre uma com um problema, outra, com outro. Imagine 20 escolas andando por todo o Estado! Pode acontecer de o ônibus bater, ou o motorista adoecer ou atropelar alguém, ou mesmo o ônibus quebrar. Quer dizer, é uma coisa que não é prática e não deve funcionar”. Penso que este é o tipo programa que tem de ter uma ampla investigação, porque todo o cheiro disso é mal, cheira mal, uma vez que não tem lógica montar-se um curso de informática dentro de um ônibus. É inédito! Inclusive há ONGs, há instituições que fazem programa de inclusão digital, mas nenhuma faz em ônibus. O cidadão leva o computador numa sala e ensina dentro daquela sala, enquanto houver aluno. Quando não houver mais aluno, ele tira os computa-

dores e vai para outro local, e bota os computadores numa Kombi, que dá para carregá-los de um lugar para outro de três em três meses, de seis em seis meses. Então, essa questão da inclusão digital por meio de ônibus é mais grave do que a questão da ambulância e deve ser investigada a fundo. Porque aí deve ter muito problema realmente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Essa investigação, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, tem de ser feita a fundo para desmoralizar, mais uma vez, outro setor de ciência e tecnologia deste Governo. Quando eu digo que em qualquer parte que se olhar este Governo vai-se encontrar coisas graves, eu não estou mentindo; estou dizendo a pura verdade.

Agora, infelizmente, nem sempre acreditam. Mas seja como for, eu que já mostrei a manchete de **O Globo**, vou mostrar outra manchete real: “Desemprego no País é o dobro do oficial”. E eles dizem aqui com uma coragem danada, a Líder, os Líderes, enfim, os poucos que aparecem aqui – vamos ser francos – eles estão acanhados. A Bancada do PT é muito acanhada com o Lula; mesmo ele subindo em pesquisa, eles têm acanhamento de defender o Presidente da República.

Desemprego é o dobro! E não está só nisto aqui: “Sem emprego e sem esperança”. Esta que é a razão mais terrível: tirar a esperança do trabalhador brasileiro que acreditou nele uma vez e que, segundo dizem as pesquisas, vai acreditar a segunda vez. Mas as pesquisas estão erradas; ele vai perder a eleição justamente pela mentira que tem falado ao povo brasileiro quando os fatos forem esclarecidos.

Quero dizer a esta Casa também... Tem tanta coisa, Sr. Presidente, mas não vou abusar da sua paciência e vejo que os outros oradores estão doidos para falar, principalmente o Senador César Borges, a quem não quero privar desse direito. Mas quero dizer que o Ministério Público ofereceu, ontem, denúncia contra 11 dirigentes e ex-dirigentes do Banco Rural – o Banco Rural, já se sabe, é aquele dos empréstimos para o PT, é o do mensalão –, todos acusados de gestão temerária; é o Ministério Público quem diz. O Procurador aponta irregularidades na concessão de vultosos empréstimos, “sem observância aos princípios de garantia e liquidez”. São exatamente os empréstimos do PT. O Procurador só faltou botar aqui, entre aspas, “PT”, PT de Lula. Entre os empréstimos estão – claro! – os concedidos ao PT e às empresas do Marcos Valério.

Agora, veja também como é curioso! Em agosto de 2005, eu encaminhei um requerimento ao Banco Central em que eu indagava exatamente que sanções teriam sido impostas ao Banco Rural em face dos empréstimos concedidos ao PT e às empresas do vale-rioduto. Meses depois, o Banco Central respondeu que sanção alguma tinha sido imposta. As operações



tenham sido apenas reclassificadas para níveis de risco mais elevados, mas não tomou maior providência. Quanto às evidentes faltas de garantias, renovações sucessivas e incapacidade de pagamento, essas ainda se encontravam sob análise.

Afinal, o Ministério Público – manda a verdade que se diga – agiu, e agiu bem. Ao contrário do Governo Lula, sempre inerte no trato de investigar e punir os seus, o Procurador repetiu o que já tinha feito ao indiciar “os quarenta” do valerioduto, quando ficou faltando apenas o “Ali Babá”.

Ora, Sr. Presidente, quando fiz o meu requerimento, que aqui está, nº 921, de 2005, eu dizia exatamente isso, e eles responderam de uma forma que realmente não correspondia, de modo algum, ao que agora estão fazendo.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, de qualquer maneira, é louvável que tenham tomado essa providência com o Banco Rural. Veja bem V. Ex<sup>a</sup> este ponto da resposta:

O Banco Central do Brasil considerou de boa técnica bancária [isso no passado, respondendo a mim] em seus relatórios de supervisão, os empréstimos feitos ao Partido dos Trabalhadores [agora está dizendo que não, mas disse, na época, que foi regular] e às empresas das quais era sócio o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza pelos bancos BMG e Banco Rural? Que sanções administrativas o Banco Central lhes imputou?

E continua:

A partir dessa análise, a Supervisão determinou a reclassificação de todas as operações citadas para o nível de risco mais elevado” [antes não tinha risco, agora, é de risco elevado]. Como resultado dessa reclassificação, foi determinado que o Banco Central efetuasse ajustes sobre a forma dessa reclassificação e a provisão adicional de R\$59 milhões [foi o que botou na bolsa o PT, nesse banco].

[...]

Essa questão ainda encontra-se sob análise podendo resultar na adoção de procedimentos com vistas à aplicação de punição administrativa.

E agora? Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, agora, o Banco Central está tomando a providência que já deveria ter tomado, quando fiz o meu requerimento. Estou vigilante quanto aos roubos deste Governo. E é preciso muita vigilância, porque os roubos se multiplicam a cada dia e, a cada dia, somos obrigados a vir a esta tribuna para mostrar à Nação brasileira que o País continua sem Governo, e o Presidente, mesmo com novo oftalmologista, sem enxergar coisa nenhuma. É uma pena! Vamos dar-lhe um oftalmologista melhor, em São Paulo; até mesmo em Campinas, há bons oftalmologistas. E ele,

embora seja do Nordeste, como reside em São Paulo, vai enxergar melhor um dia, mas o povo brasileiro vai enxergar antes dele, derrotando-o na eleição para Presidente da República e elegendo Geraldo Alckmin, como é indispensável para o País.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Espero, se Deus quiser, conversando com o Senador César Borges, que adaptemos o problema da Transpetro, principalmente dentro do interesse do País. Jamais tive qualquer disposição...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> é uma garantia.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Obrigado.

E o Senador César Borges está me vigiando bem, estando sempre atento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 907, DE 2006**

Com o objetivo de obter elementos necessários ao exercício da função fiscalizadora inerente ao Senado Federal, requeiro ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro dos Transportes, nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa de cópia dos seguintes documentos:

- Convênio nº 544.692, celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a Prefeitura de Simões Filho/BA, em 30 de dezembro de 2005, com valor empenhado de R\$ 2.807.250,00;

- Convênio nº 564.088, celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a Prefeitura de Simões Filho/BA, em 30 de dezembro de 2005, com valor empenhado de R\$ 2.000.000,00.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2006. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

(A Mesa Para Decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Com a palavra o Senador Marcos Guerra, que vem em paz.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – A família Guerra é uma família de paz.

Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo tem sido pródigo em promessas não cumpridas, inaugurações de obras que sequer foram iniciadas e declarações de princípios abandonadas sem a menor hesitação ou remorso ético quando julgadas prejudiciais ao interesse maior, que é o de permanecer no poder a qualquer custo.

Tem sido assim desde que o Presidente assumiu, em janeiro de 2003. Portanto, não devemos nos surpreender quando, travestida em medida de “interesse público” – algo que só engana os poucos avisados –, alguma disposição, destinada na verdade a atender a interesses de poucos, ganha corpo neste Governo e passa a constituir-se em ameaça concreta.

É o caso da anunciada revisão dos índices de produtividade da terra para fins de reforma agrária. Já está pronta a minuta de uma instrução normativa do Ministério da Agricultura que vai aumentar de forma substancial o número de propriedades passíveis de desapropriação, com base em alterações no chamado Grau de Eficiência da Exploração.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, jornais de todo o Brasil tiveram acesso a essa minuta e descobriram que a produção de gado em certas regiões precisará ser mais que o dobro da atual para que uma área seja considerada produtiva. No sertão nordestino, por exemplo, o número de cabeças de gado aumentará de 0,13 para 0,29 por hectare, uma variação de 123%. No caso de lavouras, o índice terá que ser duas ou três vezes superior ao atual.

Os novos índices não contavam com a aprovação do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que pediu demissão do cargo há semanas. Ele argumentava que, num momento em que o agronegócio atravessa uma crise, com queda na produção e dificuldades para exportar, não seria correto promover alterações.

Na ocasião da saída de Rodrigues, o Presidente Lula garantiu que a política agrária não sofreria mudanças. Mas o fato é que a nova tabela está pronta para entrar em vigor, não importa o quanto a crise esteja afetando os produtores rurais.

A elevação dos índices de produtividade atende a interesses de entidades como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), este último o protagonista de um episódio de violência inédito no Brasil, em que parte da Câmara dos Deputados foi destruída. Tais movimentos têm sido beneficiários de uma montanha de recursos do Governo Federal – e a expressão não é nada exagerada. Segundo a organização não-governamental Contas Abertas, o atual Governo repassou R\$549 milhões, dos quais R\$280 milhões só no ano passado, para essas entidades, en-

tre as quais o MLST, que recebeu quase seis milhões de reais desde 2003.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é uma situação que joga no desânimo o produtor rural, hoje enfrentando problemas como câmbio desfavorável às exportações, juros altos, tributos elevados, variações do clima, que, em certas regiões, acabam com a colheita, e o alto preço dos insumos agrícolas.

Os investimentos na agricultura brasileira apresentaram uma queda média de quatro pontos percentuais desde o início da atual administração, e as verbas para a defesa sanitária caíram 32%. O surgimento de focos de febre aftosa, nos últimos meses, em várias regiões do País, não é obra de forças do além, e, sim, resultado do descaso governamental.

A mudança dos índices de produtividade não vai resolver os problemas do campo. Agricultores produzem mais quando há demanda. Se não têm para quem vender, simplesmente quebram. Nos últimos dez anos, calcula-se que cerca de 25 milhões de hectares foram destinados a projetos de reforma agrária. Mas nem mesmo a fabulosa quantia que o Governo petista doou aos movimentos que dizem representar os desprovidos de terras foi capaz de reduzir a violência no campo. Por quê?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, isso ocorreu porque entidades que dizem representar os sem-terra, presas a idéias que, no restante do mundo, estão devidamente sepultadas há décadas, não têm a menor vontade de solucionar o problema. Estão assim, interessadas em gravá-lo em nome de uma ideologia ultrapassada. Cabe à sociedade brasileira resistir a tais tentativas, dando um basta à cumplicidade que pauta as relações entre esses movimentos e o Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante discurso e por ter sido sucinto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para fazer, mais uma vez, algumas observações a respeito da crise na infra-estrutura no Brasil. Essa é uma área que tem colocado obstáculos ao crescimento do País. O Brasil, para crescer, precisa ter logística e infra-estrutura devidamente resolvidas e equacionadas. O que vemos hoje é que não há avanços significativos, passados já quase quatro anos do Governo Lula. Ao contrário,



temos carência de boas estradas e aumento de custo para empresas de transporte, além de deixar sempre consignada a perda humana em acidentes no Brasil, que está muito acima da média internacional.

Já passou da hora de termos soluções paliativas para rodovias de grande movimento. Não dá mais para ficar fazendo apenas operações tapa-buracos em rodovias que têm tráfego como a rodovia BR-262, no meu Estado, que liga Belo Horizonte ao litoral capixaba. Essa é uma rodovia de tráfego intenso, com alto índice de acidentes. Passei por ela nesses últimos dias e vi que lá houve manutenção, taparam buracos, fizeram sinalização com o chamado olho de gato. Alguma coisa foi feita nesse setor. Mas não adianta uma solução dessa. É uma rodovia que precisa ser duplicada; tem volume de tráfego que justifica o processo de duplicação.

Fui à cidade de Itabira para um evento político do meu Partido, o PSDB, que lançava o vice-Prefeito Roberto Chaves como candidato a Deputado Federal. Ao passar por essa rodovia, pude ver, mais uma vez, a absoluta necessidade de ser duplicada. O ex-Prefeito Ronaldo Lages, o atual Prefeito João Izael, também lá de Itabira, lutam por essa providência, assim como o Presidente da Assembléia, Deputado Amauri Torres, também votado na região. Essa é uma rodovia, em Minas Gerais, que precisa ser duplicada.

Veja bem, Sr. Presidente, já saí do Governo de Minas há quase oito anos. Já naquela época discutíamos essa duplicação, buscávamos recursos para ela; deixamos avançado o processo com recursos que tinham sido destinados a partir da privatização da Companhia Vale do Rio Doce – havia recurso para os Estados. Eu havia conseguido consenso com os Prefeitos da região para que esses recursos fossem utilizados nessa duplicação, na duplicação da BR-262. Lamentavelmente, no Governo que me sucedeu, essa questão foi esquecida, e o dinheiro foi distribuído de outra maneira para as prefeituras e acabou-se sem que a obra de duplicação fosse feita.

Agora, temos outro caminho para fazer essa duplicação: por meio das chamadas PPPs ou do próprio processo de concessão de rodovias.

Entretanto, este Governo não conseguiu fazer nenhum processo sequer de concessão de rodovia à iniciativa privada. Essa seria uma forma moderna de fazer obras de infra-estrutura se o Governo não as fizer. Mas o Governo não faz concessão e não coloca as PPPs em funcionamento. Vivemos o pior dos mundos na área de infra-estrutura. O Governo faz apenas operações tapa-buracos. O dinheiro da Cide – volto a dizer, é muito dinheiro – é decorrente da aprovação, pelo Congresso, de uma taxação em cima da gasoli-

na. O dinheiro está aí sendo recolhido todo dia e não é empregado, como deveria ser, nas obras de manutenção das rodovias de todo o País.

Senador José Jorge, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Senador Eduardo Azeredo, gostaria de me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, este Governo, tanto do ponto de vista da privatização de rodovias – algumas delas já preparadas para privatização – quanto na questão das PPPs, não tomou nenhuma iniciativa. Então, as nossas rodovias tiveram apenas a chamada Operação Tapa-Buracos, que, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, tapa hoje e abre amanhã. É uma maquiagem que deveria durar até as eleições. Aparentemente, não vai chegar às eleições porque as estradas já estão novamente esburacadas. E o Senador Marco Maciel estava me dizendo aqui que não pagaram a Operação Tapa-Buraco relativamente aos valores previstos. Se fossem só as estradas, estaria bom, nós, brasileiros, estaríamos mais felizes; mas isso se deu também no setor de energia elétrica, um setor que acompanho mais de perto. Durante todo o Governo Lula, na verdade, praticamente não se construiu nada de novo. Estamos utilizando aquela sobra de energia, cerca de 12 mil megawatts, 20% do consumo, ainda da época do Governo anterior. Mas isso vai, pouco a pouco, sendo consumido: dois, três, quatro mil megawatts por ano, com a baixíssima taxa de crescimento do País, em torno de 2,3% ao ano, taxa superior apenas à do Haiti na América Latina. Sem dúvida, nosso País precisa de um choque de infraestrutura. Precisamos encontrar novos modelos para que possamos ter, com os recursos disponíveis, uma infra-estrutura que não atrase o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)** – Senador José Jorge, seu aparte vem exatamente somar no que diz respeito a essa preocupação. Tenho certeza que, a partir de janeiro, com a sua eleição como vice-Presidente da República na chapa do nosso candidato Geraldo Alckimin, teremos realmente uma visão diferente, uma visão aberta, uma visão que mostre que não podemos ficar com soluções pequenas. Precisamos de grandes soluções para a infra-estrutura no Brasil. A grande solução vem exatamente com investimentos com recursos do Tesouro, investimentos com o dinheiro da Cide, investimentos com a parceria com a iniciativa privada. Aí poderemos ter um País que ofereça condições de crescimento e competição com os outros países do mundo.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Marcos Guerra e depois o Senador César Borges.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> traz a essa tribuna um assunto que afeta praticamente o Brasil inteiro – as estradas. O Governo Federal colocou no combustível um imposto chamado Cide, como V. Ex<sup>a</sup> acaba de citar. A Cide é um depósito compulsório feito pelo consumidor. Quando uma empresa cobra o IPI para repassar para o Governo Federal e o empresário não repassa esse tributo para os cofres públicos, ele é considerado inadimplente e é cobrado veementemente pelo Governo Federal. E o Governo Federal tinha obrigação de aplicar esses recursos oriundos da Cide nas rodovias federais. O que o Governo tem feito, Senador? Tem dado mau exemplo, pois esse dinheiro destina-se especificamente à recuperação das estradas federais. Infelizmente, o grande número de obras que estão sendo feitas no âmbito federal é realizado pelos governos estaduais e não pelo federal. Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador Marcos Guerra, o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o Espírito Santo, acaba sendo prejudicado, porque se a BR – 262 estivesse em melhor situação, mais mineiros iriam para as praias capixabas. Eles acabam não indo com medo das rodovias.

Concedo o aparte ao Senador César Borges.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex<sup>a</sup> traz um assunto da maior importância para o Brasil. Diversas vezes, tenho ido à tribuna falar sobre esse assunto. Veja bem, V. Ex<sup>a</sup>: esse Governo que tudo prometeu e, lamentavelmente, não realizou é um governo virtual: fala muito e executa praticamente nada. Poderíamos dizer que é o “governo www”. Com relação às PPPs, recorda-se V. Ex<sup>a</sup>, que fomos instados a aprová-las rapidamente. Veio um péssimo projeto do Executivo, e nós o melhoramos muito aqui no Senado. O Presidente da República anunciou que essas PPPs eram a panaceia, era aquela solução miraculosa que iria permitir a infra-estrutura brasileira receber, em poucos anos, investimento, de 20 bilhões. Nós aprovamos uma PPP honesta e séria. O Governo selecionou 23 prioridades, que seriam as primeiras PPPs. Quantas já foram licitadas? Sabe muito bem o Senador Eduardo Azeredo que nenhuma. V. Ex<sup>a</sup> sabe a prioridade de uma estrada que é da maior importância para Minas e para a Bahia, que é a BR-116, a famosa Rio–Bahia. Pretende-se recuperá-la da divisa Minas com Bahia, na altura de Cândido Sales, passando por Vitória da Conquista, Jequié e chegando ao rio Paraguassu, de onde seria duplicada até a cidade de Feira de Santana. Está quase intransitável esse trecho pelo alto volume de tráfego e pelo baixo padrão geométrico do projeto da estrada que lá foi implantada na década de

50, na época de Getúlio Vargas. Também está a BR – 324, estrada que tem o maior volume de tráfego de todo o Nordeste do Brasil e que liga Feira de Santana a Salvador, está quase intransitável em virtude de escorregamento dos taludes, de aterro, de corte. É um problema incrível para a Bahia. Essa estrada está nas PPPs, e a obra não anda, não sai. Por quê? Por causa da inação, da incompetência, da falta de interesse desse Governo. V. Ex<sup>a</sup> sabe quanto a Cide já recolheu? Recolheu 37 bilhões desde que foi criada e desse total quanto foi aplicado para recuperação de estradas? Nem 5 bilhões.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Pois é. Um valor ridículo, um pouco mais de 10%.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Eu apresentei um projeto para que 20% da Cide fosse aplicado necessariamente na recuperação de rodovias. O projeto está tramitando, mas é claro que o Governo vai mandar sua Bancada votar contra ele. Se tivessem sido aplicados 37 bilhões nas estradas, muitas vidas teriam sido poupadas e a economia do Brasil teria economizado milhões, bilhões, de reais. Portanto, queria dar essa contribuição e parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador César Borges, agradeço as suas palavras.

Na questão das PPPs nem dá para o Governo dizer que é muito complicado. É um processo novo, é verdade, mas Minas Gerais já conseguiu fazer alguma coisa. A Bahia também está conseguindo. O Governador Aécio Neves abriu esta semana o processo licitatório, e cinco grandes grupos se credenciaram para recuperar a Rodovia MG – 50, que liga Belo Horizonte ao oeste mineiro.

Quer dizer, se um Estado consegue, por que o Governo Federal não consegue? E o que acontece? Há rodovias importantes, como essa, como a Rio–Bahia e outras, cuja construção data do Governo Juscelino Kubitschek; outras datam do Governo Vargas. Passaram quarenta, cinquenta anos, aumentou o volume de tráfego, e houve apenas obras paliativas. Por isso eu digo que precisamos de um projeto amplo, corajoso, arrojado, de duplicação das principais rodovias arteriais do País.

O Chile tem uma economia muito menor do que a nossa e possui uma rodovia que corta todo o país. É certo que o Chile é estreito, mas a rodovia acompanha todo o mapa do país em pista dupla, do norte até o sul do Chile, que é habitado.

Aqui não, poucas rodovias foram duplicadas. A maior parte delas ficam em São Paulo. Algumas que foram duplicadas, como é o caso da Fernão Dias, já estão sofrendo grande perda de qualidade por falta de manutenção.

Na Fernão Dias, desde o primeiro momento, estava previsto o pedágio e a concessão à iniciativa privada para manutenção. Ela está pronta há praticamente oito anos, e o Governo não consegue fazer um processo simples de concessão à iniciativa privada. Assim, vão continuar os gargalos que temos hoje. Discute-se agora a construção de nova siderúrgica na Região Sudeste, com a participação da Usiminas e da Vale do Rio Doce. Esse problema do transporte é um gargalo, acaba sendo um problema a mais para aqueles Estados que, como o meu, Minas Gerais, não estão no litoral, onde realmente ficaria mais fácil a logística para exportação.

No caso específico, precisamos – volto a dizer – de ação do Governo no sentido de investir recursos do Tesouro e da Cide; ação para que, de uma vez por todas, os processos de licitação para concessão à iniciativa privada sejam executados; para que as PPPs realmente deixem de ser apenas mais uma ilusão, como tantas desse Governo, a exemplo do Primeiro Emprego, que também não saiu do “chão”. Não conheço nenhum projeto de primeiro emprego que tenha sido implantado no Brasil; os números apresentados foram realmente ridículos. Então, aí é que está realmente esse gargalo. O Brasil, para crescer mais, precisa ter uma infra-estrutura à altura de sua imensidão. Não podemos continuar assim.

Volto a dizer: em Minas há outros trechos importantes. Eu poderia citar aqui, na própria 262, no sentido do Triângulo Mineiro, o trecho entre Betim e Juatuba. É inacreditável que ainda não tenha sido duplicado até hoje. Ainda no Triângulo Mineiro, não terminou a duplicação da rodovia entre Uberaba e Uberlândia, duas grandes cidades de progresso, que tem um tráfego considerável que justifica perfeitamente a duplicação. A Belo Horizonte–Rio de Janeiro também não foi duplicada até hoje. Então, não dá para termos soluções paliativas.

O caminho é realmente um programa mais amplo em que o País tenha obras efetivas e arrojadas, obras que façam com que o custo Brasil em transporte seja diminuído e o País possa crescer mais.

Esse é o desejo de todos nós. Nossa expectativa é a de que no próximo ano haja novo plano rodoviário no Brasil, já que não acredito que as soluções possam ser encaminhadas neste ano, como seria necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Azevedo, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

A Presidência informa que o próximo orador inscrito é o Senador César Borges.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gastarei apenas 30 segundos – não vou atrapalhar o Senador César Borges.

Sr. Presidente, quero agradecer o carinho que tenho recebido de todo o Brasil, carinho e *e-mails* de pessoas do País inteiro, reiterando a sua confiança na minha pessoa. Quero agradecer a solidariedade de milhões de brasileiros e reiterar que confio – um homem que confia em Deus, como eu confio e é dessa forma que eu tenho vivido e pautado a minha vida de forma digna, honrada e honesta – no senso de justiça das pessoas que, neste momento, trabalham e examinam documentos para dar uma resposta à Nação brasileira. Eu confio no senso de justiça – justiça do coração – do Relator e dos seus Pares e reafirmo à Nação, àqueles com quem convivo e aos que comigo não convivem mas que acompanham a minha vida e a minha trajetória, de que continuo da mesma forma, de cabeça erguida, destemido, confiante, até porque quem tem a verdade, quem fala a verdade, não tem absolutamente o que temer, nada tem a fazer senão confiar na justiça daqueles que precisam fazer justiça.

Por isso, eu agradeço a este País imenso, às pessoas de todos os lugares, de todos os credos, de todas as idades, o carinho que têm dispensado a minha pessoa.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria registrar neste momento.

Obrigado ao Senador César Borges por este momento.

*Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Magno Malta, aceite nossa solidariedade, nosso apoio e força.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena, desejo parabenizá-la pelo desempenho, ontem, na entrevista que concedeu na Rede Globo, apesar, talvez, de um pouco da dureza das perguntas. Não sei, Senadora Heloísa Helena, se aquilo estava preparado para os adversários.



rios do Presidente Lula e se, com ele, o tratamento será diferenciado. Esperamos que não. Esperamos que as perguntas sobre corrupção neste País feitas ao Presidente Lula não se limitem a uma, como deseja o Planalto. Que sejam feitas, como foram dirigidas ao candidato Geraldo Alckmin e a V. Ex<sup>a</sup>, as perguntas que ache por bem fazer a televisão Globo, mas que não alivie – no popular – com o Presidente Lula! Se há alguém que tem de responder a este País muitas indagações que estão até aí hoje sem respostas, esse alguém é o Presidente da República, que tem responsabilidade sobre tudo isso que está acontecendo, de mensalão à sanguessuga. Espero que ele seja questionado sobre isso para responder. Eu queria parabenizá-la pela sua atuação.

Sr. Presidente, aqui eu queria dar notícia de um acontecimento que considero muito importante para o Nordeste brasileiro e que tive o prazer, a felicidade e a honra de presenciar.

Na sexta-feira passada, na cidade de Recife, acompanhei o Governador do Estado da Bahia, Paulo Souto, que caminha celeremente para uma reeleição, graças à confiança do povo do meu Estado ao seu excelente Governo. Lá acompanhei o Senador Antonio Carlos Magalhães, que recebeu homenagem pela ovação dos que estavam presentes quando anunciaram seu nome. Acompanhei o Vice-Governador do Estado, ex-Deputado e hoje Governador candidato à nova eleição, Heraldo Tinoco, e o Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, Armando Avena, junto com representações da maior importância do Nordeste brasileiro.

Destaco aqui o Senador Marco Maciel, legítimo representante do Nordeste, em particular do seu querido Estado de Pernambuco. O candidato a Vice-Presidente e também nosso Senador José Jorge lá estava, assim como o Governador Mendonça Filho, que também continua uma caminhada de sucesso na vida pública em direção à sua reeleição, e o ex-Governador Jarbas Vasconcelos, com uma candidatura que se anuncia vitoriosa para o Senado – teremos o prazer de tê-lo aqui como colega a partir do próximo ano. Lá estavam presentes vários Governadores de Estado, como o Governador de Sergipe e o Governador da Paraíba, e também Vice-Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, para ouvir uma proposta que entusiasmou todos nós, que é a proposta do candidato a Presidente Geraldo Alckmin para o Nordeste, a qual levou o nome “Caminhos para um NovoNordeste”. Sr. Presidente, é uma proposta que não nasce simplesmente de um desejo de servir ao Nordeste brasileiro, mas que nasce essencialmente – e não poderia ser de outra forma, vin-

da de um homem sério, estudioso e aplicado como o Governador Geraldo Alckmin – de uma análise precisa e objetiva que ele fez do descompasso existente entre o desenvolvimento do Nordeste e a média nacional, mostrando que o Nordeste tem um crédito no País. É preciso que possamos tirar 31% de desequilíbrio existente entre a média nacional e o Nordeste brasileiro no desenvolvimento e em diversos aspectos.

Então, foi apresentado um estudo claro, minucioso, objetivo, mostrando que, em relação ao Índice de Desenvolvimento Social e ao Índice de Desenvolvimento Regional, o País tem um débito com o Nordeste brasileiro. Vários comparativos foram apresentados. Por exemplo, o PIB **per capita** do Brasil é de R\$10,342 mil. O do Nordeste é exatamente a metade, R\$5,123 mil. O percentual de empregos acima de dois salários mínimos, que, no País, é de 56%, no Nordeste só alcança 36%.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Permitirei com muito prazer, Senador José Jorge, futuro Vice-Presidente da República.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador César Borges, na realidade, V. Ex<sup>a</sup> está trazendo para o plenário do Senado a notícia desse documento que o Presidente Geraldo Alckmin apresentou na última sexta-feira em Recife. Devo dizer que isso constitui grande avanço para o Nordeste, porque o Governo do Presidente Lula, além de não ter feito nada de relevante para o Nordeste, nem um programa, nem um projeto para o Nordeste ele tem ou tinha. Quer dizer, na verdade, ele nos enganou. Por ele ser nordestino, confiamos que iria fazer aquilo de que o Nordeste precisava. Acho que, na campanha eleitoral dele da última vez, nem cobramos a apresentação das idéias que ele tinha para o Nordeste. Na realidade, esse documento não existe. Não existe nada previsto, não existe nada feito. Então, o Presidente Alckmin, naquele dia, na sexta-feira, deu o primeiro passo, apresentou suas idéias, apresentou esse projeto que V. Ex<sup>a</sup> tem em mão, o que vai nos permitir, durante toda a campanha eleitoral, discutir o documento, melhorá-lo, para que, ao final da campanha, com nossa vitória, possamos torná-lo um documento oficial e perseguir os objetivos durante os quatro anos de Governo. Esse é o mínimo que o Nordeste pode exigir de um candidato, de um Presidente. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem razão em ressaltar esse ponto, porque realmente é o ponto inicial de uma caminhada no sentido de melhorar os indicadores sociais e econômicos da nossa terra, do Nordeste. Muito obrigado.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> tem inteira e absoluta razão. O atual

Governo nunca teve projeto para o Nordeste nem para o Brasil. O projeto do PT foi e é um projeto de poder, para manter-se no poder a qualquer custo. É um projeto arrivista, na concepção da palavra: faz qualquer coisa para se manter no poder e para obtê-lo. Nada realizou, não tinha projeto para o Nordeste, não diagnosticou o Nordeste e continua a enganar a população do Nordeste, lamentavelmente.

Quero ler aqui, aproveitando a oportunidade, Senador José Jorge, o que o Presidente disse no dia 28 de julho de 2003, quando, em Fortaleza, Capital do Ceará, anunciava a recriação da Sudene:

A Sudene está de volta, não uma volta ao passado, mas, sim, à reafirmação renovada de um instrumento indispensável ao desenvolvimento regional e nacional. Recuperar a Sudene e redefinir projetos estratégicos para o Nordeste brasileiro é quase condição fundamental para que a gente possa fazer com que o povo do nosso querido Nordeste volte a sorrir.

Foi o que disse o Presidente Lula, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em 28 de julho de 2003. Onde está a Sudene que ele dizia que estava de volta? Não houve prioridade, o Governo nunca quis que essa Sudene voltasse a ser uma realidade. Agora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministério da Integração Nacional – veja bem, Senador Marco Maciel; sei que é amante do Nordeste – dá conhecimento de um documento chamado “Bases para a recriação da Sudene”. Sabem de quando é esse documento? De junho de 2006. O Presidente anunciou a recriação em julho de 2003, ou seja, exatamente há três anos e um mês. E o atual Ministro – acredito que poucos aqui sabem o nome dele e, por isso, vou declinar seu nome, que é Pedro Brito, que substituiu o ex-Ministro Ciro Gomes – diz no seu prefácio:

Denominada de “Bases para a recriação da Sudene – Por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste”, esta publicação foi o primeiro resultado dos esforços gerados no âmbito do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a retomada do planejamento regional do País, conforme compromisso de campanha (...)

Quer dizer que este é o primeiro resultado – aqui está: não é recriação da nova Sudene, que ele anunciou em julho de 2003, mas é este papelucho aqui, apresentado como sendo o primeiro resultado dos esforços para uma política de planejamento regional.

Lamentavelmente, esse é um Governo virtual, que tem um débito enorme com o Nordeste brasileiro. E o futuro Presidente da República Geraldo Alckmin tratou de estudar a questão do Nordeste e de apresentar seus “Caminhos para um NovoNordeste”. Pretendo

falar aqui, rapidamente, sobre o que ele vai fazer sobre o Nordeste brasileiro.

Antes, concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Marco Maciel.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**  
– Quero felicitar V. Ex<sup>a</sup>. O Senador Marco Maciel já tratou desse assunto com muita propriedade, mas V. Ex<sup>a</sup> fala também com a mesma autoridade de um Senador nordestino, que tem lutado por todas as causas do Nordeste e, em particular, pela recriação de uma verdadeira Sudene e não de uma Sudene que foi exterminada. Lula foi ao Ceará declarar que recriaria a Sudene, mas nada fez. Foi um trabalho aqui da nossa Comissão, à qual V. Ex<sup>a</sup> pertence, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, na qual apresentei um substitutivo. E V. Ex<sup>a</sup> salientou muito bem que, agora, as coisas vão andar porque vão ficar sob a direção do próprio Presidente da República, que tomou esse compromisso público diante dos nordestinos. V. Ex<sup>a</sup>, que sempre tem tratado de todos os assuntos do Nordeste e do País com muita propriedade, vem fazer um favor à Nação brasileira, por meio da TV Senado: tornar público o programa do Geraldo Alckmin para o Nordeste. Não será conversa fiada, como foi feito até agora pelo Dr. Lula. Será um programa real e não virtual. V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Quero mais uma vez felicitar V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, uma das propostas do futuro Presidente Geraldo Alckmin é a de que a Sudene terá vinculação direta à Presidência da República, porque um dos fatores que levaram a Sudene a perder importância no passado foi sua desvinculação da Presidência da República, ficando sob o comando do Ministério da Integração Nacional. O compromisso assumido por Geraldo Alckmin é a Sudene recriada totalmente, com nova estrutura – vou falar sobre isso um pouco –, mas vinculada diretamente ao Presidente da República.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE.** Com revisão do orador.) – Nobre Senador César Borges, ilustre representante do Estado da Bahia no Senado Federal, a exemplo de manifestações anteriores, inclusive do Senador Antonio Carlos Magalhães, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso, chamando a atenção para a nossa região, o Nordeste, e destacando, de modo especial, a proposta sexta-feira apresentada pelo futuro Presidente Geraldo Alckmin. Na verdade, V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando salienta que foi uma iniciativa muito importante e oportuna e mostra também que nosso candidato tem, de fato, uma proposta clara para o Nordeste – não somente clara, mas factível. Não são



planos irrealizáveis, não são sonhos impossíveis porque sabemos que a sociedade nordestina não aceita mais esses acenos. A proposta de Alckmin é baseada em algo que guarda total consistência com o que quer o povo nordestino, a partir, como salientou V. Ex<sup>a</sup>, da recriação da Sudene e diretamente subordinada à Presidência da República. Vale dizer que a Sudene se transforma, assim, num Ministério, como foi no tempo de Juscelino Kubitschek, quando Celso Furtado despachava diretamente com o Presidente da República e tinha um gabinete no próprio Palácio do Planalto. O futuro Presidente Geraldo Alckmin, com isso, demonstrou dar uma prioridade ao Nordeste e, mais do que isso, apresentou um programa que envolve ações todas elas muito articuladas, não somente no plano social mas também no plano econômico e cultural. Ao concluir o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, estou certo de que, com essa proposta, o Presidente Geraldo Alckmin vai ter uma grande adesão do povo nordestino, que espera, naturalmente, por propostas concretas, e não medidas que não saem do papel, ou seja, são mais virtuais do que reais. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel.

Essa proposta do futuro Presidente Geraldo Alckmin, apresentada e aplaudida por tantos Governadores, Senadores e líderes políticos do Nordeste, parte da constatação que nós, nordestinos, temos de exigir uma atenção especial. Ele constatou que o índice de desenvolvimento regional do Nordeste é de 31%, ou seja, a situação socioeconômica nordestina está 31% aquém da média nacional. Daí nasce a proposta do futuro Presidente Alckmin para um novo Nordeste, que inicia com um compromisso – ele disse isso claramente às lideranças nordestinas –: investir no homem e em infra-estrutura. É o que faremos para promover o desenvolvimento do Nordeste e colocar a região em pé de igualdade com o País. Esse compromisso foi assumido publicamente e tenho certeza de que é realidade.

A partir daí, ele traça suas linhas de ação: crescer para gerar oportunidades; crescer para eliminar a pobreza; crescer para eliminar a desigualdade regional. Qual a meta de redução desse desequilíbrio? Que o Nordeste cresça acima da média brasileira. A disparidade social deve ser reduzida a um ritmo superior ao do crescimento econômico nacional; senão, nunca vamos superar esse *gap*, essa diferença existente entre a média nacional e o Nordeste brasileiro. Nasce as propostas prioritárias. Quais são? Uma nova Sudene, uma nova Sudene baseada exatamente nesses pressupostos, diretamente vinculada ao Presidente da República, organizada de forma a se voltar para o planejamento e as decisões estratégicas, articuladora e parceira de

iniciativas estaduais de desenvolvimento, focada nas políticas e projetos transversais e estruturantes para a região, financiada por recursos orçamentários, não contingenciáveis, estrutura necessária e corpo técnico de alta qualificação.

Propõe o futuro Presidente Alckmin uma regra de orçamento adicional, quer dizer, em relação à média nacional, tem de haver um adicional no orçamento para atender o Nordeste brasileiro e assim diminuirmos as desigualdades regionais. Reestruturação e implantação dos fundos de financiamento regional; política de equalização de custos e investimentos privados. Ou seja, uma indústria para ser implantada no Nordeste tem um custo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Sr. Presidente, um pouco de tolerância e chegarei já ao final do meu discurso.

É preciso uma compensação. Aconteceu isso quando conquistamos a Ford para a Bahia. Havia uma diferença de US\$ 500.00 entre um carro produzido no Nordeste e um produzido em São Paulo porque em São Paulo havia as matérias-primas mais próximas e também o mercado consumidor. Ora, mas por isso vamos concentrar tudo em São Paulo? Então foi preciso se bancar esse diferencial de custo para que a Ford fosse para a Bahia, e hoje é um grande sucesso. Foi bancado, porque houve compreensão dos Governos de então: do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Governo da Bahia, dando incentivos fiscais.

Se isso for compreendido pela Nação – e será – e pelo Presidente da República, que representará a Nação, com certeza vamos promover o desenvolvimento do Nordeste muito rapidamente.

Semi-árido de oportunidades. Ou seja, hoje, no nosso semi-árido, temos projetos de irrigação, Senador Marcos Maciel, V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem, nas regiões de Petrolina e Juazeiro, que são um verdadeiro sucesso. Mas os que estão em andamento estão paralisados, como é o Projeto Salitre, na região de Juazeiro, e o Projeto Baixio de Irecê, na região de Xique-Xique, na Bahia. E também há em Pernambuco projetos paralisados, se não me engano, o Pontal.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Exatamente. Aliás, desculpe-me interrompê-lo.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Pois não.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE.** Com revisão do orador.) – Senador César Borges, no Orçamento de 2003, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou alocado um volume “x” de recursos para a continuidade das obras de irrigação. No dia 1º de janeiro

– ou no dia 2 de janeiro, pouco importa – de 2003, o Ministério da Integração nacional obteve do Presidente a assinatura de um decreto que mandou contingenciar esses recursos, que não foram liberados durante toda a execução orçamentária. A partir daí, então, os projetos de irrigação, não só no seu Estado, a Bahia, mas em Pernambuco, estão literalmente paralisados.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Na Bahia, idem.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Nenhum hectare foi irrigado na região, pelo menos que tenha conhecimento. A não ser que haja sido através da iniciativa privada ou de um governo estadual. Hoje, vi num dos jornais, penso que no **Valor Econômico**, que o Governo estava cogitando uma proposta para irrigação, que só será apresentada daqui a 90 dias, diz o jornal, mas com recursos do BIRD. Então, fico pensando se ainda vamos ter de receber esse dinheiro via PPPs, inviabilizando os esforços para reduzir a diferença que nos separa do Sul e do Sudeste do País. Veja que essa questão da irrigação é algo que vem desde a década de 60. Os primeiros projetos em Pernambuco, na margem do São Francisco, foram muito bem sucedidos. Isso depois foi se disseminando de Pernambuco, Bahia, para outros estados, inclusive Minas Gerais, do Senador Eduardo Azeredo. Mas esses recursos sempre foram da União. Agora, pelo que li no jornal, pode ser que não seja uma notícia correta, os recursos viriam também da iniciativa privada, onerosos para a região. Isso é mais uma prova de que o Nordeste não foi prioridade para o Governo do Presidente Lula, pelo contrário.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Senador Marco Maciel, fiz um pronunciamento aqui, na semana passada, em que disse que este Governo do Presidente Lula é um Governo sem legado.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – V. Ex<sup>a</sup> está sendo injusto. Creio que V. Ex<sup>a</sup> está querendo dizer que é um Governo sem legado positivo.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Positivo, claro. Sem legado de obras, de realizações permanentes. O legado, provavelmente, que ele deixa são os escândalos, a corrupção, os valeriodutos, os mensalões, os sanguessugas, a tentativa de corromper a vontade nacional que é feita pela compra de Parlamentares. Tudo isso é culpa do Governo Federal.

Os projetos de irrigação estão paralisados. Para alguns projetos falta muito pouco, pelo menos para a primeira fase, a fase inicial, para serem concluídos. Sabe muito bem V. Ex<sup>a</sup>, nós também sabemos, que esses projetos não podem ser feitos com recursos onerosos. Eles têm que ser feitos com recursos do Orçamento Geral da União. Isso porque não há viabilidade na implantação da infra-estrutura. A viabilidade pode

se dar para o pagamento do custo, depois da operação da água. Mas nunca para pagar a infra-estrutura de canal de adução, de canal principal.

Quero concluir dizendo que há mais do que compromisso com a região do Nordeste. O futuro Presidente Geraldo Alckmin se compromete e vai realizar o desenvolvimento de cidades-pólo no Nordeste, para impedir que as capitais possam inchar em decorrência dos problemas sociais, como ocorre agora.

Preservação do meio ambiente; infra-estrutura e logística, uma prioridade absoluta; implantação de áreas portuárias industriais; inovação e empreendedorismo; turismo e cultura, uma grande vocação do Nordeste brasileiro – está aí o Prodetur, que foi um grande programa do primeiro Governo Fernando Henrique; o Prodetur 2 não saiu no Governo Lula. São quatro anos paralisados, sem serem aprovados projetos que desenvolvem o turismo do Nordeste brasileiro –; agronegócio e agricultura familiar; política social diferenciada e gestão por resultado.

Esses foram os compromissos assumidos. Com relação a uma parte importantíssima para o Nordeste, que tem 2/3 da sua região no semi-árido, um plano decenal para os recursos hídricos; projeto de revitalização ambiental e regularização do rio São Francisco; projeto de gestão integrada da bacia do São Francisco; ampliação da capacidade dos reservatórios de água e de distribuição hídrica.

Este é um compromisso fundamental. Ninguém é contra repartir as águas do rio São Francisco. Mas vamos salvá-lo, vamos revitalizá-lo, a partir daí, em projetos sérios que tenham viabilidade técnica e econômica, que não sejam criados artificialmente para se captar recursos para a campanha. Aí será feita a cessão das águas para os nossos irmãos nordestinos.

Sr. Presidente, sem querer abusar do tempo, quero dizer que foi um momento muito importante para o Nordeste brasileiro, que pode almejar novos dias com a presença do futuro Presidente Alckmin, determinado, sério e, acima de tudo, compromissado com a região, e não um Presidente virtual como esse que aí está, que não realizou nada para o Nordeste e que não deixou nenhum legado positivo para a região.

Sr. Presidente, peço que conste dos Anais esta Publicação do GTI da Sudene.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## **PREFÁCIO**

### **(PUBLICAÇÃO DO GTI DA SUDENE)**

A presente publicação, base da proposta que o Grupo de Trabalho Interministerial para Recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (GTI da SUDENE), instituído pelo Presidente da República em fevereiro de 2003, apresentou como documento balizador da formulação da nova agência, tem significado especial para a divulgação do conjunto de produtos gerados na retomada da “questão regional” na agenda de prioridades do Governo Federal.

Denominada de “Bases para a recriação da Sudene – Por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste”, esta publicação foi o primeiro resultado dos esforços gerados no âmbito do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva para a retomada do planejamento regional no país, conforme compromisso de campanha do então candidato à presidência, tendo como foco a Região Nordeste e, mais especificamente, a deflagração do processo de recriação da Sudene.

Tal fato ocorreu em paralelo à discussão que norteava a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, contando-se, em ambos os casos, com a coordenação técnica do Ministério da Integração Nacional - MI, por meio da economista Tânia Bacelar, ex-Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional e professora da Universidade Federal de Pernambuco, na qualidade de coordenadora do GTI da SUDENE.

É digna de registro a orientação que permeia a presente publicação, construída sob a perspectiva de retomada do planejamento regional em bases socialmente justas, ambientalmente sustentáveis e com foco na melhoria das condições de competitividade da economia nordestina.

O documento serviu, ainda, como pano de fundo às proposições do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido (PDSA), ambos elaborados como versões para discussão e que estão sendo submetidos à avaliação da sociedade regional.

O Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, ao divulgar, na íntegra, como parte da série “Documentos de Base da Política Nacional de Desenvolvimento Regional”, o texto que inaugurou a discussão da recriação da SUDENE, presta justa homenagem a todos que colaboraram na elaboração deste importante documento, marco do ressurgimento do planejamento regional como item prioritário na agenda de desenvolvimento do Nordeste.

**PEDRO BRITO**

**Ministro da Integração Nacional**

**No dia 20 de maio de 2003** durante sessão da CAE que tratou da recriação da SUDENE o Ministro **Ciro Gomes** afirmou:

*“A outra tarefa -- do Ministério da Integração Nacional -- será propor ao Governo uma tese que me é muito cara, desde que abracei a vida pública por vocação, e que é, creio, a mesma tese dos que militam na política das regiões mais pobres do País: a superação dos desníveis regiões não é uma questão manejável em termos de política setorial.”*

*“Isso feito, levarei ao Presidente da República o escopo final, para que Sua Excelência decida. Levarei com a ponderação de que essa nova entidade seja criada por projeto de lei remetido ao Congresso Nacional.”*

*“Se Sua Excelência, o Presidente, concordar, V. Ex<sup>as</sup> me concederão e terão a paciência de me ver por aqui todos os dias, tentando abreviar os prazos regimentais e fazer com que o processamento desse trâmite legislativo seja o mais célere possível, sempre lembrando, porque conheço, a rotina impressionante com que V. Ex<sup>as</sup> ocupam praticamente doze a quatorze horas por dia, tanto mais se o País tem uma agenda de reformas que vai absorver graves atenções.”*

**No dia 28 de julho de 2003** o **Presidente Lula** anunciou oficialmente, em Fortaleza, a **recriação da SUDENE**, e disse:

*"A Sudene está de volta. Não uma volta ao passado, mas sim a reafirmação renovada de um instrumento indispensável ao desenvolvimento regional e nacional"*

*"Recuperar a Sudene e redefinir projetos estratégicos para o Nordeste brasileiro é quase que condição fundamental para que a gente possa fazer com que o povo do nosso querido Nordeste voltar a sorrir."*



**GERALDO  
ALCKMIN45  
PRESIDENTE**

## ***NovoNordeste***

### **Recursos Hídricos - Plano Decenal**

- > Projeto de Revitalização Ambiental e Regularização do Rio São Francisco.
- > Projeto de Gestão Integrada da Bacia do São Francisco.
- > Ampliar a capacidade de reservação e distribuição hídrica.



## ***NovoNordeste***

Propostas Prioritárias

### **Desenvolvimento de uma Rede de Municípios-Pólo**

O desenvolvimento do meio rural nordestino será alavancado pela promoção de uma rede de municípios-pólo que permitirão a redução de sua vulnerabilidade social, a menor dependência da região em relação às atividades tradicionais de agropecuária e o redirecionamento do fluxo migratório hoje concentrado nas capitais da Região e no sul do país

**GERALDO  
ALCKMIN45  
PRESIDENTE**

# NovoNordeste

Propostas Prioritárias

## Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento

- > Ampliação, modernização e consolidação de uma rede de portos concentradores (Hubs) alimentados por portos locais
- > Ampliação, modernização e consolidação de uma rede de aeroportos concentradores (Hubs) alimentados por aeroportos regionais
- > Modernização e implantação de uma rede ferroviária interligando as principais regiões de dinamismo econômico, aos portos concentradores e às demais redes ferroviárias nacionais
- > Consolidação de uma rede de hidrovias na Região
- > Saneamento básico – água e esgoto – para toda região

# NovoNordeste

Propostas Prioritárias

## Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento

- > Duplicação das rodovias que ligam as capitais do Nordeste formando o corredor turístico Costa Dourada
- > Ampliação e construção de uma Rede de Gasodutos interligando as capitais da Região

- > Diversificação e ampliação da capacidade de geração da matriz energética da Região a partir de biocombustíveis como o biodiesel e álcool e fontes alternativas, como energia eólica e gás
- > Implantação de uma rede de telecomunicações baseada em internet banda larga
- > Implantação de uma rede de intermodais de carga

## ***NovoNordeste***

Propostas Prioritárias

### **Políticas Sociais Diferenciadas**

As políticas sociais de caráter nacional deverão refletir em suas prioridades as atuais diferenças regionais nas condições de vida e no acesso aos serviços públicos de saúde, educação, segurança, habitação e saneamento.

## ***NovoNordeste***

Propostas Prioritárias

### **Políticas Sociais Diferenciadas**

- > Ampliação da matrícula do ensino médio
- > Mecanismos de incentivos para o melhor desempenho dos alunos

- > Fortalecimento do Bolsa-Família, com a criação do Agente da Família
- > Criação do Bolsa-Crédito para as famílias que hoje não se qualificam nos programas de microcrédito tradicional

## **NovoNordeste** **Propostas Prioritárias**

8. Infra-estrutura e logística
9. Implantação de Áreas Portuárias Industriais
10. Inovação e Empreendedorismo
11. Turismo e Cultura
12. Agronegócio e Agricultura Familiar
13. Políticas Sociais Diferenciadas
14. Gestão por Resultados

**NovoNordeste** **GERALDO**  
Propostas Prioritárias **ALCKMIN**  
**Semi-Árido de Oportunidades**  
**45**  
**P R E S I D E N T E**

O conjunto de políticas e ações para o desenvolvimento do Semi-Árido inclui:



- > Plano decenal de recursos hídricos, com participação integrada dos Estados e Governo Federal
- > Política de inovação tecnológica e empreendedorismo
- > Política de capacitação da população local
- > Desenvolvimento de Municípios-Pólo
- > Arranjos Produtivos Locais
- > Tratamento de urgência social para as áreas de concentração de pobreza extrema
- > Sistema de alerta social associada às adversidades climáticas
- > Gestão integrada

**GERALDO  
ALCKMIN45  
PRESIDENTE**

**NovoNordeste**

## **Propostas Prioritárias**

1. Nova Sudene
2. Regra do Orçamento Adicional
3. Reestruturação e Implantação de Fundos de Financiamento Regional

4. Política de Equalização de Custo de Investimentos Privados
5. Semi-Árido de Oportunidades
6. Desenvolvimento de uma Rede de Cidades-pólo
7. Preservação do Meio-Ambiente

**NovoNordeste**

Propostas Prioritárias

**Nova Sudene**

**GERALDO  
ALCKMIN45  
PRESIDENTE**

- > Diretamente vinculada ao Presidente da República
- > Organização voltada para o planejamento e decisões estratégicas
- > Articuladora e parceira de iniciativas estaduais de desenvolvimento
- > Focada nas políticas e projetos transversais e estruturantes para a região
- > Financiada por recursos orçamentários não contingenciáveis
- > Estrutura necessária e corpo técnico de alta qualificação

**NovoNordeste****GERALDO  
ALCKMIN45  
PRESIDENTE**

## Qual a meta de redução desse desequilíbrio?

A economia do Novo Nordeste crescerá acima da média do Brasil.

A disparidade social será reduzida a um ritmo superior ao do crescimento econômico nacional.

**NovoNordeste****GERALDO  
ALCKMIN45  
PRESIDENTE**

### IDS e IDR por Regiões | 2005

Região	IDS	IDR
Norte	0,874	-13%
Nordeste	0,692	-31%
Sudeste	1,206	21%
Sul	1,222	22%
Centro Oeste	1,084	8%
<b>Brasil</b>	<b>1,000</b>	<b>-</b>

# NovoNordeste

**GERALDO  
ALCKMIN45  
PRESIDENTE**

- ✓ Crescer para gerar oportunidades
- ✓ Crescer para eliminar a pobreza
- ✓ Crescer para eliminar a desigualdade regional

# NovoNordeste

**GERALDO  
ALCKMIN45  
PRESIDENTE**

“Investir no homem e em infra-estrutura é o que vamos fazer para promover o desenvolvimento do Nordeste e colocar a região em pé de igualdade com o resto do país”

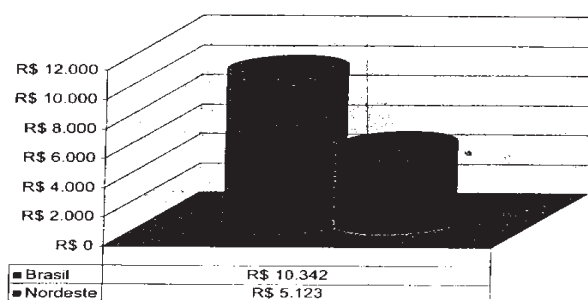


# *Caminhos para um* **Novo Nordeste**

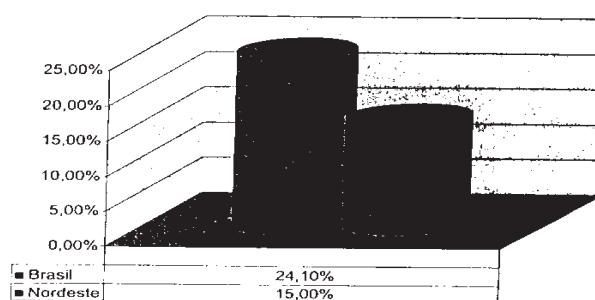
ESTUDO ALTERNATIVO PARA O NORDESTE - 2005  
**GERALDO ALCKMIN 45**  
PRESIDENTE

## IDS BRASIL X IDS NORDESTE – 2005

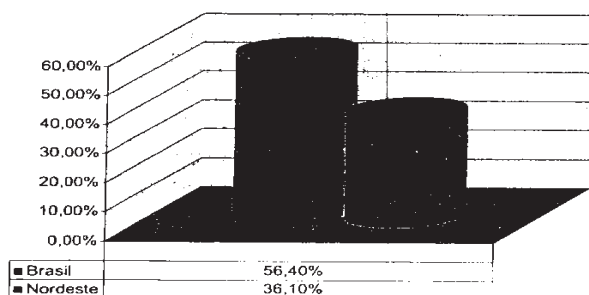
1. PIB Per Capita



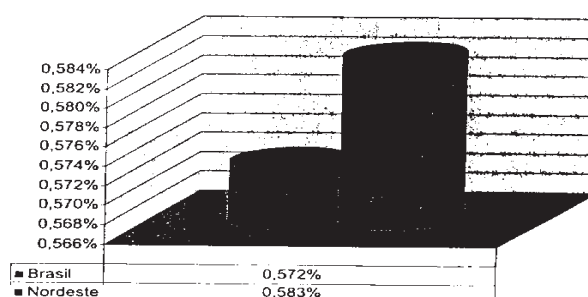
2. Grau de Abertura



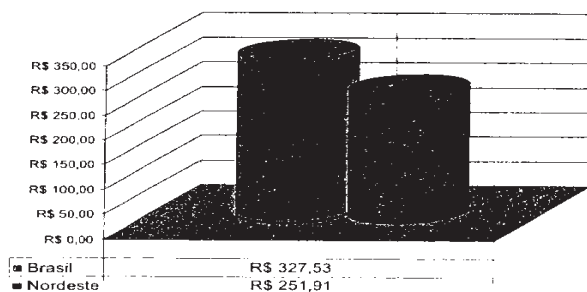
3. Percentual de Emprego  
Acima de 2 Salários Mínimos



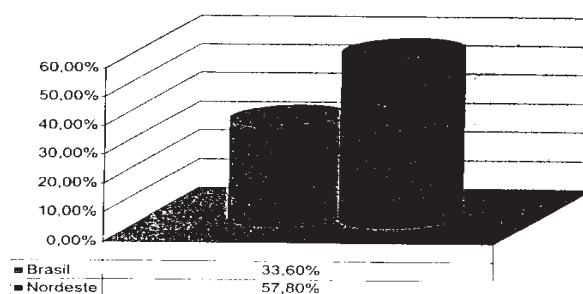
4. Índice de GINI



5. Renda Domiciliar Per Capita



6. População Pobre



# *Caminhos para um* **Novo Nordeste**

A proposta **Novo Nordeste** caracteriza-se pela objetividade e tem como premissa fundamental o Índice de Desenvolvimento Social-IDS.

O IDS está consolidado a partir de indicadores econômicos, indicadores relativos à pobreza e indicadores sociais.

## **IDS - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Indicadores**



1. PIB per capita (IBGE)
2. Grau de Abertura (MDIC/SECEX)
3. % de empregos acima de 2 sal. mínimos
4. Índice de Gini (IPEA)
5. Renda domiciliar per capita (IPEA)
6. % da população pobre (IPEA)
7. % da população com Ensino Médio (PNAD)
8. % da população com nível superior (PNAD)
9. Nota média no SAEB (MEC/INEP)
10. Taxa de Mortalidade Infantil (IBGE)

### **Dimensão**

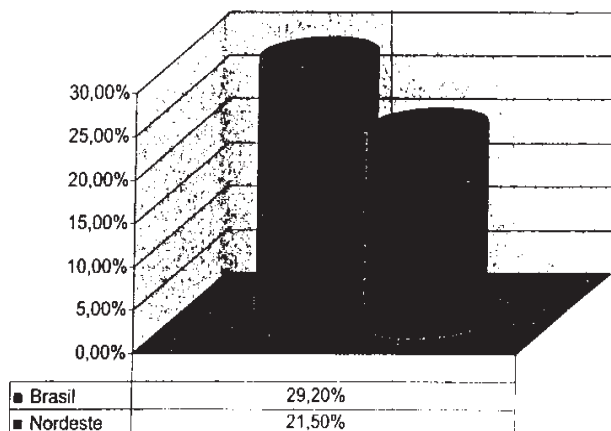


### **Econômica**

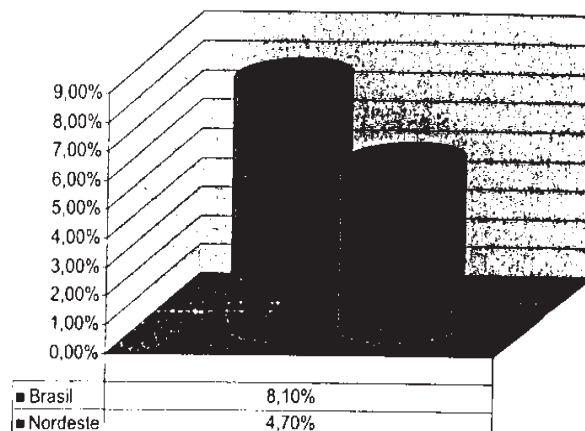
### **Pobreza**

### **Social**

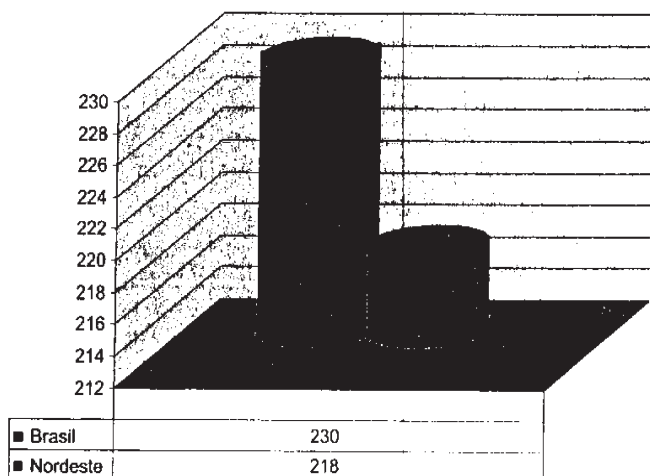
### 7. População com Ensino Médio Completo



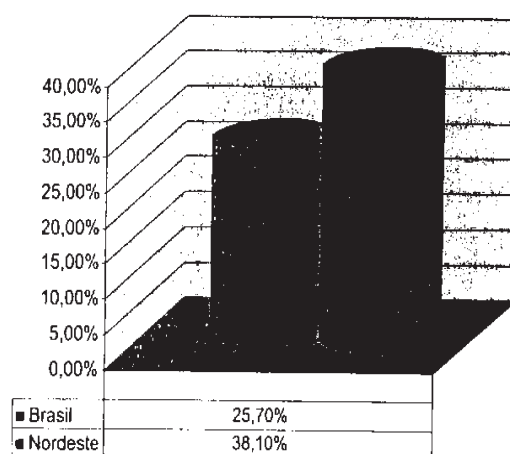
### 8. População com Nível Superior



### 9. Nota Média no SAEB



### 10. Taxa de Mortalidade Infantil



Tais indicadores fornecem o estágio atual de desenvolvimento social do Nordeste e do Brasil, e a diferença entre as duas realidades resulta na formação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR).

Hoje, o IDR do Nordeste é de 31%, ou seja: a situação socioeconômica nordestina está 31% aquém da média nacional. E é justamente esse hiato (GAP) que as quatorze propostas básicas do NovoNordeste pretendem suprimir.

# **Propostas**

# **Novo Nordeste**

## **1. Nova Sudene**

Recrear a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com a função precípua de planejamento e de integração da representatividade política, social e intelectual no âmbito da sua área de atuação. Caberá à instituição, basicamente, traçar grandes estratégias regionais e coordenar as políticas públicas no Nordeste, sendo diretamente ligada ao Presidente da República.

## **2. Regra do Orçamento Adicional**

Garantia de que o Nordeste receberá, a partir de 2008, um adicional orçamentário vinculado à dimensão do desequilíbrio regional medido pelo IDR.

## **3. Reestruturação e Implantação de fundos de financiamento**

- a) manter o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) operado pelo Banco do Nordeste (BNB) e com foco no setor privado;
- b) efetivar o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), que deverá ficar sob responsabilidade da Sudene e apoiar investimentos em infra-estrutura regional;
- c) efetivar, no âmbito da reforma tributária, o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), favorecendo investimentos estaduais em infra-estrutura;
- d) criar o Fundo de Risco do Nordeste (FRN), que permita ao BNB participar em projetos de capital de risco direcionado às empresas inovadoras;
- e) criar um Fundo garantidor de parcerias público-privado (PPP), para induzir investimentos privados no Nordeste.



**4. Política de Equalização de Custo de Investimentos Privados**

Desenvolvimento de mecanismos para compensar os maiores custos dos investimentos privados decorrentes, principalmente, das deficiências de infra-estrutura, recursos humanos e da distância dos mercados consumidores nacionais.

**5. Semi-Árido de Oportunidades**

Conjunto integrado de políticas permanentes, com uma visão regional, focadas em dotar o semi-árido de infra-estrutura, tecnologia e recursos humanos qualificados para aproveitar o potencial econômico inexplorado. A ação do governo assumirá papel de agente emancipador, em contraponto ao atual modelo emergencial e clientelista.

**6. Desenvolver uma rede de Cidades-Pólo**

O desenvolvimento do meio rural nordestino será alavancado pela promoção de uma rede de cidades-pólo que permitirão a redução de sua vulnerabilidade social, a menor dependência da região em relação às atividades tradicionais de agropecuária e o redirecionamento do fluxo migratório hoje concentrado nas capitais da Região e no eixo Rio - São Paulo.

**7. Preservação do Meio Ambiente**

Programa de combate à desertificação e programas de estudo e divulgação do bom uso dos recursos naturais, para a preservação do solo, da biodiversidade e dos recursos hídricos.

**8. Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento**

Desenvolvimento de uma logística de infra-estrutura integrada que trabalhará de forma equilibrada as dimensões via, veículo e equipamentos.

**9. Implantar Zonas Portuárias Industriais**

Desenvolvimento de zonas portuárias industriais, com regime institucional próprio, voltadas para a agregação de valor e para o mercado externo.

**10. Inovação e Empreendedorismo**

Maior estímulo à pesquisa, à inovação e ao empreendedorismo, com base na criação de mecanismos como os “agentes de inovação” e os “parques tecnológicos” cuja atuação se dá, respectivamente, no estímulo às atividades de pesquisa no âmbito de empresas, e na aproximação das universidades em relação às demandas de governos locais e do setor produtivo. Ou seja, cultivar nos centros de ensino e pesquisa uma visão pró-ativa em relação ao mercado e necessidades das populações regionais, com foco principal nas pequenas empresas e arranjos produtivos locais (APLs).

**11. Turismo e Cultura como vetores de desenvolvimento**

Construção da Costa Dourada (duplicação das BRs que ligam as capitais do Nordeste) e consolidação da Indústria de Turismo com visão regional, pelo aproveitamento de seus recursos naturais e do turismo religioso, cultural e ecológico. Implantação de uma política "de céu aberto" e ampliação e modernização de terminais de passageiros nos portos e aeroportos da Região. Fortalecimento do PRODETUR e investimentos na preservação do patrimônio regional.

**12. Agronegócio e Agricultura Familiar**

Incorporação das novas fronteiras de expansão regional à economia nacional por meio de infra-estrutura para o desenvolvimento, identificação de áreas com potencial para o desenvolvimento de empreendimentos com competitividade internacional (Agropólos), promoção de atividades de alto valor agregado, fortalecimento da agricultura familiar sustentável e consolidação dos assentamentos de reforma agrária em áreas de irrigação.

**13. Políticas Sociais Diferenciadas**

As políticas sociais de caráter nacional deverão refletir em suas prioridades as atuais diferenças regionais nas condições de vida e no acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança.

**14. Gestão por Resultados**

As ações e recursos do governo federal serão gerenciados com ênfase na obtenção de resultados previamente definidos e pactuados com os diversos atores relevantes.

COAGUAÇÃO POR UM BRASIL DECENTE / PSDB - PFL VICE JOSÉ JORGE

**GERALDO**  
**ALCKMIN<sup>45</sup>**  
**P R E S I D E N T E**

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Otávio.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar o registro de que nesta segunda-feira, dia 07 de agosto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma lei que, para todas nós mulheres e para todos os homens que são da paz, é muito importante porque pune com maior rigor os crimes de violência contra a mulher.

Esta lei, debatida profundamente no Congresso Nacional e votada durante o esforço concentrado, altera o Código Penal, e faz com que as penas deixem de ser meramente pecuniárias – aquela história das multas e das cestas básicas –, passando a ser penas efetivamente de prisão, de detenção, para os crimes de violência doméstica, inclusive triplicando o período, que vai passar a ser de três meses até três anos.

A lei também prevê medidas inéditas de proteção para a mulher que está em situação de violência, bem como medidas para que a mulher vítima ou em risco de violência possa ser atendida pelos programas de inclusão social, em âmbito nacional, estadual e municipal.

Por último, esta lei muito importante estabelece a criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o que vai certamente agilizar os processos. Esta lei vem sendo inclusive denominada Lei Maria da Penha, que é uma mulher emblemática e que simboliza toda essa nossa luta de combate à violência contra a mulher, tendo em vista que ela foi duas vezes vítima de tentativa de assassinato pelo seu ex-marido e ficou paraplégica. O ex-marido só foi punido depois de 19 anos e com uma pena bem leve de apenas dois anos.

Portanto, a Lei Maria da Penha é uma vitória de todos aqueles que querem a paz, a relação sadia, sem violência, entre homens e mulheres. E aqueles que não a cumprem que sejam punidos de forma adequada.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Exª será atendida na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Romeu Tuma pela compreensão e pelo incentivo a que eu fizesse este pronunciamento, que julgo muito importante, pelo momento que vivemos neste País, quando tanto se fala em caixa dois, em recursos não contabilizados, em “propinodutos” e outras expressões do gênero. Penso que é oportuno voltarmos à idéia do Imposto Cidadão.

O Imposto Cidadão, Sr. Presidente, batizado de maneira um pouco simplista como Imposto Único, é tema de Proposta de Emenda à Constituição que apresentei em março de 2003, que tramita ainda hoje nesta Casa, na CCJ, aguardando o parecer do nobre Senador Jefferson Péres.

A bem da verdade, devo destacar, tal como fizera na justificação de minha Proposta, em 2003, que o texto da PEC que trouxe à consideração de meus Pares é idêntico ao apresentado na Câmara, em 2001, pelo então Deputado Marcos Cintra.

Reitero os motivos que me levaram, naquela oportunidade, a adotar a decisão de não introduzir modificações no texto de autoria do referido Parlamentar: desejava tão-somente aproveitar o avançado estágio de maturação que a proposta tinha alcançado na Câmara dos Deputados, já que fora aprovada, por unanimidade, em Comissão Especial que a examinara exaustivamente.

Pois bem! Passaram-se os anos. Foram-se 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, e o Brasil segue a conviver com esse esdrúxulo sistema tributário que todos criticam, mas que, ao mesmo tempo, todos aceitam. Um sistema tributário, Sr. Presidente, que contribui enormemente para a existência de caixa dois, três ou quatro. Um sistema tributário, Sr.s e Srs. Senadores – peço que me permitam utilizar uma expressão já bem conhecida –, em que muitas vezes o Governo finge que cobra e os sonegadores fingem que pagam. Arrecadação segura, garantida, o Poder Público vai buscar apenas junto aos assalariados, mais especialmente os da classe média, que não têm como fugir ao recolhimento na fonte, ou então junto aos empreendedores honestos, que, embora a contragosto, acabam por resignar-se ao pagamento de um número cada vez maior de taxas e contribuições.

Nosso sistema tributário é tão anacrônico, Sr. Presidente, que fica difícil até saber ao certo a exata quantidade de tributos a que somos submetidos. Tenho em mão um levantamento, realizado pelo Portal Tributário em 2005, que dá conta da existência de 74 tributos em nosso País. Isso mesmo! Entre impostos,

contribuições, taxas e contribuições de melhoria, os cidadãos e as empresas do Brasil são obrigados a conviver com 74 diferentes tributos!

Mas isso não é tudo. Além de serem numerosos, nossos tributos têm a incrível capacidade de viver em constante mutação, quase sempre para aumentar o tamanho da “mordida” no bolso do contribuinte. Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o IBPT, divulgado há pouco tempo, revelou que, de 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a nossa Constituição Cidadã, a 5 de outubro de 2005 – em exatos 17 anos, portanto –, foram editadas, em nosso País, 225 mil normas referentes a questões tributárias.

Repito o número, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: 225 mil normas tributárias em 17 anos; 36 novas regras por dia; 50 por dia útil.

Ou seja, o cidadão brasileiro não precisa apenas de mais e mais dinheiro para saciar o apetite dos cofres públicos; precisa, igualmente, viver de olho no **Diário Oficial**, para ver se não perde as mudanças de cada dia das normas tributárias.

Sr. Presidente, as conseqüências de tanta inventividade, de tanta complexidade, não poderiam ser benfazejas. Ao contrário, o estudo do IBPT que acabei de citar chegou à alarmante conclusão de que, entre 1988 e 2005, a carga tributária cresceu 87,5% mais que o Produto Interno Bruto. Se, em 1988, os tributos representavam 20% do PIB, em 2005 esse número chegaria a 37,5%...

O Imposto Cidadão, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é o contraponto a tudo isso. Na medida em que substituiria os tributos federais ora vigentes, ele daria cabo, com uma só penada, de todas essas siglas e expressões que atazanam, hoje, a vida dos brasileiros, siglas e expressões ignoradas pelos sonegadores e que só interessam, no fundo, àqueles que delas, de uma forma ou de outra, tiram algum proveito.

O Imposto Cidadão, ou Imposto Único, eliminaria o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, e só aqui já vislumbramos o fim do IRPF e do IRPJ; eliminaria a contribuição patronal para o INSS; eliminaria a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – a temida Cofins –; eliminaria o Imposto sobre Produtos Industrializados – esse IPI de tantas desavenças e discussões –; eliminaria a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o Imposto sobre Operações Financeiras, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e tantos outros.

Por fim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há que se destacar que o Imposto Cidadão substituiria também a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, esse tributo que de provisório só teve o nome. De

qualquer maneira – e notem a ironia da situação –, a própria experiência da CPMF nos dá um argumento a mais na defesa de nossa proposta. De fato, uma das alegações dos que se opõem à idéia do Imposto Único é a de que, por seu ineditismo e, ainda mais, por basear o grosso da receita do Estado em movimentações financeiras declaradas, ele seria extremamente vulnerável às manipulações e às fraudes.

Ora, Sr. Presidente, não há como negar que, em termos de arrecadação, a CPMF tem sido vitoriosa, e isso por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, temos hoje, no Brasil, um processo de informatização bancária bastante sofisticado, que permite compensação em tempo real. Por outro lado, até como conseqüência dos períodos de quase hiperinflação que vivemos no passado, nossa população adquiriu o hábito de, sempre que possível, substituir o dinheiro em espécie pela moeda escritural. Logo, não é por falta de tecnologia apropriada ou pela ressurreição do velho hábito de se esconder dinheiro sob o colchão que a proposta seria destinada ao fracasso.

Outro sofisma levantado pelos opositores da idéia do Imposto Único é o de que a alíquota necessária para manter os níveis atuais de arrecadação seria elevadíssima, podendo chegar aos 7% . Pura balela! Estudos sérios nos mostram que uma alíquota de 3,4% – isto é, 1,7% em cada débito e 1,7% em cada crédito bancários – seria suficiente para compensar a receita dos tributos extintos. Até porque – nunca é demais enfatizar – o Imposto Cidadão substitui apenas os tributos federais, não atingindo os estaduais e os municipais.

Sr. Presidente, como afirmei na justificação da PEC apresentada três anos atrás, reitero que a adoção do Imposto Cidadão traz consigo um conjunto de benefícios: substitui mais de uma dezena de tributos federais; mantém a receita hoje auferida pelos cofres públicos; ainda que alterando as fontes de arrecadação, não afeta as transferências para os Estados, os Municípios e as entidades privadas do serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical; acima de tudo, mais que tudo, inibe esses vergonhosos esquemas de caixa dois que trazem, hoje, tristeza e vergonha à Nação brasileira.

Um imposto justo, simples, eletrônico, automático, insonegável e transparente: é disso que precisamos, é disso que o Brasil precisa.

Aproveito a presença do nosso ilustre companheiro Senador José Jorge, candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Geraldo Alckmin, para também encaminhar ao ilustre Senador essa proposta que tramita há três anos nesta Casa.



Quem sabe uma grande reforma do sistema tributário brasileiro não seria justamente a implantação do imposto único no nosso País?

Por isso, Senador José Jorge, vou fazer chegar ao seu gabinete, ainda na tarde de hoje, uma cópia desse projeto, para que V. Ex<sup>a</sup> encaminhe ao candidato Geraldo Alckmin para fazer uma análise dos benefícios que teríamos em nosso País com a simplificação tributária que tanto queremos.

Sr. Presidente, encaminhei requerimento solicitando, para a Hora do Expediente da sessão do dia 29 de setembro do corrente ano, uma homenagem aos corretores de imóveis de todo o Brasil. Deixo registrado que, no dia 29 de setembro, comemoraremos o Dia do Corretor de Imóveis. E é essa a razão desta iniciativa de fazer uma homenagem a esses brasileiros e brasileiras corajosos que fazem o desenvolvimento do mercado imobiliário em nosso País. Meus cumprimentos a todos eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Solicito a palavra pela Liderança, mas ouço, com muito prazer, antes, o Senador José Jorge.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, que já havia sido anunciado, por dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a minha missão hoje, aqui, é lamentar o que ocorreu em relação à 8ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo. Conforme falou o Senador Roberto Cavalcanti no começo da tarde, o meu Estado, Pernambuco, e o Estado de S. Ex<sup>a</sup>, a Paraíba, ficaram fora da 8ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo.

Como todos sabem, a Agência Nacional de Petróleo foi criada pelo Governo Federal, aliás, desde o tempo do Governo do Presidente Fernando Henrique, para que fizesse as licitações e permitisse que empresas privadas e mesmo a Petrobras pudessem explorar petróleo no Brasil. Esse é o elemento fundamental.

Antigamente, só a Petrobras perfurava buscando petróleo no Brasil. Hoje em dia, mais de 20 empresas, nacionais e estrangeiras, procuram petróleo, e muitas já encontraram. A ANP faz os estudos geológicos para identificar áreas com potencial específico de petróleo, e, a partir daí, são realizadas as licitações, que devem ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética, do Ministério de Minas e Energia. A partir dessa aprovação, identificam-se efetivamente as áreas. A ANP manda os estudos, mas a decisão final é do Conselho Nacional de Política Energética.

Este ano, o Governo gastou muito dinheiro, R\$39 milhões no mínimo, de propaganda para falar da possibilidade de o Brasil ser auto-suficiente em petróleo. Do ponto de vista financeiro, o que o Brasil vai importar de petróleo e de produtos derivados será menor do que o que ele vai exportar. Este é o primeiro ano de auto-suficiência, o que não significa que será sempre assim. Num determinado momento, se não houver novas descobertas de petróleo ou exploração suficientes para cobrir o aumento do consumo, evidentemente o País pode deixar de sê-lo. A auto-suficiência é uma questão conjuntural. Por exemplo, este ano, a Argentina, que foi auto-suficiente em petróleo, Senador Roberto Cavalcanti, nos últimos 20 anos, não o será mais, porque consumiu mais petróleo do que descobriu.

Essas rodadas são muito importantes, assim como a participação do setor privado, porque, com isso, temos a possibilidade efetiva de mais gente procurar e achar petróleo. O que perfuramos para procurar petróleo no Brasil, desde que se começou a procurar petróleo, há 50 anos, é inferior, Senador Magno Malta, ao que os Estados Unidos perfuram por ano. Por isto não descobrimos tanto petróleo: perfuramos pouco.

A ANP encaminhou ao CNPE uma estrutura para essa 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, que será realizada nos dias 28 e 29 de novembro no Rio de Janeiro e que vai ofertar 284 blocos, em 14 setores de sete bacias sedimentares. Numa primeira rodada, o CNPE aprovou, e a ANP fez os estudos complementares. Agora, de última hora, retiraram os blocos de Pernambuco, da Paraíba e da Bacia de Campos, sem que para isso houvesse sido dada qualquer explicação de natureza técnica. Deve ter havido alguma razão política. Ninguém sabe por que resolveu o Governo retirar essa possibilidade de dois Estados nordestinos – Pernambuco e Paraíba –, dos mais pobres do Brasil, gerarem emprego e renda por meio da descoberta de petróleo.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – Senador, permite-me um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – É uma honra apartear-lo, principalmente pela extrema e vasta experiência que tem neste segmento. V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro desta área e talvez seja dos brasileiros de maior conhecimento acerca deste segmento, destas políticas referentes a petróleo, à prospecção de petróleo. Coincidência também estar presidindo os nossos trabalhos o nobre Senador Guerra, que tem o privilégio de representar o Estado do Espírito Santo, Estado em que se pode constatar a importância da ocorrência de petróleo, o que modifica na economia do Estado. Eu pediria, por gentileza, que me fosse permitido ler três trechos dos jornais da época, quando se anunciaram essas licitações. A fonte é a ANP, e as matérias são dos jornais **Gazeta Mercantil** e **Jornal do Brasil**, dois jornais acima de qualquer suspeita. Segundo uma dessas

matérias, “uma das responsabilidades da ANP é avaliar o País como um todo, e não, os grandes produtores”, o que mostra exatamente que seria a vez de Estados que nunca foram contemplados com a prospecção de petróleo terem essa oportunidade. Leio outro trecho: “Virgens em petróleo e gás, os Estados da Paraíba e Pernambuco vão entrar na rota dos petrolíferos ainda este ano”. O fato de ter-se dito que Paraíba e Pernambuco se tornariam produtores de petróleo ainda este ano gerou uma expectativa, o que tem frustrado os dois Estados, nobre Senador. E diz ainda outro trecho de certa matéria: “A escolha da ANP depende do aval do Conselho Nacional de Política Energética, CNPE. As sugestões da ANP costumam ser acolhidas pelo CNPE”.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) –** Exatamente.

**O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) –** A tradição, a história mostra que, diferentemente do que ocorreu nesta última semana, as solicitações da Agência Nacional do Petróleo são automaticamente acolhidas pelo Conselho, a não ser quando surge um erro técnico. Leio outro trecho interessantíssimo: “Os motivos que levaram o Governo a incluir o Estado da Paraíba na licitação das áreas de petróleo vão além da clemência [veja o termo] pelo povo pobre do Estado nordestino. O potencial de produzir por dia 15 mil barris de petróleo leve somente em terra pode transformar o Estado no quarto maior produtor de petróleo do Nordeste, ultrapassando Ceará e Alagoas.” Fonte: **Gazeta Mercantil**/Agência Nacional de Petróleo. Vejam que esse petróleo leve eles citam como fundamental, e nós, Pernambuco e Paraíba, tínhamos o petróleo leve. Então, não há nenhuma razão, nobre Senador, para nossos dois Estados terem sido excluídos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), sob a bênção do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), dessa última licitação. Acho, Senador, que ainda há tempo de nos unirmos, tendo em vista que a licitação será ainda em novembro, para evitar que percamos um ano, como está previsto, porque essas licitações, como o nobre Senador sabe, só ocorrem uma vez por ano. Nossos dois Estados não podem perder essa oportunidade. Meu muito obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) –** Sou inteiramente solidário com o que V. Ex<sup>a</sup> falou, está dentro exatamente daquilo que penso. Quero dizer também que, no momento em que eliminam praticamente todas as áreas em terra, impedem pequenas e médias empresas de também explorar petróleo.

Nos Estados Unidos, o petróleo não é explorado apenas por grandes empresas. Um bom percentual, se não me engano 30% daquilo que os Estados Unidos produzem de petróleo, vem exatamente de pequenas

e médias empresas. Ora, se for para retirar petróleo do mar, uma pequena empresa realmente não pode fazer isso, nem uma média empresa. Só grandes empresas, como Petrobras, Shell, Esso, etc., essas grandes do petróleo.

Então, o Governador de Pernambuco, Mendonça Filho, e o Secretário Fernando Dueire procuraram o Ministro de Minas e Energia e Presidente do Conselho Nacional de Política Energética, Silas Rondeau, para obter uma explicação, Sr. Presidente, do que aconteceu, para saber por que essas duas áreas de Pernambuco e da Paraíba foram retiradas depois de haverem sido colocadas pela ANP.

Como muito bem disse o Senador Roberto Cavalcanti, o Conselho Nacional de Política Energética é um órgão homologatório. Ele apenas homologa aquela situação técnica que vem da ANP, Agência Nacional de Petróleo, que é quem define as áreas que serão exploradas.

Em nome do Governo de Pernambuco e de seu povo, protesto contra essa atitude do Ministério de Minas e Energia e do Conselho Nacional de Política Energética. Faço um apelo a toda a nossa Bancada para que nos unamos em torno da obtenção e da inclusão, ainda nessa licitação, das bacias dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Não há nada que impeça que isso seja feito. O máximo que poderá acontecer, Senador Heráclito Fortes, é ninguém concorrer. Digamos que essas áreas não estejam devidamente preparadas para ser licitadas. O que vai acontecer? Ninguém vai concorrer, e, então, a área será incluída no próximo leilão, e ninguém será prejudicado. É esse o apelo que faço.

A Agência Nacional de Petróleo precisa ser prestigiada naquilo que ela define. Ela já é desprestigiada por não ter diretores nomeados. Ficou sem presidente e sem diretor por muito tempo – Senador Roberto Cavalcanti, não sei se V. Ex<sup>a</sup> acompanhou isso, mas, desde o começo deste ano, desde fevereiro, a ANP deveria ter cinco diretores, que seria o quadro completo, mas ficou com apenas dois; portanto, não podia decidir. Além disso, seus recursos são contingenciados, o que não lhe permite fazer pesquisa.

Quer dizer, além de desprestigiar completamente a Agência – e não é privilégio da ANP: desprestigia a ANP, a Aneel, a Anatel, todas elas –, agora ignora o que a Agência recomenda.

Então, o correto seria o Governo incluir na licitação todas aquelas áreas que foram solicitadas pela ANP, porque não há razão técnica para que isso não seja feito.

Muito obrigado, Presidente.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

VEÍCULO	ASSUNTO	DATA	PAGINA(S)
FOLHA DE FÉ	PECUNIA	06/08/2006	03

## LEILÃO

# Pernambuco fica fora da 8ª Rodada

KELE GUALBERTO

Pernambuco está fora da lista do leilão para a exploração de petróleo e gás natural da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O resultado, que saiu ontem, já era esperado por alguns consultores e fontes do setor. O secretário estadual de Infra-Estrutura, Fernando Dueire, tentou argumentar a inclusão com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, mas não obteve sucesso. Antes do anúncio da lista, Dueire disse que se a especulação se confirmasse, o Estado solicitaria "explicações técnicas claras" para não haver

prejuízo ao mercado de gás e petróleo.

A ANP chegou a gastar R\$ 5 milhões em um estudo da bacia sedimentar Pernambuco-Paraíba, sendo dividido em dois momentos. O primeiro, em 2005, indicou a presença de hidrocarbonetos (petróleo). O segundo, divulgado em 2006, dava conta da possível presença de gás natural na área.

Segundo nota divulgada, ontem, pela assessoria de imprensa da ANP, a 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, a ser realizada nos dias 28 e 29 de novembro, no

Rio de Janeiro, ofertará 284 blocos em 14 setores de setebacias sedimentares: Barreirinhas, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Pelotas, Santos, Sergipe-Alagoas e Tucano Sul. No total, serão oferecidos cerca de 101 mil quilômetros quadrados em áreas para exploração de petróleo.

A expectativa da rodada é atrair investimentos para aumentar as reservas de gás natural e petróleo leve. Hoje, 56 concessionários em atividade podem gerar cerca de US\$ 20,1 bilhões em investimentos mínimos até 2009.

PARLAMENTO JORNAL DO CONGRESSO	SEÇÃO ECONOMIA	DATA 08/08/2006	PÁGINA(S) 06
-----------------------------------	-------------------	--------------------	-----------------

# ANP EXCLUI ESTADO DE LICITAÇÃO

**COMBUSTÍVEL** Agência Nacional de Petróleo anunciou ontem os blocos incluídos na licitação que tem o objetivo de procurar petróleo no País

A bacia sedimentar Pernambuco-Paraíba ficará de fora da 8ª rodada de licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP) que ocorrerá nos dias 28 e 29 de novembro próximos, no Rio de Janeiro. Essa concorrência coloca as áreas que poderão ser exploradas, na forma de concessão, pela iniciativa privada. A expectativa do governo do Estado era que a bacia Pernambuco-Paraíba entrasse na 8ª rodada de licitações, já que no ano passado a ANP divulgou um estudo que encontrou indícios de petróleo nessa área. O estudo custou R\$ 5 milhões e foi bancado pela Agência. Com a exclusão, confirmada ontem, a bacia Pernambuco-Paraíba só poderá ser licitada na rodada de licitações do próximo ano, que deverá ocorrer no final de novembro de 2007.

A bacia de Campos, que é responsável por 80% da produção nacional de petróleo, também ficou de fora da 8ª rodada de licitações.

A justificativa da ANP é que foram priorizadas as áreas que apresentam óleo leve e gás natural. É a primeira vez que a bacia de Campos fica fora de uma rodada de licitações da ANP.

Especialistas na área de petróleo e gás afirmaram que a mudança de regras para a 8ª rodada de licitações afasta os investidores e mostra o quanto a ANP é influenciada pelos planos, a curto prazo, do governo federal.

O governo federal quer aumentar a produção de gás natural para diminuir a dependência do gás boliviano até 2008. Atualmente, metade do gás consumido no País vem da Bolívia. Essa reação ocorreu depois que a Bolívia decidiu nacionalizar a exploração e produção de gás natural, o que ocorreu em 1º de maio último.

A 8ª rodada ofertará 284 blocos em 14 setores de sete bacias, que são as seguintes: Barreirinhas (no Maranhão), Espírito San-

to, Para-Maranhão, Pelotas - no Rio Grande do Sul - Santos (em São Paulo), Sergipe-Alagoas e Tucano Sul, localizada no Sul da Bahia. No total, serão oferecidos cerca de 101 mil quilômetros quadrados em áreas para exploração de petróleo.

**INFORMAÇÕES** - Há duas semanas, o governador Mendonça Filho (PFL) chegou a contactar o ministro das Minas e Energia, Silas Rordevau, pedindo explicações sobre a exclusão da bacia Pernambuco-Paraíba. Na época, informações do mercado diziam que as bacias Pernambuco-Paraíba e a de Campos tinham sido excluídas da 8ª rodada de licitações. A inclusão da bacia Pernambuco-Paraíba chegou a ser aprovada numa reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Geralmente, as áreas são aprovadas primeiro pelo CNPE e encaminhadas à ANP, que realiza a licitação.



# SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

VEÍCULO	ASSUNTO	DATA	PÁGINA(S)
JORNAL DO COMÉRCIO	ECONOMIA	08/08/2006	02

## JC Negócios

**FERNANDO CASTILHO**

E-mail: castilho@jc.com.br

Não adiantou muito a reclamação e o protesto do governo do Estado diante das notícias vazadas na semana passada. Como se previa, a baía de Pernambuco e Paraíba ficou mesmo fora da lista de áreas licitadas na 8ª Rodada da ANP.

Só entraram as baías de Barreirinhas, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Pelotas, Santos, Sergipe-Alagoas e Tucano Sul. A 8ª Rodada incluirá 153 blocos em setores considerados como novas fronteiras marítimas. Assim, prospecção de petróleo em Pernambuco só no próximo governo.



## 54 Setores em 18 Bacias em Estudo para a 8ª Rodada

Bacia	Terra	Mar	Total
Amazonas	1		1
Barreirinhas		3	3
Camamu-Almada		2	2
Campos		8	8
Cumuruxatiba		1	1
Espírito Santo	3	2	5
Foz do Amazonas		2	2
Jequitinhonha		1	1
Pará-Maranhão		2	2
Parnaíba	1		1
Pelotas		1	1
Pernambuco-Paraíba		2	2
Potiguar	5	1	6
Recôncavo	4		4
Rio do Peixe	1		1
Santos		7	7
Sergipe-Alagoas	5	1	6
Tucano	1		1
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>33</b>	<b>54</b>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, DA INDÚSTRIA NAVAL E DO PETRÓLEO  
OFÍCIO SEINPE/GAB Nº 232/2006

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2006.

Exmo. Sr.  
Dr. Silas Rondeau  
Ministro de Minas e Energia

Senhor Ministro,

Primeiramente gostaria de agradecer a V.Exa. pela sensibilidade de atender nosso pleito constante do expediente SEINPE/GAB nº 173/2006 de 31/05/06, retomando a data da 8ª Rodada de Leilões de Blocos pela ANP para Novembro/2006.

Por oportuno e dentro do mesmo tema levo uma preocupação a V.Exa, não somente como representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas como **Membro do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, no tocante a rumores sobre a drástica redução de oferta de Blocos para esta Rodada (8ª), inclusive em total divergência com os setores de Bacias que havíamos aprovados para estudo na reunião do CNPE de 06/04/2006, lista anexa.

As informações que nos chegaram considero que não sejam verdadeiras, como a exclusão dos Blocos da **Bacia de Campos**, pelo absurdo que seriam, não somente pela sinalização negativa que dariamos a investidores nacionais e internacionais que já tinham conhecimentos destas áreas, mas pelos impactos no longo prazo, já que tais áreas em melhor hipótese só dariam resultados concretos em forma de produção após 8 anos.

Desta forma, como tal assunto (rumor) não foi debatido em outra reunião do CNPE e dentro das relações positivas que V.Exa. tem pautado com os Estados da Federação sobre tal tema e com as Entidades do setor, solicito o esclarecimento desta questão antes que tais rumores venham promover efeitos indesejáveis ao bom andamento do desenvolvimento do setor, inclusive para economia do Estado do Rio de Janeiro, e para arrecadação de Estados e Municípios enquadradas nas diversas zonas de produção principal e secundária relativas a cores setores.

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO  
Engº Wagner Grauja Victor  
Secretário de Estado de Energia,  
da Indústria Naval e do Petróleo

cc: Exma. Sra. Governadora Rosinha Gonetinho  
Diretor Geral Agência Nacional de Petróleo – Haroldo Lima  
Presidente do Fórum Nacional de Energia – Secretário Mauro Arce  
Presidente da OMPETRO – Prefeito Paulo Damásio

Anexo: Lista de Setores da Reunião do CNPE

(81) 3425 2316

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, DA INDÚSTRIA NAVAL E DO PETRÓLEO

Po

Secretário Fernando Duque

Como Combustível para o

Governo do Rio de Janeiro

Vm Cordial AB-450

E Torção por Vozes

WAGNER GRANJA VIEIRA  
Secretário de Estado de Energia,  
da Indústria Naval e do Petróleo



## Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo

2/2

A PETROBRAS – o grande ciclo de descobertas, de 2002 para cá, teve como protagonista a Petrobras mas, tanto nos investimentos como na tecnologia, a empresa valeu-se de grande número de parcerias com empresas internacionais.

Sem um *portfolio* atrativo e diversificado de blocos, a própria Petrobras dificilmente conseguirá parcerias à altura para seu continuado desenvolvimento.


AS EMPRESAS BRASILEIRAS de exploração – justo agora, começa a se consolidar um primeiro grupo de operadoras independentes nacionais. Sem os blocos das bacias terrestres, não terão onde investir.

EMPREGOS – O reflexo negativo aqui é óbvio. A exploração e subsequente produção de cada bloco com sucesso gera milhares de postos de trabalho. Os trabalhadores técnicos (e aí se enquadram os associados da ABGP) verão arrasada a demanda por seus serviços.

Agora, ante o triste fato consumado, só resta solicitar ao CNPE que, para as próximas rodadas, a começar do ROUND 9, deixe de praticar os mesmos equívocos, anunciando já em dezembro deste ano o Calendário e o mapa dos setores, permitindo à indústria, juntamente com a ANP, uma preparação profissional à altura da importância do evento.

Diferentemente de hoje, GANHAREMOS TODOS!

Atenciosamente,



Marcio Rocha Mello  
Presidente  
ABGP



## Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo

1/2

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2006.

Prezados Senhores:

Nesta data, com a divulgação oficial pela ANP dos blocos exploratórios ofertados para o ROUND 8 de licitações, a ABGP assiste desolada ao malogro de sua campanha de mais de três meses durante a qual procurou demover o CNPE deste verdadeiro tiro no pé que está dando o governo, ao reduzir drasticamente (de mais de 80%) o número de ditos blocos originalmente identificados pela Agência.

E não só diminuindo o número, mas, pior ainda, retirando do mapa áreas sabidamente prolíficas e áreas de novas fronteiras, como Rio do Peixe e Pernambuco-Paraíba, reconhecidamente prospectivas, no Nordeste brasileiro, sequioso de investimentos e de geração de empregos.

O critério de privilegiar e priorizar a exploração de áreas com potencial de óleo leve e gás, em detrimento de áreas com outros atributos, foi adotado de modo totalmente leigo, ao embaralhar localização geográfica com posicionamento geológico: na bacia de Campos, abaixo dos horizontes produtores de óleos pesados, há comprovadamente óleo leve e gás; na bacia terrestre do Recôncavo há óleo leve e gás...

Ao eliminar praticamente todas as bacias terrestres, o CNPE alijou do certame dezenas de operadoras independentes de porte médio e pequeno.

Assistindo a tudo isto, a ABGP não se permite capitular. Ao contrário, faz a pergunta óbvia: CUI PRODEST - a quem aproveita?

A resposta, igualmente óbvia, é: PERDEMOS TODOS !

O PAÍS: com os preços do petróleo nos níveis desta época e a conjuntura geopolítica reinante, aliados ao recente ciclo de descobertas, o Brasil estava despontando como astro de primeira grandeza. Reúne hoje as condições de ser o mais forte pólo de atração para investimentos exploratórios mundiais.

A tão propalada auto-suficiência, inequívoca conquista da Petrobras ao longo de sua existência, tem de ser sustentada com a reposição por novas reservas.

fragilização de seu papel de Agência concedente (Lei 9478/97). Alguma providência tem que ser tomada, e alguém tem que fazê-la. O povo de Pernambuco não pode aceitar tal ação e descalabro.



*Caro José Jorge,*

*Recife, 08 de agosto de 2006*

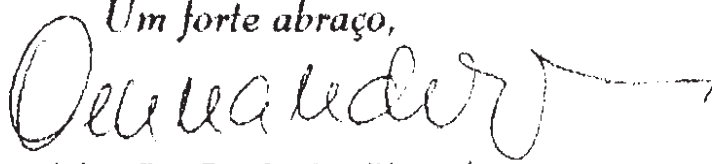
*Conforme falamos hoje, estou remetendo, para sua apreciação, a decisão do Governo Federal que prejudica Pernambuco e sacrifica todo o nosso trabalho, no que se refere a prospecção e exploração da bacia Pernambuco-Paraíba.*

*É importante ressaltar que face aos resultados dos estudos geoquímicos conduzidos pela ANP (Att. Jonh Forman), empresas internacionais já se movimentaram no sentido de apresentar ofertas às áreas de Pernambuco.*

*Julgo que essa decisão tem caráter político-eleitoral. É estranho que a bacia de Pelotas, que não estava indicada, tenha sido introduzida de última hora.*

*Mendonça falou com o Ministro Silas há duas semanas atrás, e até hoje não recebeu a cortesia de um retorno sobre o assunto. A notícia que temos é pelo jornal.*

*Em anexo, envio material complementar.*

*Um forte abraço,*  
  
FERNANDO DUEIRE

## CUI PRODEST ?

O exame do texto da Resolução N° 3 do CNPE, de 18 de maio de 2006, estranhamente publicado somente ontem, 2 de agosto de 2006, ou seja, com três meses de demora, enseja muitos reparos e conclusões.

Dos 41 setores selecionados pela ANP, publicados em seu site e amplamente divulgados, imediatamente em seguida à Reunião do CNPE do dia 18 de maio, restaram agora miseros 14 setores.

É impossível ignorar, em se analisando o propósito alegado pelo CNPE, de promover a exploração em Novas Fronteiras, a retirada da bacia marítima de Pernambuco-Paraíba e a inclusão, nova, posterior a 18 de maio, da bacia de Pelotas.

A bacia de Pernambuco/Paraíba foi objeto de um alentado programa exploratório de amostragem geoquímica do fundo marinho, promovido pela ANP. Esta campanha foi um grande sucesso, pois descobriu a existência nessa bacia de nova fronteira de um sistema petrolífero ativo, de grande prospectividade, para óleos semelhantes àqueles das bacias Potiguar e de Alagoas.

Deve ser dito que, pela falta de verbas na ANP, este projeto somente se viabilizou como resultado de tremendo esforço do Governo de Pernambuco e especialmente do Senador José Jorge que conseguiram liberar o orçamento necessário.

Ora, retirar Pernambuco-Paraíba, e acrescentar Pelotas (Rio Grande do Sul), tem toda a cara de uma "lógica" político-eleitoreira. É só lembrar aonde estão e de onde são o Sen. José Jorge e a Ministra Dilma.

Por outro prisma, embasado no alegado propósito do CNPE de privilegiar regiões com potencial para óleo leve e gás, o que é que justifica eliminar a bacia de Pernambuco-Paraíba, do Recôncavo (Bahia) e toda a bacia de Campos (Rio de Janeiro e São Paulo) ?

O que se evidencia nessa sucessão de atos, desde a reunião do CNPE de 18 de maio (na qual a resolução 3 foi chancelada pelo plenário do Conselho) até a tardia publicação da Resolução, são iniciativas de caráter administrativo para adaptar a arquitetura dos setores, originalmente concebida em bases técnicas objetivas, a outro modelo cujos critérios são, quando nada, obscuros.

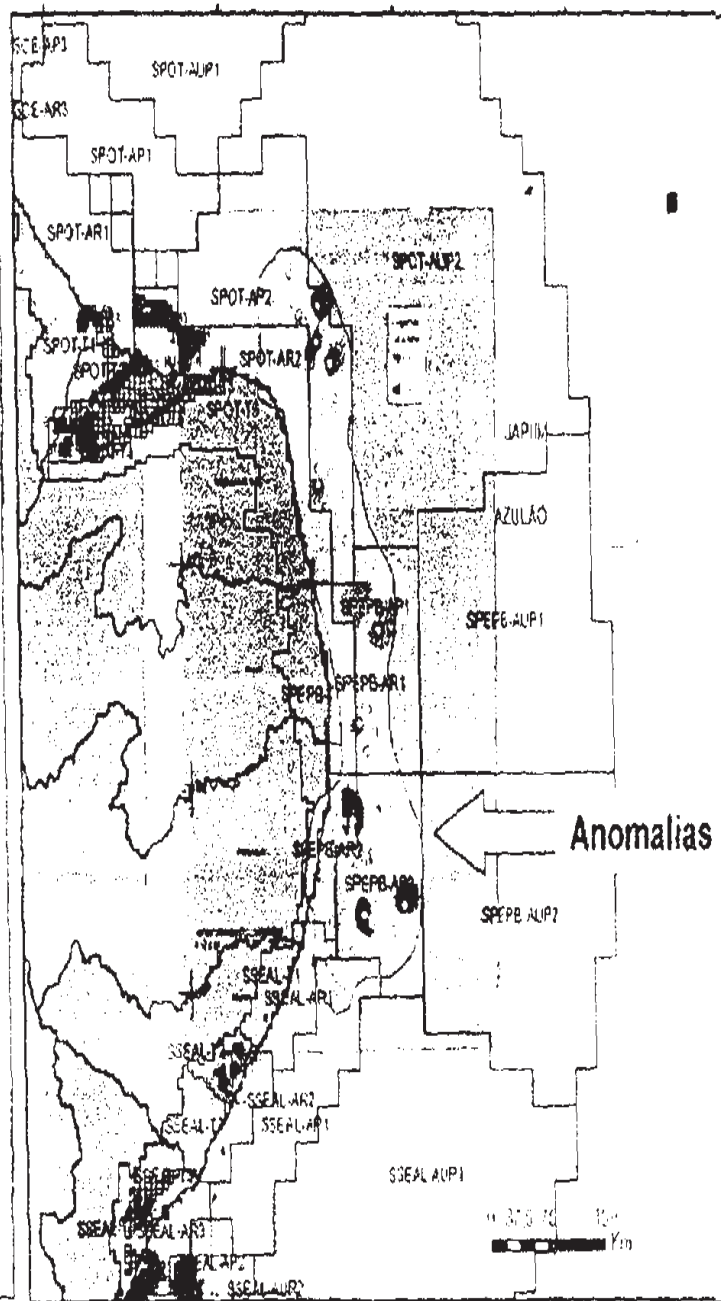
De toda a parte, da indústria do petróleo, por retardar um processo exploratório que leva cinco para começar a produzir, pelo futuro da indústria de Petróleo no Brasil, pela redução das oportunidades: dos estados e municípios pela perda de arrecadação e de progresso regional; dos profissionais exploracionistas de petróleo por redução de postos de trabalho, o desapontamento é geral. Sem falar no descrédito em que estão caindo o CNPE, pela volubilidade e a ANP pela total



A distribuição das indicações de hidrocarbonetos indica uma concentração em frente a Pernambuco

## Resultado do Levantamento

Mapa de distribuição dos hidrocarbonetos usando análises detalhadas de biomarcadores saturados. Como pode ser observado, as amostras classificadas como micro-exsudações de hidrocarbonetos termogênicos encontram-se agrupadas na porção *offshore* nordeste do estado de Pernambuco.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos para uma comunicação urgente de interesse partidário.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Senadora, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de lamentar que continuemos tendo, em relação à situação que tenho de chamar de insegurança do Estado de São Paulo, o acirramento das posições. Não sei se vamos conseguir avançar, mas há algumas sinalizações no sentido da aceitação por parte do Governo do Estado de São Paulo da oferta de esforços adicionais com o envio de um contingente do Exército nacional, mas as coisas ainda estão muito conturbadas.

Isso ocorre porque, em primeiro lugar, determinadas declarações exigem posição, exigem reação. O PT de São Paulo, a propósito, informou que vai entrar com uma notícia-crime de calúnia, injúria e difamação contra o Secretário de Segurança de São Paulo por ter feito aquelas insinuações e acusações, em alguns momentos até explícitas, na tentativa de vincular os ataques do PCC com o Partido dos Trabalhadores. Não tem como não reagir diante do absurdo de um ataque, de uma difamação, de uma calúnia dessa magnitude.

Ontem eu tive oportunidade de aqui registrar, inclusive com a apresentação de um exemplo concreto, dizendo que as coisas poderiam ser diferentes. Ontem eu vim de Santa Catarina para Brasília depois de ter participado de uma solenidade na qual o Ministro da Justiça assinou com o Governador de Santa Catarina o convênio de repasse de recursos do Fundo Previdenciário Nacional, no montante de R\$13,2 milhões para a construção do Presídio Regional de Itajaí.

Esses R\$13,2 milhões fazem parte da mesma, da mesmíssima medida provisória que prevê a liberação de R\$100 milhões do Governo Federal, vindos do Fundo Penitenciário Nacional, para socorrer e, quem sabe até, resolver a situação caótica dos presídios e da insegurança que existe em São Paulo.

Em Santa Catarina conseguimos a liberação desses recursos, o Rio Grande do Sul e o Paraná também. E São Paulo? Talvez não tenham dado conta de preparar a documentação necessária por conta da situação grave que tem lá, pois há muitas emergências: vira e mexe o PCC se rebela e aí eles têm de atender à emergência, por isso talvez não possam cuidar da documentação necessária para que os recursos possam ser liberados.

Agora, se não deram conta de fazer a tarefa de casa, se não deram conta de preparar a documentação, de firmar o convênio, não venham acusar o Governo Federal, dizendo que o dinheiro não chegou porque o

Governo Federal não quis mandá-lo. Isso é inadmissível. Os recursos da medida provisória são de R\$200 milhões, e vários Estados, inclusive o meu, deram conta de preparar a documentação necessária para liberar o dinheiro que será utilizado em obras emergenciais no setor penitenciário.

Então, nada justifica que São Paulo não tenha tido também essa capacidade, essa competência – trata-se realmente de competência na gestão, de fazer as coisas. Os recursos de um fundo federal só podem ser repassados mediante o cumprimento das exigências legais. Há que se firmar um convênio a partir de um projeto, toda uma documentação é necessária. Ninguém faz repasse de uma instância da Federação para outra sem determinadas formalidades. Não é TED, não é DOC, não é dinheiro vivo. As coisas seguem regras e legislação próprias. Foi assim com Santa Catarina e assim tem de ser também com o Estado de São Paulo. Mas não, fica esse jogo, essa coisa difícil de...

Eu não estava aqui – tive duas audiências, uma na Receita Federal e outra na Funasa, para tratar de alguns assuntos de interesse do meu Estado –, mas parece-me que novamente há um assunto sendo desvirtuado. Segundo a informação que recebi, estão atribuindo ao Governo Federal a decisão relativa ao indulto – aliás, não é indulto, pois indulto é quando a pessoa que está cumprindo pena deixa de cumpri-la, sai da cadeia, tem amenizada a sua pena; trata-se, sim, de licença para os presos paulistas poderem ir passar o Dia dos Pais com os familiares; serão 11 mil presos aproximadamente. Assim me foi reportado. Se eu estou enganada, se quem me passou ouviu diferente, quero pedir desculpas, mas vamos fazer a leitura.

Sr. Presidente, faço a leitura:

... a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo decidiu ontem manter a permissão para liberar cerca de 11 mil presos a partir das 7h30min de sexta-feira para o Dia dos Pais.

.....  
A autorização para saída temporária é concedida por ato normativo do juiz de Execução Penal com pareceres do Ministério Público (através dos promotores de Execução Penal) e da Administração Penitenciária.

O benefício, previsto na Lei de Execução Penal, é concedido há 22 anos nos feriados de Páscoa, Natal e Finados e na comemoração de Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças. A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) [de São Paulo] disse que não tem poder para cancelar a saída temporária dos presos, que depende de decisão judicial.

Trata-se de uma decisão, é legal. A esfera de decisão dessa licença é da autoridade paulista, é das autoridades penitenciárias do Estado de São Paulo. Mas agora já estão insinuando... Pelo menos me foi reportado que estão insinuando que o Presidente Lula está liberando 11 mil presos em São Paulo. Esse tipo de procedimento é lamentável. Eu só posso atribuir isso ao acirramento. Eu peguei aqui vários discursos de Parlamentares do Nordeste.

Eu queria concluir, Senador, dizendo que o processo eleitoral vai acirrando, e tenho até uma preocupação. Ontem nós tivemos alguns comentários a respeito. Eu acho que o processo eleitoral vai acirrando mesmo, porque não tem como ser diferente. Mas há coisas que são muito elucidativas. Se o processo começa a acirrar e começa a haver determinados comportamentos que ultrapassam os limites da razoabilidade, eu só posso vincular isso aos números da própria pesquisa, apesar de eu sempre dizer que a pesquisa que vale mesmo é a da urna, no dia da eleição.

Mas vamos falar do Nordeste, pois houve várias manifestações aqui de Parlamentares do Nordeste. O Presidente Lula, na pesquisa de um mês atrás, estava com 62,9% no Nordeste e agora foi para 66,6%.

Portanto, é praticamente uma intenção de voto de aproximadamente 2/3 do eleitorado. Não é qualquer intenção de voto. É uma intenção de voto substancial e significativa. Eu não posso entender que não seja pelos resultados. Uma intenção de voto dessa magnitude não tem como não ser pelos resultados da atuação do Governo naquela região do País; dos benefícios, da melhoria, da mudança no cotidiano das pessoas.

Talvez até para tentar exemplificar, tenho usado aqui, como ontem, o exemplo do Espírito Santo – inclusive elogiando o Governador Paulo Hartung que, talvez, tenha conseguido mais do que outros governadores aproveitar e potencializar... No Espírito Santo, houve praticamente três vezes mais geração de emprego, nos três anos e meio do Governo Lula, do que nos oito anos dos dois governos do Fernando Henrique que nos antecederam.

Mas eu vou usar números de outros Estados: a Bahia, por exemplo. Na Bahia, nos oito anos de Fernando Henrique, 83.401 empregos com carteira assinada foram criados; nos três anos e meio do Governo Lula, foram 161.629. Portanto, parecido também com Santa Catarina: o dobro.

No Maranhão, foram criados 4.020 empregos nos oito anos que nos antecederam; em três anos e meio, 32.284, oito vezes mais.

Em Pernambuco, nos oito anos, foram 12.707; nos três anos e meio, 79.986. Esses são os resultados concretos que talvez justifiquem ou contribuam efetiva-

mente para que, no Nordeste, as intenções de voto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, neste momento, neste retrato, que é a pesquisa, atinjam 66,6%.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos para uma comunicação de interesse partidário, Senador.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já falei por duas vezes sobre o assunto que hoje me traz aqui. Todavia, hoje encaminhei a cada membro da CPMI um documento que lerei para V. Ex<sup>as</sup>.

No meu primeiro mandato (1995), doei do meu próprio bolso – do meu próprio bolso – 82 ambulâncias para os Municípios mais carentes da Paraíba. (doui novas e/ou reformei antigas). Pegava as antigas, reformava-as e as devolvia.

Nos dois últimos Orçamentos, fomos obrigados a destinar 30% das emendas individuais para a área de saúde, por força da Emenda Constitucional nº 20, de 1998 – que obriga o Ministério da Saúde ter mais recursos.

Conseguí 29 ambulâncias em 2 anos. Só 14 foram compradas da Planam. Dessas 14, 11 destinei a cidades cujos Prefeitos são meus adversários políticos. Por quê? Porque acho que o povo não pode ser penalizado por essa razão.

Não conheço ninguém da Planam, nenhum Vendoim, seja pai ou filho.

Nunca falei com nenhum deles por telefone ou pessoalmente, sequer sabia das suas existências.

Não conheço a Sr<sup>a</sup> Maria da Penha Lino; nunca tive contato com ela.

Jamais fiz emendas para o Ippes. Não conheço ninguém desse instituto, aliás, só agora descobri, depois de muita pesquisa, que se trata de uma Ocips, e a assinatura que lá está não é minha, foi falsificada – e enviei o laudo para cada um dos Parlamentares.

O mesmo ocorre com os pedidos de pagamento de emendas para o Mato Grosso – eu queria muito que a Senadora Serys estivesse aqui. Eu não conheço as cidades, nem os Prefeitos, nem ninguém. Igualmente, as assinaturas são falsas.

E não se trata de emendas. Apesar de ser falso, o que há é um pedido para o Ministro, diante das normas regulamentares, ver se pode pagar para Parlamentares, que diz assim:

Com os meus cordiais cumprimentos, venho pelo presente solicitar, dentro das normas regulamentares e atendendo a pedidos de Parlamentares do nosso



Partido, a possibilidade de viabilizar pagamento referentes aos Municípios abaixo:

Santa Rita do Trivelato;

Jaciara;

Santo Afonso.

Agradecendo antecipadamente o que puder dispensar o pleito ora encaminhado, renovo ao eminente Ministro os meus protestos de consideração e apreço.

Agora, veja só, Sr. Presidente, não fui eu também que assinei.

Acredito que os Vedoin pudessem ter pensado que eu sabia do que estava acontecendo em função desses ofícios falsos e da possível desenvoltura com que o meu assessor teria usado o meu nome. Nesse caso, teriam sido também ludibriados ou se trata de malandragem mesmo para a “fabricação” de documentos com o fito de dar uma pseudocredibilidade a essa armação criminosa. Não sei.

Caso a CPMI julgue isso conveniente ou necessário, tenho pessoas no meu gabinete que se dispõem a depor e confirmar a veracidade das minhas alegações quanto às falsificações das assinaturas.

É muito importante que analisemos também o lado do assessor, porque há muitas incoerências nos seus depoimentos – são muitas.

Em suma, não conheço os investigados, à exceção dos dois assessores, que mandei demitir imediatamente. Eles não me conhecem; nunca soube da existência deles; nunca pedi ou recebi deles nada, nem de nenhuma pessoa ligada a eles ou que falasse em nome deles.

Não apresentei emendas para Mato Grosso, tampouco para o Ministério das Comunicações. Tive alguns ofícios falsificados (há testemunhas e um laudo pericial para comprová-lo).

Não recebi valores em espécie, bens ou depósitos em minhas contas correntes ou de meus familiares. Não faço parte de quadrilhas. Honro o meu mandato.

Sinto-me, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, injustiçado e, aparentemente, envolvido numa situação kafkiana, só que ainda é mais dramática e dolorosa porque escapa da literatura e acontece na minha vida real.

Então, Sr. Presidente, mandei isso para cada membro da CPMI. Mas também mandei uma segunda carta, dizendo que recebi uma carta da Sr<sup>a</sup> Angélica Soares, funcionária do meu gabinete, em que cita fatos importantes e estarrecedores.

Ela diz que foi trabalhar lá por indicação do meu assessor. E diz ainda que ela bateu o ofício e alguns documentos desses que foram falsificados. Ela bateu e levou para alguém assinar. E mais: que isso foi feito

porque era urgente, e eu sequer estava na cidade. E ela diz, inclusive, que está à disposição para depor e até para, se precisar, a coletiva de imprensa. Diz também que não dorme há dias e que, desde que o Senador Romeu Tuma disse que iria chamar outras pessoas do meu gabinete, ela ficou preocupada e tratou de informar isso.

Aqui está a carta dela, Senador Tuma, dizendo que está à disposição para ser entrevistada e até para coletiva, se precisar, dizendo o que fez.

Sr. Presidente, fico muito impressionado, pois mandei os depoimentos para cada um também. As pessoas devem prestar atenção no que recebem e devem ler. Esse é o grande problema que eu vejo, Senador Romeu Tuma.

No primeiro dia, mandei demitir o Sr. Marcelo. E mais ainda, Sr. Presidente: fiz um ofício a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, pedindo para depor no dia 5 de junho. Faz dois meses e pouco.

Mas, veja V. Ex<sup>a</sup>, Senador – eu também comuniquei à CPMI que eu havia demitido os dois –, três meses depois, chega um ofício ao meu gabinete convocando o Sr. Marcelo para depor. Então, se chegou ao meu gabinete, três meses depois que eu o tirei de lá, foi porque não leram o documento, o ofício que eu mandei dizendo que eu o havia demitido e processado. Então o grande problema que vejo é este: não estão lendo as matérias. Isso é muito perigoso.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Pois não, Senador Romeu Tuma. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Nobre Senador, com todo o respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup> e a amizade de todos estes anos em que não houve negativa. A pressão de V. Ex<sup>a</sup> para ser ouvido inverte a ordem de investigação. Se há uma acusação contra V. Ex<sup>a</sup>, não se pode dar crédito imediato àqueles que tentaram, por outros meios, envolvê-lo no procedimento e chamar V. Ex<sup>a</sup> para depor por antecipação. Por isso, V. Ex<sup>a</sup> deve ser o último a ser ouvido, porque lerá tudo o que foi dito e contestará ou não.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Não estou discordando de V. Ex<sup>a</sup>, não.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Agora, se eu ouvir V. Ex<sup>a</sup>, como é que vou ouvir as outras pessoas? Vou desacreditar do que V. Ex<sup>a</sup> me falar? Eu não posso.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – O que falo em referência a V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Pedi à Mesa, que já me mandou, os depoimentos que V. Ex<sup>a</sup> tem feito. Mas queria – e é importante – que a CPI me man-

dasse a conclusão de alguns fatos, porque ela pode quebrar sigilo, pode tudo.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Concorde com V. Ex<sup>a</sup> também. Não estou discordando, não. Apenas estou afirmando e peço que V. Ex<sup>a</sup> confirme ou não que, no dia 5, apresentei um ofício.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – É verdade; estão lá os documentos protocolados e já estão anexados à pasta...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Eu não estou fazendo críticas a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – ... porque eu não abri nenhum procedimento investigatório.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Eu não estou fazendo nenhuma crítica a V. Ex<sup>a</sup>. Estou dizendo que, no âmbito da CPMI, se tivessem lido o documento que enviei dizendo que eu o tinha demitido, não teriam mandado, três meses depois, convocar o cidadão no meu gabinete.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Provavelmente era o único endereço que possuía a CPI que faria chegar às mãos...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Senador, uma CPMI tem inúmeros assessores. Uma CPMI, com certeza, encontraria esse cidadão facilmente. Não precisava ter feito isso. A minha preocupação é exatamente com o fato de não se ler os documentos.

Quanto a V. Ex<sup>a</sup>, entendo, e a ordem está correta. Apenas estou querendo informar que a minha ansiedade em informar foi tão grande que fiz isso.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Concorde com a aflição de V. Ex<sup>a</sup>, como a do Senador Magno Malta e a de outros que estão aqui. Eu concordo. Há a própria preocupação do Presidente Renan em não trazer o procedimento investigatório da CPI para dentro do plenário do Senado. Essa é a discussão. É claro que se terá que ler toda a documentação que V. Ex<sup>a</sup> mandou. Terá que se ouvir a secretária que teria falsificado ou não a sua assinatura. Isso tudo tem que ser praticamente destruído.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Senador, desarme-me porque não estou fazendo carga nenhuma contra V. Ex<sup>a</sup>. Estou apenas dizendo a verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu também não estou me defendendo de nada, não. Estou só explicando.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> está falando sobre o roteiro, com o que já concordei. O roteiro de V. Ex<sup>a</sup> está certo. Estou preocupado em apresentar mais uns dados para que V. Ex<sup>a</sup> entenda essa minha posição. Ouça só.

Pelejei para conseguir, Senador – e V. Ex<sup>a</sup> também; eu sei disso –, vários documentos que não me foram confiados.

Recebi um ofício dizendo o seguinte: o senhor tem 5 dias para se defender do processo tal que está sob segredo de Justiça.

Como é que eu iria me defender sem saber de que, se está em segredo de Justiça? Aí eu digo: como é que eu consigo isso? “Não pode; está em segredo de Justiça”. Então, como é que eu vou esclarecer alguma coisa sobre a qual não sei, não tenho conhecimento?

Esse foi o primeiro ofício; aliás, o segundo, porque o primeiro foi esse caso de terem procurado o Marcelo no meu gabinete.

A terceira coisa que me preocupou foi que eu não consegui depoimento de ninguém; tive que sair catando, pedindo por favor, pois precisava saber o que estava sendo dito. Não tinha acesso. Para se ter uma idéia, V. Ex<sup>a</sup> foi extremamente leal na hora em que disse para mim que eu poderia pegar cópia do depoimento prestado. Mas o depoimento dado lá na CPMI eu só consegui hoje. Sai amanhã o relatório, e eu só o consegui hoje, Sr. Presidente. Está aqui. Consegui hoje! E fiquei pasmo quando vi as perguntas, que poderiam ter me ajudado na formulação da documentação que mandei fazer para cada um do Parlamentares.

Olhe só, Sr. Presidente, que coisa incrível. O Deputado Carlos Aleluia pergunta para o cidadão:

– O senhor declarou, no Imposto de Renda de 2004, a casa que o senhor possui e que consta que o senhor possui em Brasília, no Condomínio Ville de Montagne, Quadra 11, que vale R\$ 500 mil?

– Essa avaliação eu desconheço. A casa é num condomínio irregular e, quando é irregular, não tem escritura. Eu não declarei.

– O senhor cometeu um crime – mais um, porque não há necessidade de escritura para declarar o que o senhor comprou, mas o senhor recebeu o dinheiro e o senhor tem que declarar.

– Essa casa inclusive já foi vendida.

– O senhor declarou a venda?

– Como eu não tinha escritura, não declarei a casa.

– O dinheiro foi depositado na conta?

– O dinheiro serviu para me ajudar a fazer reforma numa outra casa.

– Ah, o senhor tem outra casa?

– Tenho.

– Por quanto a casa foi vendida?

– Não, a casa não vale R\$ 500 mil.

– E por quanto foi vendida?

– Não me recordo.

– Para quem vendeu?  
– Não recordo.  
– O senhor vendeu e não tem documento de venda?

- Não.
- O senhor não passou recibo?
- Não.

E isso ocorre com barcos, com carros. É muita incoerência!

Eu, se tivesse tido acesso a esses documentos, poderia ter melhorado ainda mais a minha defesa. Não estou fazendo carga contra o Sr. Marcelo. Estou dizendo que há muitas incoerências.

Sr. Presidente, vou encerrar porque não quero me prolongar, até porque V. Ex<sup>a</sup> me deu a palavra por menos tempo.

Mas vejamos as perguntas com as quais não me conformo:

- O senhor conhecia os Vedoin?
- Não.
- O senhor conhecia D. Maria da Penha?
- Não.
- O senhor mandou Marcelo pedir algo em seu nome?

- Não.
- Marcelo repassou algo para o senhor?
- Não.

Isso tudo está nos depoimentos dados. Todos. O depoimento de cada um deles. De cada um deles. Ou as interpelações que fiz.

– O senhor sabia o que era o Ippes ou Fundação Hipólito?

– Não.

– O senhor mandou emendas para o Mato Grosso?

– Não.

Há um pedido de ajuda ao Ministro, mas não fui eu que fiz. Está aqui a assinatura; basta conferir.

– Quantas ambulâncias a Planam vendeu na Paraíba?

– Quatorze.

– Para quantas Prefeituras aliadas?

– Para três Prefeituras aliadas; o resto são adversárias.

– Por que os Vedoin acham que o senhor sabia?

– Porque havia emendas assinadas falsamente – que eles pediram e receberam –, então eles achavam que eu tinha alguma ligação.

– Algum Vedoin tem dúvida a esse respeito de que o senhor sabia?

Tem. Em dois depoimentos, eles dizem que não tinham certeza, mas isso não saiu em nenhum lugar

na imprensa. Só saiu dizendo que eu era culpado; nunca saiu dizendo que eles tinham dúvida. Está na página quatro do depoimento do Sr. Vedoin, no penúltimo parágrafo. E o que é mais incrível ainda: um jornal colocou que eu tinha genro recebendo propina. Eu só tenho filhos; não tenho nenhuma filha. E todos são solteiros. É um negócio incrível isso!

– Quanto os Vedoin disseram que pagaram?

– R\$ 200 mil.

Isso em dois anos.

– O senhor alguma vez esteve com eles ou com a senhora Maria da Penha?

– Não, eu nunca estive.

– Por que o Marcelo disse que o Senador tinha conhecimento das emendas?

Das emendas feitas normalmente, sem assinatura falsa, eu tenho conhecimento de todas. Das outras, claro que não; não fui eu que as assinei. E as outras são quais? Uma é um pedido de pagamento para membros do Partido, que eu também não assinei.

São essas coisas que estão há três meses, Sr. Presidente, rolando, rolando, rolando, e estamos em período eleitoral na Paraíba. Não temos culpa absolutamente de nada, mas ficamos nessa trituração.

Não temos culpa absolutamente de nada, mas ficamos nessa trituração. Não sei qual é o objetivo, Senadora Serys.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Linchamento.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Mas linchamento, por quê? Por que sou o Líder do PMDB? Sou o Líder da Maioria? Qual a razão? Não consigo entender. Entreguei a cada membro da CPMI o laudo pericial mostrando que a assinatura é falsa e todos esses documentos de que acabei de falar. O meu medo é de que não se tenha lido e que se venha com uma solução que não seja justa. Não quero favor de ninguém. Falei com cinco pessoas dessa CPMI. Ao Deputado Fernando Gabeira, eu disse que não queria pedir nada, apenas que se investigasse e se fizesse justiça. Ao Deputado Raul Jungmann e ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, eu disse a mesma coisa. Com o Senador Amir Lando, encontrei-me uma única vez depois que S. Ex<sup>a</sup> se tornou Relator, há três semanas, e disse-lhe que não queria pedir favor nenhum, só que se investigasse e se fizesse justiça. E todo o dia leio no jornal: “Senador Ney está fazendo a maior pressão”. Não estou fazendo pressão nenhuma sobre ninguém, tudo o que fiz foi mandar essa documentação que acabei de ler aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo necessário para a sua explanação.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, mas, praticamente, já encerrei, ao dizer que tudo o que fiz foi exatamente isto: mandar para cada membro da CPMI os documentos.

Mas, já que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu mais tempo, deixe-me ler o que fiz para facilitar:

Depoimento prestado pelo Sr. Luiz Vedoin, que nunca esteve comigo: “Nunca estive pessoalmente com o parlamentar. (...) Que todos os assuntos eram tratados diretamente com o assessor, que o interrogado iria pagar ao assessor 10% sobre o valor de cada licitação, mas que ele não tinha certeza se o Senador ia receber essa comissão.”

Outra coisa incrível! Ele disse: “O Ippes quem inventou fui eu, e quem redigiu a emenda foi o assessor.” A mesma coisa que a moça já disse: “Que o interrogado nunca se reuniu com o Senador.”

Depoimento da D. Maria da Penha: “Nunca estive com o Senador, não conheço o Senador, nunca falei com o Senador.”

Interpelação judicial que eu fiz ao Sr. Marcelo: “Alguma vez o interpelado recebeu ordem do interpellante para solicitar, ou pedir, o que é que fosse para uma empresa? Não – resposta dele –, jamais recebeu ordem ilegal do interpellante. E conhecendo a formação moral deste, ele não seria capaz de fazê-lo.

Se alguma vez o interpellante recebeu ou pediu ao interpellado que recebesse alguém da família Vedoin ou a Sr<sup>a</sup> Maria da Penha Lino. “Não, o Senador nunca fez”.

Se o interpellado pediu alguma vantagem ou ouviu o interpellante pedir para que algum prefeito comprasse na firma A ou B? “Não, nunca vi”.

Se o interpellado alguma vez repassou valor referente a esse chamado esquema para o interpellante. “Não. Embora já tenha respondido na pergunta anterior, reitero que o interpellado jamais recebeu qualquer valor de quem quer que seja para repasse ao interpellante ou familiar deste.”

O Sr. Marcelo disse que eu nunca tive nenhuma atitude ilegal e nunca recebi coisa alguma.

Palavras do Sr. Marcelo no depoimento perante o Senador Tuma:

O Senador Tuma pergunta-lhe: “Alguma vez o Senador pediu que o senhor solicitasse algum tipo de benefício?”

Ele disse: “Que eu saiba, não.”

– “O Senador tinha conhecimento desse esquema? Ele alguma vez se encontrou com alguém da família Vedoin?”

– “Não.”

– “Ele queria que a Planan participasse de alguma licitação, o senhor sabe?”

– “Não. Que eu saiba, nem dessa empresa nem de outras. Nunca vi o Senador pedir para convencer ninguém.”

Pergunta o Senador Romeu Tuma: “Parece que foi declarado pelo Vedoin que ele apresentou, para três cidades do Mato Grosso, uma emenda. O senhor elaborou as emendas?”

– “Não, não fiz. Não tem emenda. Tem um pedido para um pagamento, mas não fui eu que assinei.

– “O Sr. Darci disse que ele mesmo sugeriu a solução do Ippes. É algum instituto ou algo assim?”

– “Desconheço.”

– “Ele disse que o senhor redigiu o ofício pessoalmente. O senhor confirma?”

– “Não.”

– “O Senador sabia da existência do Ippes?”

– “Não. Inclusive está no meu interrogatório no depoimento à Polícia Federal” – quando ele estava preso, incomunicável ainda.

– “O senhor sabe afirmar se o Senador mantinha algum relacionamento com esse instituto?”

– “Não. Nós sempre fizemos emenda para município. Nós nunca fizemos emenda para qualquer Oscip.”

– “O senhor conhecia o Vedoin de onde?”

– “Ah, eu conheci lá na Comissão Mista de Orçamento.”

– “No gabinete do Senador Ney Suassuna ele nunca foi?”, perguntou o Senador Romeu Tuma.

Ele disse: “Nunca.”

O Corregedor pergunta: “Nem ele nem o Luiz?”

– “Não.”

– “Ninguém em nome dele?”

– “Não.”

Esse foi o questionamento feito pelo Senador Romeu Tuma. Então, não sei por que saiu de modo diferenciado na imprensa. Fico impressionado, Sr. Presidente, porque há coisas tão importantes e tão conflitantes. Aqui, nos depoimentos, há um depoimento de que o cidadão vendeu um carro, mas não entregou; vendeu uma lancha, mas não entregou; vendeu uma casa, mas não sabe a quem nem o preço. No final, vem a imprensa e diz assim: “Mas o Senador sabia de tudo”.

Por que em uma hora ele é tão firme e se acredita na palavra dele e na outra hora não? São coisas que ...

Amanhã, sai o relatório da CPMI. Espero que faça justiça. Provavelmente, quando chegar aqui, vamos analisá-lo.

É uma coisa draconiana: a palavra do marginal que fez todo esse esquema vale mais do que a de qualquer parlamentar. Se um marginal disser alguma



coisa contra um cidadão comum neste País, talvez se rivalizem. Mas se ele disser algo contra um parlamentar, vale a palavra do marginal, mesmo que ela não seja comprovável. Isso não está certo.

Estou aqui há 14 anos, tenho agido com a maior correção, tenho buscado a maior lealdade com os companheiros e vejo, nesta hora, todo esse clima. É um clima que não estou entendendo, porque sequer fui recebido – recebido! – pelo Relator para entregar esses documentos. Mandeí por portador, porque os telefonemas que dei para dizer que ia entregar os documentos não tiveram resposta. Mas quando pego o jornal, está lá: “Está fazendo pressão sobre o Relator”.

Não estou. Não fiz e não farei.

Concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Nobre Senador Ney Suassuna, sou membro da CPMI; logo, não posso adiantar aqui meu voto. Mas, se V. Ex<sup>a</sup> pudesse fazer essa defesa, que fez agora da tribuna, lá na Comissão, tenho certeza de que seria muito difícil votar contra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – No primeiro dia da CPMI, eu fui e disse: estou à disposição. Depois disso, a CPMI só se reuniu um dia; só houve votação um dia. Nunca mais houve reunião. Quando ela se reuniu novamente, na semana passada, lá estive e disse que comparecia para dar informações. O Deputado José Carlos Aleluia, muito gentilmente, disse: “Senador, não posso ouvi-lo, porque só tenho autoridade para ouvir assessores. Seu assessor vai depor hoje. Se o senhor quiser assistir, não há problema”.

Está aqui. E disse mais: “Podemos fazer duas reuniões: uma com o senhor presente e outra sem o senhor presente”, quando um outro levantou e disse: “Não, não acho que esteja certo”.

Se V. Ex<sup>as</sup> me permitirem, vou ler um pedacinho para que vejam como distorcem as coisas.

– “O Sr. Luiz Antonio era o chefe de uma poderosa empresa.”

Ele disse:

– “Eu não sei. Não estou sabendo disso.”

– “Qual a sua relação com Roberto Arruda de Miranda?”

– “Ele foi colega de gabinete. Trabalhava comigo no gabinete.”

– “O senhor conheceu ele aqui?”

– “Não. Conheci ele no Ministério da Integração Nacional e, por coincidência, viemos trabalhar juntos aqui no gabinete.”

– “O senhor Roberto Arruda de Miranda também recebeu dinheiro?”

– “Não sei. Não sei se ele recebeu dinheiro” – ora, ele pediu a conta do outro emprestada para poder depositar o dinheiro.

– “O senhor ainda é assessor do Senado?”

– “Não. Fui demitido no mesmo dia em que fui preso pela Polícia Federal.”

– “O senhor sabe por que foi exonerado?”

– “Não sei, não, porque não perguntei. Não fui atrás para saber. Simplesmente fui demitido.”

– “O senhor não tem nenhuma informação por que foi demitido?”

– “Fui demitido através da imprensa. Eu estava preso.”

– “O senhor acha que foi preso por quê?”

(Silêncio)

– “O senhor não me respondeu. Eu perguntei se o senhor sabia por que é que o senhor foi preso.”

– “Eu estava aguardando o senhor. As razões devem estar no meu inquérito policial.”

– “O senhor não tomou conhecimento do inquérito policial?”

“Anteriormente, não.”

– “O senhor não sabia de nada?”

– “Não. Os motivos estão arrolados na Justiça. Os meus advogados é que estão tomando conta.”

– “O senhor poderia consultar o seu advogado para dizer por que é que foi?”

– “Aí o advogado disse: “Olha, foi instaurado o procedimento... (e tal).”

– “Com a palavra o Deputado.”

Um orador não identificado.

Aí eu entro:

– “Permite, Sr. Presidente?”

– “Pois não, Senador Suassuna.”

Aí digo eu. Vejam os senhores, veja, Senador Raupp, o que eu disse:

“V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão.”

Não. Perdão. Aí eu estava presente nisso. Aí chegou o Deputado e disse o seguinte:

– “Eu não queria de maneira nenhuma atrapalhar, mas eu acho que o Senador Suassuna não devia estar aqui, porque os outros Deputados também gostariam de estar na hora em que seus assessores estivessem sendo interpelados. Assim eu acho que isso é uma coisa que não devia acontecer. Isto não é uma acareação. Eu sei que o Senador não veio aqui para fazer nenhum tipo de pressão nem nada, ele está no legítimo de acompanhar.”

Aí eu disse a ele: “Permite, Sr. Presidente?”

Aleluia disse: “Pois não.”

Aí eu disse:

– “V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão, mas eu não vim sem pedir o consentimento do Presidente. Hoje de ma-



nhã, quando vim aqui, eu disse, no início desta tarde, que era a segunda vez que eu vinha à Comissão para me oferecer para ser entrevistado. No primeiro dia de Comissão, eu vim aqui e disse exatamente isto: eu estou à disposição para dar todas as informações. E vejo, com muita surpresa, que cada dia vaza um documento. Eu, para conseguir os documentos que tenho hoje, tive dificuldades enormes, mas alguns eu consegui depois de ter recebido a negativa daqui da Comissão. Teve um que não consegui, consegui no *blog* do Noblat; não, não, num *blog*, consegui num *blog*; eu não tinha, nem a Comissão dava, mas estava no *blog*.

E veja só, a cada dia sai uma versão diferenciada: diferenciada acusando o Marcelo, acusando a mim, acusando assim, acusando assado, o fulano disse... E sempre na imprensa.

E o mais interessante é que os membros da Comissão, Sr. Presidente, a cada momento, vão à imprensa para brilhar um pouco mais, e sempre mudando as versões. É um mexido, é um moído que não acaba mais.

Eu vim e disse: “Mais uma vez estou aqui à disposição, podem me perguntar.” E pedi para ser ouvido”.

O Presidente, muito gentilmente, disse: “Não tenho autoridade para ouvir o senhor, porque hoje é dia dos assessores. Mas quem sabe na terça-feira! Vou levar o seu pedido”.

– “Estou fazendo esse pedido por escrito, para ser ouvido na terça-feira”.

– “Dou o parecer favorável”, disse o Presidente.

O Senador Ney Suassuna disse:

– “Muito bem! Então, eu acho que até que a colocação que está me fazendo não cria problema nenhum, apenas acabei de ouvir esse pedacinho do depoimento do Sr. Marcelo, e a imprensa vai colocar tudo que eu duvido que ele tenha dito. Mas estou consigo, eu me retiro, não me cria problema absolutamente nenhum”.

“Tem o depoimento dele na Justiça, tem o depoimento na Polícia Federal, e eu queria que você visse apenas o que é, porque eu também tenho uma interpelação judicial que fiz a ele, porque, além disso, ainda processei e pedi informações”.

Muito bem, aí eu disse: “Mas o senhor está certo”.

O Aleluia disse o seguinte: “Não, o senhor fica, nós fazemos duas. Fazemos uma com o senhor e outra sem o senhor”.

O Aleluia era o Presidente.

Eu disse: “Não! Não podemos criar constrangimento, ele tem razão. Não estou aqui para criar constrangimento. O que eu quero é a verdade e só”.

E me retirei. Sabe como saiu na imprensa?

“O Senador Ney foi lá fazer constrangimento e saiu zangado!”

Esse é o diálogo. Essa é a distorção.

São essas coisas que eu não concebo. Eu quero só uma coisa: a justiça e a verdade.

O que eu pedi aos membros dessa CPMI foi uma coisa só, o tempo todo:

– “Investiguem. Investiguem que vocês vão encontrar. Tem muita coisa mal explicada, tem muita coisa que não foi sequer lida. Como eu disse, esse depoimento, este último aqui, eu recebi há meia hora. Ele foi feito quando somente dois parlamentares estavam presentes: o Aleluia e o Redecker. Depois disso, ele foi passado para MD – uma nova modo de gravação – e ficou guardado no cofre até ontem. Só ontem mandaram abrir. Como é que os outros membros da Comissão vão tomar conhecimento? Como é que tomaram conhecimento desse depoimento se somente ontem foi aberto o cofre? E a tradução foi feita hoje? Só recebi hoje porque fui procurar. E os membros da Comissão? Como é que vai sair um relatório, se esse depoimento não constou sequer constou do relatório? São coisas como essas que fazem com que eu queira estar presente para poder me defender. Não é pressão, mas acho que tenho o direito de defesa. Lamentavelmente, estou achando que não está sendo como devia, mas não há problema nenhum. Sou uma pessoa que cumpre a lei.”

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o tempo que me concedeu e vamos aguardar para tomar as providências devidas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Paulo Octávio.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

O Presidente prorroga a presente sessão por mais 30 minutos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Senador Ney Suassuna, de início, não vou citar nem entrar no mérito do assunto, mas gostaria de dizer que o amplo direito de defesa é reconhecido no Direito brasileiro. Então, jamais será cerceado a V. Ex<sup>a</sup>, em qualquer tempo, o direito de defesa, se necessário for. Acho que nenhum de nós, nesta Casa, vai abrir mão desse direito que V. Ex<sup>a</sup> tem.

Eu não participei das oitivas da CPI. Hoje eles estão fazendo o relatório e juntando cada depoimento comparativo à situação geral do que houve na Planam e em outras empresas. Eu não me aprofundei. Prefiro não ter lista, não ter nada em mãos, para evitar isso que V. Ex<sup>a</sup> disse, ou seja, o vazamento de matérias que, além disso, às vezes saem distorcidas. Isso por-

que quem fala às vezes aumenta um ponto ou diminui um ponto.

O direito de V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida, terá que ser respeitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Eu peço aos Srs. Senadores – temos vários Senadores inscritos – que se atenham ao tempo de dez minutos, para que todos possam falar até o final da prorrogação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu tenho um discurso que vou deixar para amanhã, porque precisaria de mais de dez minutos.

Hoje eu tenho dois problemas. Eu pedi à Cláudia, e ela foi gentil em me trazer o Código Penal sobre o Crime de Dano. O Secretário de Segurança Pública pede o enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Trata-se da questão da queima dos ônibus. É um ato terrorista? Eu acho que é. Há uma discussão a respeito, porque é difícil o enquadramento, por se tratar de uma lei de 1983; portanto, de antes da nova Constituição.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador Tuma, permita-me, sem interrompê-lo, agradecer as suas explicações e a sua afirmação de que teremos sempre o direito de... Quero também agradecer ao Senador Raupp a gentileza da sua participação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado.

Eu fiz um questionamento ao Ministro da Justiça. Peço, em uma questão de ordem, informação sobre se ele foi ou não encaminhado ao Ministro da Justiça, porque, neste recesso, não sei se tem de haver a aprovação da Mesa, em se tratando de um questionário ao Ministro da Justiça sobre entrevista do Secretário da Segurança a respeito “do desinteresse do Governo central com São Paulo”.

Não sei se isso pode ir **ad referendum** da Mesa ou não. Do contrário, passará do tempo necessário para um esclarecimento que o Ministro entenderia por bem dar ao Senado, onde ouvi muitas acusações.

Eu gostaria de saber a resposta do Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Vou verificar e, até o final do seu pronunciamento, informarei a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Penso que muitos Senadores aqui têm recebido várias denúncias de comportamento indigno de algumas autoridades de Executivo, de Parlamentos municipais ou não. Cada um de nós, dentro do que é possível – pois não dá para se tomar providência, porque não há envolvimento de Parlamentar do Senado -, tem encaminhado as denúncias às autoridades competentes: ou à Polícia Federal, ou à Polícia do Estado, ou ao Ministério Público.

Então, comunico que recebi de membros da Secretaria do Estado do Amazonas de Infra-estrutura uma série de denúncias de saques em dinheiro na “boca” do cofre, comprometimento com algumas empreiteiras, alguns órgãos que ganham concorrência e pagam comissão por meio do dinheiro da “boca” do cofre.

Eu não posso investigar isso, nem tenho como fazê-lo. Então, depois de orientação do nosso consultor, foi feita uma proposta, um pedido de instauração de inquérito, que achei melhor não fazer. Estou encaminhando toda a documentação por ofício, para que o próprio Procurador-Geral designe um promotor e analise as denúncias que recebi, e para que possa fazer também o levantamento das obras, que, segundo as informações que me chegaram, são viciadas, e para que analise vários saques que foram feitos e que encaminhei ao Coafi, por conterem valores altos para ser um saque normal na boca do cofre. Tivemos um exemplo triste aqui dos mensaleiros e outras acusações que ocorreram por aqui.

Fiz para a Polícia Federal, para o Dr. Paulo Lacerda...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> me questionou sobre o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>. Informo que ele foi lido no dia 3 de agosto e está sendo encaminhado ao Presidente, para distribuição.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É que envolve muita aflição de minha parte por ser paulista, e todos são paulistas: Ministro da Justiça, Secretário de Segurança, Governador e até o Presidente Lula, que, mesmo não sendo paulista, adquiriu cidadania por ter praticamente vivido a sua vida inteira em São Paulo. Por isso, tive a aflição, dentro das acusações que o Secretário fez, de que o Ministro nos informasse a respeito. Mas acho que ainda tem que passar pela Mesa, não é, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Será encaminhado para o Presidente para ver se defere ou não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – **Ad referendum** da Mesa, se pudesse adiantar, porque é importante saber a resposta. Não é nada ofensivo, é apenas dentro do que declarou o Secretário, para que o Ministro nos pudesse esclarecer a respeito, a mim, como paulista, e aos brasileiros que vivem em São Paulo.

Esse documento foi encaminhado por mim à Procuradoria, ao Coafi e à Polícia Federal para que eles, dentro de suas competências, possam investigar a verdade sobre essas informações que mandou a Secretaria de Estado do Amazonas.

Vou encerrar meu pronunciamento, para que V. Ex<sup>a</sup> dê oportunidade a outros.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Vou aguardar o relatório da CPMI amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento, Senador Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, farei um pronunciamento que, sinceramente, não é o tipo de pronunciamento que gosto de fazer. Sempre ocupei esta tribuna para falar de reivindicações para a construção das usinas do Madeira, para a restauração das nossas BRs, das nossas rodovias federais em Rondônia, para a construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, que até hoje não se iniciou, e tantas outras cobranças que tenho feito aos Governos, tanto o Federal quanto o Estadual, para a melhoria da qualidade de vida do povo de Rondônia.

Diante dos fatos, dos últimos acontecimentos envolvendo o meu Estado, eu não poderia deixar de me pronunciar aqui sobre este assunto.

Então, Sr. Presidente, manifesto aqui a minha profunda preocupação com os episódios ocorridos recentemente no meu querido Estado de Rondônia – e estou lá há trinta anos –, episódios esses amplamente divulgados nos meios de comunicação do País.

Os fatos apresentados são estarrecedores e necessitam ser investigados por completo; e os culpados, penalizados conforme a conduta eventualmente ilícita cometida por cada um dos envolvidos.

Confesso, Sr. Presidente, que fiquei perplexo com o noticiário, visto que investigações preliminares apontam para supostos desvios dos três dirigentes dos Poderes, o que atinge frontalmente a normalidade institucional.

É preciso investigar tudo com cautela e profissionalismo, mas também é imperativo evitar excessos do aparelho do Estado.

As informações que recebo são de que a Polícia Federal em Rondônia tem investigado de forma isenta e republicana todos os crimes cometidos por particulares e autoridades, o que exaltamos e elogiamos. No entanto, é necessária a sensibilidade dos responsáveis pelas operações para que excessos sejam evitados. Esse é o único reparo que faço às ações da Polícia Federal, visto que as investigações têm demonstrado competência e zelo com suas funções públicas.

O Chefe do Executivo Estadual, ao contrário dos embustes que faz, vem sendo investigado pelo envolvimento em uma multiplicidade de supostos crimes, como invasão de terra indígena para instalar hidrelétrica de

sua família, manipulação de licitações, contrabando de diamantes, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, formação de quadrilha, e manter empresas em nome de “laranjas”. E não é por acaso, Sr. Presidente, que o Governador do Estado é apontado como o sexto político mais rico do País. Em menos de dez anos em que entrou na vida pública, já é o sexto político mais rico do País.

Concordo com a Senadora Fátima Cleide quando S. Ex<sup>a</sup> se pronunciou, ontem, daqui desta tribuna, que, talvez, o maior responsável por tudo que esteja acontecendo em Rondônia é o Governador e ele tenta, por todos os meios, se esquivar porque é da competência do Executivo e do Legislativo dotar de orçamento todos os Poderes e órgãos do Estado, e este último episódio que ocorreu em Rondônia, envolvendo o Judiciário, o Ministério Público – a Assembléia e o Executivo já estavam envolvidos –, eu acredito que a culpa maior seja do Poder Executivo do Estado e não dos outros Poderes.

O Governador, usando as estruturas do Estado, manipula parte da mídia para se arvorar de paladino, como se as ações da Polícia Federal fossem uma extensão das suas.

É verdade que o Governador conseguiu gravar Parlamentares tentando extorquir o Erário, como também é verdade que o próprio Chefe do Executivo estimulava tais atos e somente decidiu divulgar as imagens do crime quando se viu encurralado pela Assembléia Legislativa no processo de cassação.

Todos sabem em Rondônia que o Sr. Governador Ivo Cassol utilizava também essas fitas como instrumento de chantagem para evitar qualquer tipo de investigação e fiscalização do seu Governo pelo Parlamento Estadual.

Poucos no País sabem que Ivo Cassol somente divulgou as imagens dos Parlamentares tentando pillar o Executivo depois que a Assembléia Legislativa deu autorização ao Superior Tribunal de Justiça para que pudesse processá-lo. Aliás, processo que se encontra no STJ e não tem tido a celeridade que almeja a população rondoniense.

Foram dois anos, Sr. Presidente, com as fitas gravadas na gaveta, esperando oportunidade para mostrar, para divulgar. Por que não divulgou de imediato? Se os Parlamentares estavam cometendo um crime, ele tinha que, no dia seguinte, entregar essas fitas à Polícia Federal, ao Ministério Público, para que fossem apuradas. Mas não. Passaram-se dois anos. Por isso digo que, talvez, se tivesse cortado, naquele momento, o mal pela raiz, não estaria o Estado, hoje, mergulhado na mais profunda crise da sua história.

As recentes cenas mostradas pela mídia de Rondônia, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mesmo sendo abomináveis, não refletem a realidade do povo desbravador e trabalhador do Estado de Rondônia, assim como muitos outros Estados já tiveram os seus problemas também e, nem por isso, pode ser culpada uma população.

A atual legislatura, por motivos óbvios, vai deixar um legado cruel e negativo para a história do Estado, mas também deverá servir para que a população reflita com mais cuidado na hora de escolher os seus representantes.

A lista de homens e mulheres de bem que disputam o pleito atual é imensa. Então, a população tem condições de escolher, diante de todos os candidatos, para o Governo do Estado, para Senador, para Deputado Federal, para Deputado Estadual, bem como, no cenário nacional, para Presidente da República.

Assim, também, Sr. Presidente, é o Poder Judiciário rondoniense. A maioria absoluta é formada de trabalhadores honestos, retos e dignos nas funções que exercem. Esta é a regra; o que ocorreu foi exceção. Jovens magistrados de quase todos os Estados brasileiros formam o Poder Judiciário de Rondônia, com competência, presteza e dignidade, assim como a maioria dos desembargadores e juízes. E o mesmo se aplica aos membros do Ministério Público.

Finalmente, Sr. Presidente, após manifestar toda a minha preocupação com a crise que assola Rondônia, não posso deixar de elogiar as ações investigativas que vêm sendo feitas pela Polícia Federal no combate ao crime. Faço apenas um reparo aos excessos, especialmente ao uso desnecessário de algemas quando os conduzidos não oferecem nenhuma reação.

Renovo também minha preocupação com os meios fraudulentos e violentos com que Ivo Cassol tenta se manter no Executivo Estadual, especialmente porque ele é o mais perigoso de todos e não hesitará em utilizar as estruturas do Governo para perpetrar suas mazelas, avacalhando seus adversários e transgredindo as leis.

O Governador, Sr. Presidente, em nome de teste-de-ferro, tem usado sistematicamente um jornal que alugou para bater na Oposição. Recentemente, agrediu violentamente, por meio desse jornal, o Senador Amir Lando, um homem sério, reto, digno que não merece todas as acusações feitas a ele nesse jornal.

Acho que a Polícia Federal deveria também apurar de onde sai o dinheiro para pagar esse jornal. Segundo as informações, são R\$120 mil, R\$160 mil, não sei quantos mil reais, por mês, pagos pelos cofres públicos a esse jornal, arrendado pelos Assessores do Governador para bater nos seus adversários. E isso

ele sabe muito bem fazer. Como ele sempre tem dito, fazer a diferença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por mais que o Governo tente dizer que não politiza a questão da violência, cujo foco maior é o Estado de São Paulo, mas que está impregnada no Brasil inteiro, os fatos demonstram, com muita clareza, que este Governo procede de maneira de maneira deliberada para usar esse instrumento que ceifa vidas, que desassossega populações, que aterroriza cidades como instrumento de pressão política. Pensar ou dizer ao contrário é querer tapar o sol com a peneira ou tentar fazer com que a população brasileira seja tida como desatenta.

Lamentavelmente, não temos nesta Casa a oportunidade de um debate claro com os responsáveis por representar o Governo no Senado da República. Criam os factóides, fazem as acusações, muitas vezes tentam ser irônicos sem nenhuma vocação para tal fato e terminam na contradição das suas próprias palavras, motivadas por falta de convicção no que estão dizendo, entregando-se e denunciando a trama que está por trás disso tudo.

Os jornais de hoje noticiam – e a própria Líder do PT acabou de falar desta tribuna sobre o fato – uma evidência incontestável sobre o que estou dizendo.

Ao relatar uma viagem sua com o Ministro da Justiça a Santa Catarina para a liberação de convênios – liberação esta feita por meio de uma mesma medida provisória que reserva recursos para São Paulo –, S. Ex<sup>a</sup>. dá a entender que São Paulo foi negligente ou está inadimplente no processo em que o Governo Federal se propõe a ajudá-lo. E, numa tentativa de ironizar o fato, S. Ex<sup>a</sup>. diz que a remessa desses recursos não pode ser feita nem por DOC, nem por TED.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma criança hoje sabe que o DOC é um documento de compensação bancária e que a TED é uma simples transferência eletrônica feita com recursos disponíveis. O caso em tela, e considero grave que o Ministro da Justiça endosse o que foi dito pela nobre Senadora, é diferente, é uma ordem bancária, cujo procedimento, tão burocratizado pelo Governo Federal, faz com que, em todos os casos, os recursos demorem a chegar a sua origem.



Vejamos, é preciso, em primeiro lugar, a elaboração de um projeto. O projeto é elaborado, analisado pela tecnocracia, que o faz ao bel-prazer. E, no atual Governo, com essa burocracia politicamente engajada, com a república sindicalista montada em todos os ministérios, é muito comum se ver o contingenciamento ou engavetamento dos projetos que interessam à Oposição e a liberação de maneira rápida aos que interessam ao Governo.

Estamos aqui falando, Sr. Presidente, e o Brasil todo está nos ouvindo. Basta perguntar aos prefeitos dos mais distantes Municípios deste País se não é assim o procedimento. Liberação de recursos federais passaram, neste Governo, de maneira descarada, deslavada, a ter a sua distribuição matematicamente proporcional ao atendimento, pelo Parlamentar, das necessidades do Governo de aprovar seus interesses nas duas Casas do Parlamento brasileiro. Se isso não fosse verdade, cairia por terra a CPI das Sanguessugas, que nada mais é do que a liberação de ambulâncias e outros equipamentos da área da saúde condicionada, em todos os seus casos, ao engajamento de Parlamentares aos caprichos do Governo Federal.

Quero lembrar à Líder e ao Ministro da Justiça que nesse processo existem os estágios da despesa. Após o projeto aprovado pela burocracia fria, nos tapetes de Brasília, nos gabinetes hermeticamente fechados às condições e características das diversas regiões do País, julgam-se os donos da Pátria e analisam o projeto de acordo com suas conveniências. E aí são os senhores da razão e do tempo. Quando liberam, passa-se para o doloroso processo do empenho, que é o primeiro compromisso que o Governo assume com a obra a ser realizada, que, no caso em tela, é o convênio com a Segurança Pública de São Paulo.

Depois disso, temos o processo de liquidação, que é exatamente o pagamento. O estágio seguinte é a prestação de contas das parcelas: presta contas da primeira parcela e vem a segunda parcela. Aí chamo mais uma vez, como municipalista convicto que sou, os Prefeitos... O Senador Valdir Raupp, que já transitou pelo Executivo, sofreu, penou com isso.

O Governo – e este não é exclusivo nessa prática –, então, libera a primeira parcela. O Prefeito ou o Governador toca a obra de acordo com o projeto previamente aprovado.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Licitação feita, vem o drama da liberação da segunda parcela. Quantos Prefeitos, quantos administradores no Brasil estão com problemas, na Advocacia-Geral da União, no Tribunal de Contas, pois seus Municípios estão inadimplentes porque o Governo não liberou a

segunda parcela, deixando em dificuldade o Prefeito, que é acusado de desvio de recursos, sob a pecha de construtor de obras inacabadas? Aí a Lei de Responsabilidade Fiscal passa a ser injusta, porque pune quem não dá continuidade à obra, mas não pune, Sr. Presidente, quem não cumpre o compromisso assumido de, por meio de recursos orçamentários, fazer os repasses devidos conforme o contrato ajustado.

Sr. Presidente, o mais grave disso tudo é o uso político, maldoso, criminoso, do episódio de São Paulo. Enquanto se bate boca nesta Casa, vidas tombam nas ruas. O que ela fala aqui é totalmente diferente do que está acontecendo em Santa Catarina, Estado onde está sendo proposta a construção de novos presídios, o que depende de projeto, de aquisição de terreno, de aprovação pelos organismos ambientais. No caso de São Paulo, não. O Ministro e o Presidente de República, de maneira pública, prometeram socorrer, emergencialmente, aquele Estado em crise liberando recursos para a recuperação. Entretanto, agora estão criando dificuldades para efetivar o compromisso assumido. Ficam, de maneira demagógica e perversa, num bate-boca público, tentando jogar o Estado contra a opinião pública.

Seria preciso que o Brasil não conhecesse a figura do Governador Cláudio Lembo, homem de conduta ilibada, de atitude reta em todos os estágios por que passou na vida, que tem a responsabilidade pública do momento grave por que seu Estado passa e que não aceita conviver com a política dos factóides, das frases de efeito para tentar, geralmente entre uma e outra pesquisa de opinião pública sobre a avaliação de candidaturas a Presidente da República, colocar em dificuldade os administradores do Estado de São Paulo.

Eu não conhecia, Sr. Presidente, a não ser por rápidas aparições na imprensa, o Secretário de Segurança de São Paulo, mas tive, nesta semana, oportunidade de vê-lo em duas ou três ocasiões em programas de televisão e ver o massacre a que foi submetido. Em programas adredemente preparados, não se deixava sequer que S. S<sup>a</sup>, com os dados, com as provas, concluísse seu raciocínio.

É preciso que se dê mais atenção ao que diz esse homem, pela responsabilidade do cargo e pelo acesso às informações que S. S<sup>a</sup> possui, porque esta não é uma luta para amadores ou uma luta em que se aceite blefe ou brincadeira.

Aliás, Sr. Senador, há cerca de um mês, chamei a atenção do Plenário desta Casa para um discurso cheio de pureza e de boas intenções, mas que trazia uma curiosa verdade: o meu caro amigo Senador Sulyc contou, desta tribuna, sobre a visita que fez a um



presídio de segurança máxima no Estado de São Paulo, no qual se encontravam 1.443 amotinados. Àquele pátio a Igreja não conseguiu acesso, os médicos não conseguiram acesso, mas o Senador, acompanhado do Prefeito da cidade, salvo engano Araraquara...

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – O presídio?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Araraquara.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Senador Suplicy, na companhia do Prefeito da cidade, do PT, e do Presidente da Câmara, de maneira ordeira e pacífica, dialogou por mais de duas horas com os amotinados.

Participou da interlocução o médico Osmani Ramos, aquele que triunfou como *playboy* na sociedade do Rio de Janeiro e que tinha uma dupla face, de *bon vivant*, de *playboy* e de bandido e que está há quase 20 anos atrás das grades. É o mesmo Osmani Ramos, Senador Romeu Tuma, que intermediou, num passado não tão recente, negociações para que fosse feita a libertação de presidiários envolvidos no seqüestro de outros brasileiros, episódio de que V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um pequeno aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com o maior prazer.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Infelizmente, não ouvi o início, a motivação do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Cheguei a falar com o Senador Suplicy que S. Ex<sup>a</sup>. se acautelasse para não ser o porta-voz do PCC. Como o Governador o recebeu, ratificou o papel que S. Ex<sup>a</sup> fez nesse contato com o Osmani Ramos e tudo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – E o Presidente da República.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Eu até lhe peço desculpas, Senador, mas é uma coisa que me angustiou um pouco.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu até lhe convoco, de maneira prazerosa, para discutir esta questão, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> é o maior especialista que temos na Casa neste assunto. A Líder do Governo, de maneira leviana, disse que a transferência de recursos para São Paulo não podia ser feita por meio de TED ou de DOC. É claro, ninguém discute isso aqui. Agora, querer enganar a opinião pública...

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador, há uma coisa que acho gravíssima. Se V. Ex<sup>a</sup> tem, no seu Piauí que V. Ex<sup>a</sup> ama tanto, uma enchente em que várias famílias estão em perigo de verem desmoronarem as suas propriedades ou morrerem afogadas, o que é que se faz? O socorro deve ser imediato, não há con-

corrência. O que havia era a desumanidade, pois eles deveriam ter ficado num pátio. Foram eles que destruíram todo o patrimônio, e não havia como removê-los. Penso que não se trata de política. Eu acho que não há por que pôr política nessa hora. Deve-se dar o dinheiro e pôr o TCU para acompanhar o emprego desse dinheiro. Não temos que ficar discutindo se vamos dar amanhã, se vamos dar no ano que vem, se vamos esperar o projeto. Essa é a minha angústia e, por isso, fiz um requerimento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Trata-se de emergência.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Essa emergência é tão clara que a própria sociedade ficou sem saber que caminho tomar, porque achou que era uma coisa que podia esperar. Estou só desabafando.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – É exatamente sobre esse tema que eu estava falando. Foi feita uma comparação entre a viagem prazerosa que a Líder fez ontem, com o Ministro Thomaz Bastos, a Santa Catarina para liberar recursos para a construção de presídios futuros. O caso de São Paulo é diferente. A liberação dos recursos de São Paulo é para emergência, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>. A lei assegura exatamente, em rubrica específica, esse tipo de liberação. Não se pode tentar enganar a opinião pública, Senador Tuma, enquanto uma cidade padece, noites a fio, o terror e a incerteza. Não se pode tentar enganar a opinião pública passando a impressão de que São Paulo foi omissa ou negligente. São Paulo não foi irresponsável. Uma coisa é a construção de presídios novos, que demanda projeto, aquisição de área, liberação dos órgãos ambientais.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Equipamentos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim, equipamentos. Outra coisa são exatamente os recursos para a emergência por que o Estado passa hoje.

Esse tipo de conduta não pode ser levada adiante, esse tipo de conduta faz com o Partido do Governo fique sob suspeita. Não quer dizer que haja ligação com fulano ou sicrano, mas a máquina, que ora emperra daqui, ora agiliza de lá, faz com que fatos que devem ser tratados por Ministros e pelo Presidente da República como episódios republicanos sejam tratados de maneira política para colocar em xeque homens idôneos como Cláudio Lembo ou como a administração de Covas e de Alckmin, deixando de lado o compromisso maior que se tem com a população.

Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> é testemunha e me apoiou, no primeiro ano e no primeiro mês neste Senado, quando se quis transferir para o Piauí Fernandinho Beira-Mar. Este Governo prometia o maior

projeto na área de segurança da América do Sul e da América Latina, com construção de presídios. Só no Estado do Piauí, seriam quatro.

Assustei-me por dois fatos. O primeiro, pelo precedente; o segundo, pela falta de condições do presídio em que iriam colocar o preso. Tanto era verdade que, meses depois, um fato triste ali ocorreu: jovens menores foram colocados naquele presídio sem nenhuma segurança, e um acidente ocorreu. Vários morreram, e, até hoje, os culpados não foram punidos e os fatos não foram apurados.

Aliás, o Presidente Lula precisa medir as suas palavras, porque isso não ocorre só com segurança pública, mas também na saúde. Enquanto diz que a saúde brasileira está perto da perfeição, o Brasil vê estarrecido o que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro: uma senhora morrer por negligência das mais bárbaras que já vi na vida, ser considerada morta, receber atestado e ser colocada numa ala, dentro de um saco plástico. Sua filha e neta, ao pedirem a legalização do óbito para poderem proceder ao enterro, surpreenderam-se com a avó respirando. De maneira brutal, os servidores do hospital rasgam o primeiro atestado, levando a senhora imediatamente para a UTI; e ela, evidentemente, não resiste.

Essa é a perfeição da saúde que o Presidente da República pregou. Trata-se do mesmo Presidente que prega que qualquer um morre feliz se tiver o Dr. Jatene ao lado, sorrindo, mesmo que o Dr. Jatene cometa erro.

Por mim, ele não falou. Eu não morrerei sorrindo perto de ninguém. Faço minhas as palavras do Dr. Ulysses. No dia em que eu tiver de ir pode ficar certo de que serei um homem contrariado. Vou na marra. Sorrindo com erro médico? Nem do pai da Medicina.

Meu caro Tuma, temos, além de admiração pelo Jatene, acesso a ele. E os milhões de brasileiros que não sabem sequer quem é esse grande cientista da Medicina?

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Que me conhece por dentro.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – E os brasileiros que nascem e morrem sem sequer conhecer um médico, ter tido essa oportunidade? Onde está o respeito a essa categoria do nosso universo social? Acho que a brincadeira com as palavras, às vezes, pode custar caro a qualquer um de nós, mas de maneira muito mais grave a quem governa um País com as contradições sociais do nosso Brasil. Trata-se de um País que, exatamente pelas características, pela vida, pela história e pela origem, deu um crédito de confiança a um trabalhador para nos governar, que volta as costas para a sua origem e discursa apenas

para atender os banqueiros e as elites brasileiras. Assim é demais, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Desculpe, Senador Guerra, pelo atraso. É que estávamos analisando os documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito que examina o caso dos sanguessugas. Como parlamentares que somos, diante de tantas denúncias gravíssimas de corrupção, esperamos que a CPI realmente apresente detalhadamente todas as provas relacionadas a todos os parlamentares. Isso é o que desejamos nós e a grande maioria do povo brasileiro.

Amanhã o Senador Amir Lando lerá a parte de seu relatório relacionada aos parlamentares envolvidos nos crimes contra a administração pública, os chamados sanguessugas. Este é um momento muito importante para o Congresso Nacional. Na segunda fase, que se inicia já nesta semana, mas especialmente na próxima, para que possamos desmontar as bases que auxiliam a patifaria e o banditismo político, é muito importante que possamos investigar o Executivo.

V. Ex<sup>a</sup> podia ter colocado uma emenda, eu podia ter colocado uma emenda, qualquer parlamentar podia ter colocado uma emenda no Orçamento. Infelizmente, a definição dos parlamentares que seriam beneficiados com a liberação de sua emenda é feita pelo próprio Executivo – ou é a Casa Civil ou o Ministério da Saúde ou o Ministério da Educação ou o Ministério da Ciência e Tecnologia. Infelizmente, era isso que acontecia.

Então, volto a insistir na necessidade de estabelecermos mecanismos de transparência na construção do Orçamento. Eu já disse aqui várias vezes que a própria Confederação Nacional dos Prefeitos – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, Senador Heráclito Fortes – apresentou um documento no qual também solicita a integração dos prefeitos na elaboração do Orçamento.

Como ela acontece hoje? A elaboração do Orçamento é um ato unilateral do Poder Executivo, que depois passa pelo Congresso Nacional. É preciso alterar a forma de elaboração do Orçamento para evitar esses crimes contra a administração pública. Da forma como vem sendo feita, o empresário, para ter oportunidade de vender serviços ao setor público, tem de estabelecer um “propinódromo”. Notem que não estou isentando os empresários de jeito nenhum, porque tem gente safada em todo canto, tem no Congresso Nacional, tem no Palácio do Planalto, tem no setor empresarial, tem

em todo canto. Não é isso. A forma como é elaborado o Orçamento é inaceitável. O empresário, para poder vender a ambulância, tinha de pagar propina para o Ministério da Saúde, que, por sua vez, só liberava recursos para o parlamentar que aceitasse que o Executivo colocasse uma etiqueta em sua testa dizendo o seu preço. Então, não é possível isso.

As coisas não precisam ser assim. Existem informações em abundância, diagnósticos precisos, há todo um instrumental técnico, Senador Marcos Guerra, à disposição do Governo. Há o Censo, que é feito pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os censos agropecuários, planilhas eletrônicas, questionários escaneados. Portanto, o Poder Público sabe o que acontece na indústria, no comércio, na agropecuária. O Poder Público sabe o que existe na casa de cada um dos brasileiros. Não é o percentual de jovens em Alagoas ou no Rio Grande do Sul: ele sabe quem habita cada casa no Brasil, qual é a localidade, o sítio, o bairro, qual o nome da rua, qual é o número da casa, a quantidade de eletrodomésticos que existe na casa, se existe saneamento, se o terreno é emprestado. Tudo. Então, o Poder Executivo tem abundante instrumental técnico.

A única forma de diminuir os riscos de corrupção e a promiscuidade na relação Palácio do Planalto–Congresso Nacional–setor empresarial é a elaboração do Orçamento de forma transparente, nos moldes de algo que já existe, que é o planejamento estratégico.

Ora, todos os setores da sociedade, as forças vivas da sociedade, sejam empresários, trabalhadores, agentes públicos, ministros que representam o Executivo ou parlamentares, têm de participar da elaboração do Orçamento. Ela não pode continuar sendo vinculada a atos unilaterais do Presidente da República ou de seus ministros, nem a execução pode continuar pautada no balcão de negócios sujos e na promiscuidade. Isso é inaceitável.

Não é a primeira vez que nos vemos diante de um episódio de corrupção das proporções que assumiu o caso dos sanguessugas. Não é a primeira vez que existe a citação de ministros do Executivo, de parlamentares, de empresários e de agentes públicos de forma geral como envolvidos nesses crimes. Então, continuo achando que, para diminuir o risco do tráfico de influência, da intermediação de interesses privados, da exploração de prestígio e de tudo aquilo que está listado no Código Penal como crimes contra a administração pública, que cadeia deveriam dar, seja para o Presidente da República, para o ministro, para o senador, para o deputado ou para empresário, é preciso mudar a elaboração do Orçamento. Para diminuir esses riscos, não tenho dúvida, precisamos de

uma elaboração transparente, discutida com as forças vivas da sociedade, discutida em cada Estado, utilizando o instrumental e a exatidão técnica dos dados que já estão disponibilizados e a garantia do Orçamento impositivo.

Claro que nenhum desses dados pode ser apresentado, Senador Romeu Tuma, Senador Heráclito Fortes, como panacéia. Ninguém está a propor algo como uma panacéia para resolver todos os males, mas mecanismos para diminuir o risco da promiscuidade e do banditismo na relação Palácio do Planalto–Congresso Nacional–setor empresarial.

O Orçamento impositivo que aqui foi apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, da Bahia, e que foi aprovado por todos, não é a salvação, mas diminui os riscos. Agora, se o Orçamento passa a ser impositivo, mas a elaboração do Orçamento continua sendo pautada na promiscuidade de grupos econômicos e de agentes políticos, dá no mesmo, porque vai ser a imposição da execução orçamentária com base no que foi elaborado no balcão de negócios sujos.

Espero que, na segunda etapa, nós possamos identificar como funciona o esquema na Casa Civil, no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, no da Ciência e Tecnologia; que possamos identificar os acordos promíscuos que são estabelecidos para decidir qual é o parlamentar que vai receber a emenda; que possamos identificar o mecanismo da propina que é paga ao Executivo ou ao Legislativo para viabilizar a aprovação.

Não é possível que, diante da vergonhosa corrupção envolvendo a compra de ambulâncias, da desmoralização do mundo da política, das instâncias de decisão política, dos espaços do Poder, não se tire uma lição para impedir que crimes contra a administração pública voltem a acontecer.

Precisamos da elaboração do Orçamento de forma transparente, com as forças vivas da sociedade, Orçamento impositivo para diminuir a promiscuidade. Tenho dito várias vezes, Senador Heráclito, antes de conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, que o banditismo do Congresso Nacional retrata o banditismo do Executivo. Se o Poder Executivo não estabelece as mercadorias parlamentares que terão suas emendas liberadas, se o Poder Executivo não paga a propina ao parlamentar ou ao empresário, com certeza isso não estaria acontecendo.

Espero que possamos tirar lições importantes, conseqüentes, distanciadas de qualquer debate demagógico, eleitoreiro; que possamos realmente viabilizar mecanismos para diminuir o risco dos crimes contra a administração pública, da promiscuidade do Poder Executivo com o Legislativo e setores empresariais.

Mas eu não tenho dúvida de que a desmoralização do Congresso Nacional reflete a desmoralização do Poder Executivo.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Digo-lhe que esse é exatamente o nó da questão. Em primeiro lugar, Senador Heloísa Helena, que tal experimentarmos que as reuniões da Comissão de Orçamento sejam secretas, com a participação dos parlamentares na sua elaboração? Vemos, infelizmente – o Senador Tuma é meu colega na Comissão –, uma quantidade indesejável de lobistas, que defendem não os interesses dos municípios, não o interesse do País, mas o interesse de suas obras. Esses interesses começam, por meio da maneira dócil com que tratam as pessoas, a se sobrepor ao interesse coletivo. Se tirarmos uma fotografia, ou se aproveitarmos as fotografias já tiradas nas últimas reuniões da Comissão de Orçamento e compararmos com aquelas da época dos “anões”, vamos ver a mesma equipe de pressão de força externa transitando pelos gabinetes das duas Casas do Congresso, infelizmente. Isso ocorre também por lobistas dos bancos. Ou se tem a coragem de legalizar a função do *lobby* – há até uma proposta do Senador Marco Maciel para que todos tenham um carimbo –, ou vamos conviver com aqueles que agem aqui na marginalidade, com a mesma desenvoltura do traficante ou de qualquer prestador de serviço ilegal. Apenas é bem trajado, “glostorado” o cabelo, aquele lenço saindo do bolsinho da lapela, uma pasta geralmente de cor de crocodilo, jacaré, aquela pasta brilhante, ou de avestruz e um sapato de crocodilo, nos restaurantes, a abordar parlamentares. V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. E, aí, vem o mais grave: há uma corrente que tenta, Senador Marcos Guerra, se livrar do carrapato, matando o boi.

Começam a querer tirar as emendas de maior valor porque essas não interessam às empresas na mobilização dos seus equipamentos. É uma maneira, Senadora Heloísa Helena, de prejudicar o Nordeste, que, muitas vezes, não tem a necessidade da obra pequena. Imagine o que ocorre numa cidade do sertão de Alagoas, que é o mesmo que ocorre no Piauí. Uma das propostas recentes era limitar emendas de bancada, a divisão em R\$10 milhões.

Ora, com R\$1,5 milhão, R\$2 milhões, fazemos uma escola que atende a determinada região. A emenda ser de R\$10 milhões é um convite ao pecado. Mas a grande empresa, Senador Romeu Tuma, não se interessa quando se diminui o valor por causa do seu custo. Aí vêm uns nomes técnicos – BDI e outros. Até aprendi com a Senadora Ideli hoje, que falou em DOC e TED, processo de transferência bancária, o que mostra que o PT está renovado. Temos que ter, Senadora Heloísa Helena, exatamente esse cuidado, porque, afinal contas, o Orçamento, depois da nossa Constituição, é a lei maior desta Casa. E temos que ter o cuidado de fazer um orçamento impositivo e transparente, porque se punem prefeitos que não concluem as obras, mas não se pune o Governo que não manda os recursos. É preciso fiscalização nas duas pontas. E o prefeito passa a ser o pedinte. Pede do Presidente da República ao ministro, deputado, senador, e cai nas garras do terceiro escalão. Louvo V. Ex<sup>a</sup> por trazer este assunto. Aliás, com relação a esta Legislatura, cometemos dois pecados – eu, pelo menos. O primeiro foi acreditar que fosse impossível o PT, dentro dos seus quadros, cometer pecados com os quais se emaranhou durante esse período. Daí por que dei, de maneira errada, aquele crédito de confiança na instalação da CPI do Waldomiro. Foi o grande erro que esta Casa cometeu. Se, naquele momento, tivéssemos feito uma apuração do início daquele “propinoduto”, que marcou, pelo menos publicamente, a estréia do PT naquela nova vida, talvez tivéssemos tido condições de evitar crise maior. V. Ex<sup>a</sup>, como eu, assistiu à desfaçatez de alguns na CPI do Banestado, que posavam de salvadores da pátria, mas, na calada da noite, comandavam gangues de assalto a cofres de pessoas, justa ou injustamente, envolvidas na questão. Senadora Heloísa Helena, este é um discurso transparente, oportuno e urgente de ser ouvido pelo Brasil e, acima de tudo, aplicado. Não podemos viver sem o Orçamento, não podemos deixar de atender o Nordeste, mas também – isso é prioridade – não podemos permitir que esta lei orçamentária seja motivo, ano após ano, de enxovalhamento desta Casa e de instrumento para o descrédito da Instituição democrática do País. Muito obrigado.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes. Compartilho inteiramente de suas observações.



Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Primeira-mente, quero cumprimentá-la pela postura de V. Ex<sup>a</sup> na entrevista dos candidatos na Rede Globo. Estamos acostumados a conviver há alguns anos com V. Ex<sup>a</sup> e sabemos que seu comportamento é esse, que sua doçura é sincera. Não houve nenhuma falsidade de expressão nas suas considerações e no tratamento que deu aos dois entrevistadores. Eu queria cumprimentá-la porque nenhuma vez saiu da regra de conduta que se dispôs a praticar durante todo esse período em que aqui convivo com V. Ex<sup>a</sup>. Expresso a admiração que tenho por essa conduta, demonstrada permanentemente no interesse da sociedade.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Muito obrigada.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Agora, às vezes participamos da Comissão de Orçamento e saímos profundamente angustiados, Senador Presidente, porque não temos participação efetiva. Não há renovação de Presidente e Relator, é um rodízio que se faz entre os Partidos dominantes. Então, você não recebe um relatório para fazer, parcial ou não. Vi nossa Senadora Lúcia Vânia chorar porque não quiseram aceitar a permanência de um projeto social no qual ela era Relatora de determinados assuntos, e caiu por terra sua luta. V. Ex<sup>a</sup> é testemunha.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Lembro-me do fato, testemunhei isso.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Outra coisa que me aflige, Senadora: há aqui a Comissão de Infra-Estrutura, que o Senador Heráclito Fortes preside bem e onde acompanha os projetos que têm de ser analisados. Mas a Comissão de Fiscalização e Controle não sei quem está presidindo. Não quero criticar. Quando eu participei, por indicação do Partido, ficava assustado com o que o Tribunal de Contas nos enviava a respeito do comportamento de integrantes ou não do Executivo, nos processos que são corretamente apurados, vale destacar. Dependendo da vontade do Presidente, podiam até arquivar. São coisas que deveriam funcionar, principalmente as comissões temáticas, para todos participarem efetivamente e discutirem os assuntos expostos. É a nossa obrigação. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Não sei se é vantagem ou não continuar com a Co-

missão de Orçamento. As comissões de assuntos temáticos devem discutir. Nelas a participação é mais efetiva. Só comparecemos à comissão para dar número, para que possa haver reunião, mas discutir, Senador Heráclito Fortes, é difícil. Não se encontra oportunidade de discutir a não ser no relatório parcial, quando pode haver maior interesse em justiça e segurança. Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Essa luta vale a pena se desencadear. Estamos ao seu lado, desejando que vingue essa idéia que V. Ex<sup>a</sup> expõe ao findar esta sessão. Foi muito bom V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, dar tempo à Senadora.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, e também por todas as contribuições que tem dado na área de segurança pública, inclusive nos ajudando na discussão do programa de Governo.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Veja como é importante o projeto da pulseira: vão soltar presos por indulto, mas não têm capacidade de fiscalizar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Com certeza. Eu estava falando sobre isso. O problema não é a flexibilidade da pena, nem é o problema de São Paulo. Eu tenho dito várias vezes que, infelizmente, essa disputa política está possibilitando a inconseqüência desvairada. O problema da crise na área de segurança e o problema da violência não é apenas em São Paulo. É a maior farsa.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Guerra, já vivenciou essa situação no Espírito Santo, eu já vivenciei na minha Alagoas. Todos os Estados brasileiros têm problemas gravíssimos na área de segurança. E o pior é que os dois últimos Presidentes da República, tanto o Fernando Henrique quanto o Lula, não tiveram nenhum compromisso com a estruturação da área de segurança: nem possibilitaram o tratamento das causas, com políticas sociais para minimizar o risco de crianças e jovens serem arrastados para o narcotráfico e para a criminalidade, nem estabeleceram os mecanismos de repressão implacável ao crime organizado, esteja ele onde estiver. Não fizeram isso.

E, para completar, como estamos em ano eleitoral, o que acontece? O Presidente da República, em vez de coordenar o novo pacto na área de segurança pública, discutindo todos os detalhes, propostas e diagnósticos apresentados por todas as secretarias de segurança do Brasil, acaba entran-



do, de forma inconseqüente e demagógica, numa disputa com as Lideranças políticas do Estado de São Paulo e perde a oportunidade de ser o grande coordenador de um novo pacto federativo que se relacione às políticas sociais e que também se relacione à repressão implacável do crime organizado, esteja no sistema prisional, no sistema único de segurança público, no salário decente, que infelizmente hoje não existe, para os trabalhadores da área de segurança pública. Não existe nem para as Forças Armadas, não é, Senador Tuma? V. Ex<sup>a</sup> já reclamou várias vezes isso aqui. Nem para as Forças Armadas. Imaginem o que acontece com o aparato policial espalhado pelos Estados brasileiros.

Então, mais uma vez o meu apelo no sentido de que sejam disponibilizadas as condições concretas e objetivas para minimizar o problema da violência no nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço de coração a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, que já estava praticamente encerrando a sessão, mas me possibilitou que eu pudesse falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> tornou o horário nobre. Parabéns, Senadora.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu poderia fazer um registro só?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Heráclito, que sempre está acompanhando o noticiário no nosso computador, deu-me agora uma notícia muito triste: o falecimento do Deputado Estadual Paschoal Tomeu, que foi prefeito de Guarulhos e, na minha primeira campanha, me ajudou muito naquela região da zona leste de São Paulo. Era um bom companheiro, um empresário que sempre ajudou Guarulhos, foi prefeito por mais de uma vez e veio a falecer no dia de hoje.

Amanhã vou apresentar o requerimento de pesar, mas já queria deixar registrada minha angústia e meus sentimentos de pêsames à família do Deputado Estadual Paschoal Tomeu.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me por ter ultrapassado o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa se associa a V. Ex<sup>a</sup>.

Por oportuno, Senador Tuma, o requerimento que V. Ex<sup>a</sup> dirigiu ao Ministro da Justiça foi distribuído ao Senador Paulo Octávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Flávio Arns, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros e Juvêncio da Fonseca enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, solicito a transcrição na íntegra, nos Anais da Casa, do artigo “Constituinte golpista”, publicado na edição do dia 09 de agosto de 2006, do Jornal **Folha de S. Paulo**, de autoria do eminente jurista Dr. Rubens Aprobato Machado.

O Dr. Rubens Aprobato nos brinda nesta quarta-feira com vigoroso artigo, mais uma peça que abriga importantes subsídios para o debate da reforma política.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Dados de investimentos do governo são inflados”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 10 de julho do corrente.

Segundo a matéria, o ministro, Guido Mantega, utilizou investimentos fantasmas no cálculo que divulgou semana passada sobre os investimentos públicos federais. De 2000 a 2005, o governo cancelou pelo menos R\$4,24 bilhões nos chamados restos a pagar – R\$2,87 bilhões nos três primeiros anos da administração Lula. Contudo, os valores cancelados continuam na estatística de investimento da Fazenda.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Constituinte golpista

RUBENS APPROBATO MACHADO

**H**Á MOMENTOS da vida nacional em que a extravagância chega às raias do absurdo. Basta olhar para essa idéia do presidente da República, maturada após uma reunião com um grupo de advogados na Ordem dos Advogados do Brasil, de apresentar PEC (proposta de emenda constitucional) com vistas à realização de uma Assembleia Nacional Constituinte para realizar a reforma política.

É uma hipótese demagógica, politicamente incorreta e juridicamente inconstitucional. Nos meus 50 anos de advocacia, aprendi que só se instala uma Assembleia Constituinte para a elaboração de nova Constituição quando ocorre ruptura do ordenamento jurídico existente, situação que deriva de mudança do regime, o qual, por sua vez, se efetiva por meio de força ou de um golpe de Estado.

Não se pode alterar uma Constituição de maneira abusiva e ao sabor das circunstâncias, como está se pretendendo. Uma PEC nesse sentido chega a alterar até o modo de mudar a Constituição, pois hoje se exigem dois terços dos votos na Câmara e no Senado, mas uma Assembleia Constituinte poderá aprovar modificações no texto constitucional por maioria simples.

Uma Constituinte só poderá ser convocada pelo povo, por meio de seus representantes, e só tem justificativa caso estejam abalados os fundamentos da República. E a reforma política, como a que a nação está aclaimar, pode ser realizada no próprio foro do Congresso Nacional.

A idéia de realizar uma Assembleia Constituinte a partir de uma ação do Executivo denota o pouco apreço que se atribui ao sistema normativo e, ainda, ao Parlamento nacional, bastando verificar como o governo edita sucessivas medidas provisórias.

## Convocar uma Constituinte para fazer a reforma política é uma hipótese demagógica, politicamente incorreta e inconstitucional

A par da ilegalidade, reina ampla ignorância sobre os processos que deram origem às Constituições brasileiras. Em 1822, o país rompeu o período colonial, se tornando nação independente. Por essa transformação, elaborou-se, em 1824, uma Constituição imperial, que perdurou até ser proclamada a República. Em 15 de novembro de 1889, ocorreu a ruptura do regime imperial e conseqüente ingresso do país no sistema republicano, surgindo, então, a Constituição de 1891.

Em 1934, após o golpe de 1930 e a revolução constitucionalista de 1932, chegamos a uma nova Constituição, que vigorou até o Estado Novo, na ditadura varguista, quando foi elaborada a Carta de 1937, conhecida como "polaca".

Finda a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo, o Brasil, ao lado dos vitoriosos, enterrou o regime ditatorial de Vargas instaurando a democracia, o que ensejou a Constituição liberal de 1946. Com ela, chegamos a 1964, quando se instalou o regime autoritário dos militares, ensejando a Constituição de 1967 e a emenda constitucional de 1969.

Com o retorno do país ao sistema democrático, passamos a conviver com a chamada Constituição Cidadã, de 1988. O Poder Constituinte de 88 previu, expressamente, a possibilidade de ampla revisão constitucional,

após cinco anos de sua vigência — coisa que ocorreu em 1993.

A OAB, na ocasião, se opôs tenazmente à revisão por entender que daria margem a uma nova Constituição, rompendo o sistema democrático vigente, apesar de prevista pelo constituinte originário.

Decorridos quase 18 anos de vigência da atual Constituição, uma revisão com a possibilidade de reformar cláusulas pétreas é um golpe. Não há mudança do sistema político ou do regime que a justifique e nem ato de força.

Ademais, estamos em ano eleitoral. Proposta como essa beneficiaria uma das facções que disputam as eleições. Os candidatos derrotados em outubro poderão se candidatar a uma Constituinte?

Consagrado jurista defende a idéia de que a Assembleia Constituinte poderia elaborar a nova Constituição por meio de uma proposta de emenda constitucional, usando um artifício visando a anular as vedações contidas nas cláusulas pétreas (art. 60 da Constituição). Seria feita emenda à emenda constitucional, elaborando-se nova Constituição, sob o nome de emenda, com posterior consulta plebiscitária, violando, inclusive, as chamadas cláusulas pétreas. Trata-se de engenhoso artifício para dar "coloração de legitimidade" a ato de força.

A idéia de uma Constituinte para a reforma política abre especulações em torno da mudança de identidade do presidente Lula, possivelmente inspirado no ideário bolivariano e revolucionário que move a crença dos presidentes da Venezuela e da Bolívia, Hugo Chávez e Evo Morales.

# Dados de investimentos do governo são inflados

Relatório divulgado pelo ministro da Fazenda na semana passada considera como gastos realizados valores que foram de fato cancelados

**Ribamar Oliveira**  
**Sérgio Gobetti**  
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, utilizou investimentos fantasmas no cálculo que divulgou semana passada sobre os investimentos públicos federais. De 2000 a 2005, o governo cancelou pelo menos R\$ 4,24 bilhões em investimentos inscritos nos chamados restos a pagar – R\$ 2,87 bilhões nos três primeiros anos da administração Lula. Mas os valores cancelados continuam na estatística de investimento da Fazenda.

Os R\$ 4,24 bilhões foram registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), operado pela Secretaria do Tesouro Nacional, como investimentos liquidados, mas não pagos. Pelo entendimento que especialistas em finanças públicas tinham até o início deste ano, isso significava que eles foram realizados e faltava apenas pagá-los. Apesar do cancelamento, o Tesouro não refez os registros no Siafi, mantendo os valores originais de investimentos liquidados em cada ano.

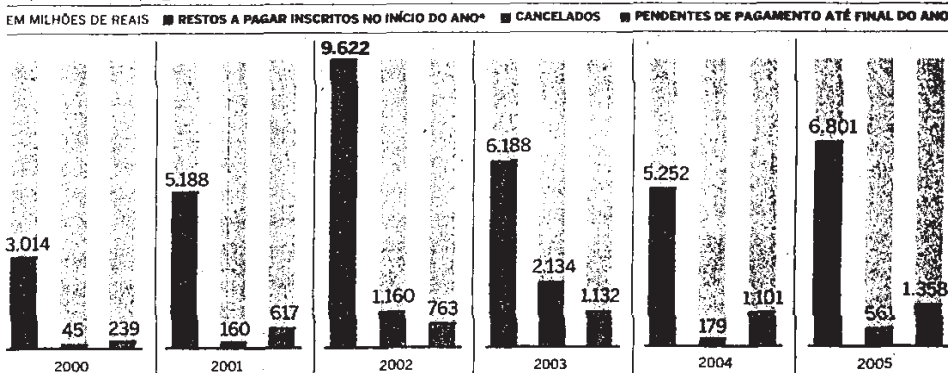
Mantega pode não ter sido informado por sua assessoria de que os dados do Siafi não refletiam os investimentos de fato realizados a cada ano. Foi o Estado que alertou pela primeira vez para isso, em reportagem no início deste ano. A partir dela, especialistas em finanças públicas passaram a questionar o critério de “investimento liquidado” utilizado pelo Tesouro.

Além disso, o Tesouro faz, no fim de cada exercício, a liquidação forçada de todos os empenhos (autorização para o gasto, feita antes da assinatura de contrato). Os valores de liquidação são automaticamente iguais aos de empenho.

Nota do Tesouro enviada ao

## COMPARAÇÃO

A situação dos investimentos que aparecem na estatística oficial como tendo sido realizados, mas dependem de pagamento



\*Restos a Pagar são despesas empenhadas no ano anterior e que esperam por pagamento

FONTE: STN

INFOGRÁFICO/AE

## Estados usam o mesmo método

... Pelo menos 11 governos estaduais também estão inflando os números dos investimentos com uma sistemática semelhante à usada pelo governo federal. Os valores de investimentos supostamente executados que aparecem nos relatórios de Estados como São Paulo e Minas e no Distrito Federal são, na realidade, apenas valores de empenho.

Normalmente, parte do investimento empenhado não é concluído no mesmo ano e não pode ser liquidado. Mas na contabilidade dos Estados os empenhos estão sendo integralmente liquidados,

independentemente da comprovação de conclusão dos serviços.

Rio, Minas, Pará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Paraíba camuflam despesas de pessoal: consideram como custeio os valores que vão para aposentados e pensionistas. Amapá, Roraima e Rondônia não publicam na internet relatórios previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para o economista José Roberto Afonso, isso ameaça um pilar da Lei Fiscal, que é a transparência das contas públicas. “Precisamos mais que nunca de uma reforma orçamentária.” ● S.G.

Estado não esclarece a base legal para liquidar os empenhos em 31 de dezembro de cada ano. Diz a nota: “Quanto ao processo automático de encerramento do exercício no Siafi, esclarecemos que não há falha nem desvio legal em sua realização. A automação desse processo tem

como objetivo a operacionalização consistente, coerente e tempestiva da elaboração e divulgação das informações resultantes das ações dos gestores e executores públicos federais.”

Mantega se baseou nas informações do Siafi no relatório inflado que divulgou sobre investi-

mentos do governo Lula para “provar” que tinham sido maiores do que os de FHC.

Não foi o governo Lula que inventou esse cálculo. O Tesouro informa que é usado desde 1986. O Estado verificou ocorrência de liquidação forçada desde 1995, último ano com dados na internet ([www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br)).

De 2000 a 2002, o governo FHC cancelou R\$ 1,36 bilhão em investimentos considerados inicialmente liquidados pelo Tesouro. Relatórios anteriores a 2000 não têm restos a pagar cancelados e não é possível saber o valor total nas duas gestões do tucano.

No ano passado, o governo empenhou e liquidou R\$ 17,3 bilhões. Desse total, R\$ 11,2 bilhões foram liquidados depois de 31 de dezembro, sem confirmação sobre sua realização. Este ano, restos a pagar somam R\$ 13,3 bilhões. De janeiro a junho, o governo já cancelou R\$ 211 milhões, mas o valor tende a aumentar no segundo semestre. ●



**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no último fim-de-semana, o Brasil inteiro acompanhou e participou do belíssimo espetáculo promovido pela campanha “Criança Esperança”, patrocinada pela Rede Globo de Televisão. Em verdade, os números artísticos e as apresentações musicais representaram o coroamento de uma campanha que já se integrou ao calendário anual do País.

Por meio de ligações telefônicas, pessoas espalhadas por todo o País puderam dar sua contribuição financeira para que importantes ações desenvolvidas por diversas organizações sociais possam continuar a dar futuro e esperança para os pequenos e mais humildes brasileiros.

Na campanha deste ano, foram 64 projetos apoiados, com resultados extraordinários para a vida de muitos jovens e crianças de nosso País. Projetos arrojados e inovadores como a construção dos “Espaços Criança Esperança” nas periferias das grandes cidades, que oferecem cursos profissionalizantes e aulas de artes e esportes, permitindo retirar milhares de jovens do ócio destrutivo das ruas e dando-lhes horizonte, valores, respeito e auto-estima.

E não podemos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e srs. Senadores, falar do “Criança Esperança” e de ações de apoio à infância no Brasil sem destacarmos a monumental obra realizada pela Pastoral da Criança.

Sob a sensível e competente liderança da Dra. Zilda Arns, a Pastoral, como organismo de ação social vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), completa 23 anos com um trabalho que enche os olhos de todos os que se preocupam com a saúde e com a boa formação de nossas crianças.

Atualmente, já são um milhão e oitocentas mil crianças beneficiadas diretamente pelas ações de promoção fornecidas pela Pastoral no Brasil. E pensar que tudo começou com um pequeno projeto-piloto em Florestópolis, no meu querido Paraná, que conseguiu baixar em 78% a mortalidade infantil registrada no Município!

Desde sua criação, meus nobres Colegas, a Pastoral da Criança tem como principal objetivo garantir o desenvolvimento integral das crianças, e das suas famílias. No geral, o acompanhamento é realizado nas próprias localidades e se dá em três etapas: a visita familiar, o Dia da Pesagem e a reunião de avaliação com líderes comunitários.

Na visita familiar, profissionais da área de saúde vão aos lares acompanhar como as crianças vivem e as condições em que são criadas. Em seguida, são passadas as orientações necessárias e o acompanhamento caso algum problema seja detectado.

No Dia da Pesagem, o crescimento e o desenvolvimento da criança são medidos e analisados conforme o seu histórico. Ao final das inspeções, há reuniões com líderes da comunidade para que o trabalho seja efetivado da melhor maneira possível e os resultados possam ser alcançados.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e srs. Senadores, neste momento em que as eleições se aproximam, o grandioso e inestimável trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança, assim como a campanha do “Criança Esperança”, devem servir como inspiração para todos nós, no sentido de que firmemos um compromisso inabalável de apoio e fomento à assistência infantil integral. Toda criança tem o direito inalienável de brincar, de crescer com saúde e, sobretudo, de sonhar, porque é dos sonhos de hoje que veremos surgir um mundo melhor no amanhã. Cabe a todos nós pela união de esforços e ideais garantir que a cidadania se transforme em realidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da capa da revista **Veja**, do dia 26 de julho de 2006, intitulada “A lista da vergonha”.

A capa da revista **Veja** desta semana destaca o escândalo da máfia dos sanguessugas, mostrando que o chefe da quadrilha, Vedoin, já citou 112 nomes com fotos dos acusados, 60 prefeitos e o ex-ministro da Saúde, Humberto Costa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida capa passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



EXCLUSIVO



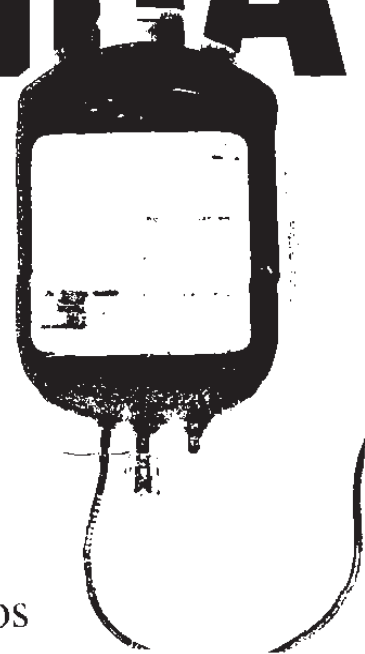
Editora ABRIL  
edição 1966 - ano 39 - nº 29  
26 de julho de 2006

veja [www.veja.com.br](http://www.veja.com.br)

MÁFIA DOS SANGUESSUGAS

# A LISTA DA VERGONHA

- Os nomes e fotos dos 112 parlamentares acusados pelo chefe da máfia
- Os 60 prefeitos na lista da propina
- A história completa de como o ex-ministro da Saúde Humberto Costa ajudou a liberar dinheiro para os mafiosos



**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Assessor da Saúde é apontado como ‘contato’ de esquema”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 2 de agosto do corrente.

A matéria destaca que um integrante da chamada máfia dos sanguessugas afirmou que o atual secretário de gestão estratégica e participativa do Ministério da Saúde, Antonio Alves de Souza, seria a pessoa de contato do esquema no Ministério quando ele ocupa-

va a chefia de gabinete do então ministro do governo Lula, Humberto Costa.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Assessor da Saúde é apontado como “contato” de esquema

**Empresário liga ex-chefe-de-gabinete de Humberto Costa à máfia dos sanguessugas**

**Antonio Alves de Souza, que continua trabalhando no Ministério da Saúde, nega irregularidades e diz que nem conhece acusados**

**MARTA SALOMON**  
**ADRIANO CEOLIN**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em depoimento à Justiça Federal, o empresário Rônildo Pereira Medeiros, integrante da máfia dos sanguessugas, complicou a situação do atual secretário de gestão estratégica e participativa do Ministério da Saúde, Antonio Alves de Souza.

Segundo Medeiros, Souza seria “a pessoa de contato” do esquema no Ministério da Saúde quando ocupava a chefia de gabinete do então ministro Humberto Costa, hoje candidato do PT ao governo de Pernambuco.

Medeiros reiterou o que o empresário Luiz Antonio Vedoin, um dos líderes do esquema, disse sobre a suposta participação de Souza na liberação de quase R\$ 8 milhões de pagamentos bloqueados no início do governo Lula para a compra de ambulâncias autorizada na gestão Fernando Henrique. No primeiro momento, Humberto Costa teria recusado o pagamento e encaminhado o assunto ao chefe-de-gabinete.

Segundo Medeiros, Souza, pessoa de “extrema confiança” do então presidente do PT no Ceará, José Aírton Cirilo, teria se hospedado no hotel Caesar Park, em Fortaleza. Na ocasião, foram negociados projetos e licitações com prefeitos. O chefe da máfia das ambulâncias, Darci Vedoin, disse que o ex-chefe-de-gabinete da Saúde teve suas despesas pagas pelas empresas que comandavam a fraude.

Ontem, Souza reafirmou desconhecer os empresários que chefiavam a máfia: “Não conheço os acusados Darci Vedoin, Luiz Antonio Vedoin e Rônildo Medeiros. Nunca os vi nem os recebi no Ministério da Saúde. Não tratei de liberação de emendas. Não estive em Fortaleza em julho de 2003 e nunca recebi qualquer vantagem ou pagamento de viagem por parte dos acusados”.

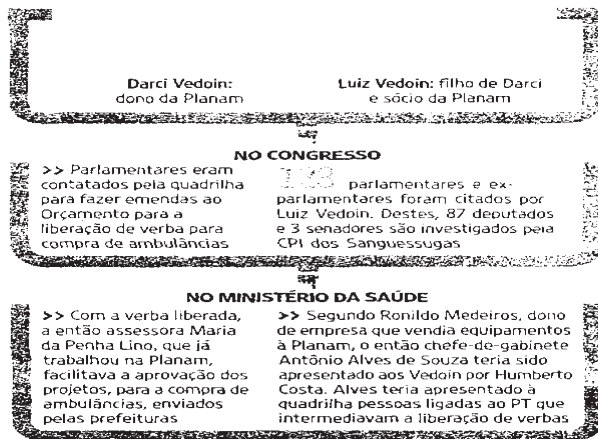
Até ontem à noite, o ministro da Saúde, Agenor Álvares, dizia que não há motivos para afastar Souza: “Ele não tem nada a ver com isso, está até muito revol-

## CONEXÕES DA FRAUDE

Entenda como funcionava o esquema para compras superfaturadas de ambulâncias por prefeituras

### NA PLANAM

>> Empresa comandada pela família Vedoin, fornecia as ambulâncias às prefeituras. Fazia contato com os parlamentares, com as prefeituras e com o Ministério da Saúde para a fraude



## Depoimentos reforçam elo de Cirilo com máfia

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os depoimentos de Darci Vedoin e Rônildo Medeiros à Justiça do Mato Grosso reforçam o testemunho de Luiz Antonio Vedoin sobre a ligação do ex-presidente do PT do Ceará José Aírton Cirilo com a máfia das ambulâncias. Ambos confirmam que ele participou de negociações com o ex-ministro da Saúde Humberto Costa (PT) e com o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

Como Luiz Antonio, Darci Vedoin afirma que pessoas identificadas como Raimundo Lacerda Filho e José Caubi Diniz receberam comissão de 5% pelos negócios que Cirilo teria conseguido fechar no Piauí e na pasta da Saúde.

Cirilo, Wellington Dias, Diniz e Lacerda afirmam que os Vedoin e Rônildo estão mentindo e negam negociação com a máfia.

Segundo Darci, o primeiro contato foi feito por Diniz em março de 2003. Ele teria questionado se a Planam tinha créditos a receber da pasta da Saúde por pagamento de ambulâncias. Darci disse crer que Diniz soube da pendência por Antônio de Souza, então chefe-de-gabinete de Costa. “[Darci] se encontra com José Diniz e José Aírton para irem ao Ministério da Saúde negociar a liberação dos recursos”, diz o documento.

Rônildo diz que o primeiro contato com Diniz e Lacerda aconteceu em Fortaleza (CE). Segundo ele, Luiz Antonio e Darci Vedoin já conheciam Caubi, Lacerda e Cirilo.

Darci e Rônildo reafirmam as declarações de Luiz Antonio sobre José Aírton e dizem que o governador Wellington Dias participou pessoalmente de reuniões com o grupo.



tado e deprimido. As denúncias não têm a menor procedência”.

Os depoimentos tomados pela Justiça Federal de Mato Grosso detalham o valor das “comissões” que teriam sido pagas a funcionários da Saúde contatados pela servidora Maria da Penha Lino. Dois ex-funcionários de um departamento do ministério no Rio são acusados de receber, inicialmente, R\$ 1.500 por mês. Mas o valor teria alcançado R\$ 2.500.

Os depoimentos de Medeiros e Darci Vedoin também envolvem o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), nas negociações. O governador teria

participado de reunião com Medeiros e Luiz Antonio Vedoin sobre a destinação de R\$ 10 milhões ao Estado para a compra de ambulâncias. Medeiros afirma ter estado no gabinete de Dias “umas duas ou três vezes para tratar do assunto dos projetos e licitações”. O negócio ainda não teria sido pago. O governador nega envolvimento com o esquema.

No depoimento, Darci Vedoin disse que, em 2000, o então ministro da Saúde José Serra teria participado da entrega de cerca de 50 ambulâncias compradas da Planam, mas não fez nenhuma acusação a Serra.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Manual Lula de pobreza”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 30 de junho do corrente.

O autor, em seu artigo, trata da declaração do Presidente Lula de que “os pobres não dão trabalho”. Segundo o autor, “Nem mesmo o de pensar soluções para a pobreza, a desigualdade, a educação de qualidade, a saúde idem, a infra-estrutura, o crescimento

econômico etc. etc. etc. É dar a esmola e correr para o abraço”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso  
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**CLÓVIS ROSSI**

# Manual Lula de pobreza

**BIELEFELD** - O discurso em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o seu prazer em “fazer política para pobre” é um manual completo do comportamento do político brasileiro.

A regra, anterior a Lula, é a que ele prega: dar “apenas um pouco de pão” para o pobre, que não quer mesmo mais que isso, sempre na aula do professor Lula.

Pobres “não têm dinheiro para ir protestar em Brasília, para fazer passeatas”. Ou, na versão mais popular, quem não chora não mama.

Há os que nem precisam fazer passeata para ganhar o “bilhão” que o rico quer, “quando encosta na gente”, sempre segundo Lula.

Banqueiros, por exemplo, “encostados” nos juros obscenos pagos pelo governo, tiveram lucro de R\$ 28,3 bilhões —ou 3,4 vezes mais que tudo o que se deu de “pão” para os pobres na forma de bolsas-esmola. Nada contra dá-las, nada contra aumentar o número de famílias beneficiadas, tudo contra não pôr a es-

mola em perspectiva.

E a perspectiva é esta: já que o pobre quer apenas “um pouco de pão”, é fácil atendê-lo. Não precisa nem entrar em choque com os poderosos, dada a abissal diferença de recursos com que o governo contempla uns e outros.

Não precisa também quebrar a cabeça para fornecer ao pobre os reais instrumentos de inclusão, que começam por um sistema educacional de qualidade e incluem uma lista conhecida.

Assim, é de fato fácil fazer política para pobres. Basta pegar um programa já em andamento, botar mais dinheiro público nele e tocar para a frente. Como diz Lula, “os pobres não dão trabalho”. Nem mesmo o de pensar soluções para a pobreza, a desigualdade, a educação de qualidade, a saúde idem, a infra-estrutura, o crescimento econômico etc. etc. etc. É dar a esmola e correr para o abraço.

**crossi@uol.com.br**

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)*

#### **Agenda do Presidente do Senado Federal**

**9-8-2006 – quarta-feira**

**10h – Doutor José Sócrates, Primeiro-Ministro de Portugal,**

Salão Nobre do Senado Federal

**11h30 – Lançamento do livro Reforma Política no Brasil, de Francisco Gaetani, coordenador do Programa das Nações Unidas – PNUD,**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**13h30 – Almoço em homenagem ao Primeiro Ministro de Portugal,**

Sala de Brasília no Itamaraty

**17h – Solenidade de posse da Doutora Maria Thereza Rocha de Assis Moura no cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça,**

Sala de Sessões do Plenário do Superior Tribunal de Justiça.

### **PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**

**Nº 187 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

#### **RESOLVE:**

I - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 92, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de promover a reforma do Plenário.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 24 de julho de 2006.

Senado Federal 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1599 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 30 da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 1995,

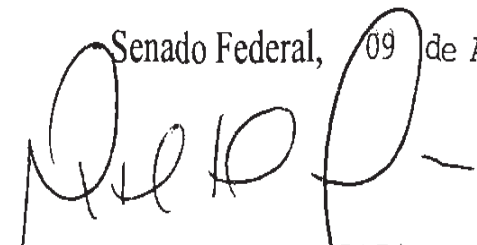
**R E S O L V E:**

Art. 1º. É concedida promoção aos servidores do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na forma constante do anexo deste Ato.

Art. 2º. Os efeitos financeiros para os servidores que obtiveram promoção por mérito, avaliados com o conceito suficiente, vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2006, e para os que obtiveram promoção por antigüidade, avaliados com conceito insuficiente, a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ANEXO AO ATO DO DIRETOR-GERAL Nº. 1599 DE 2006****AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA PROMOÇÃO****RELAÇÃO DOS SERVIDORES QUE FAZEM JUS A PROMOÇÃO**

**PERÍODO DE AVALIAÇÃO: 01/01/2005 a 31/12/2005**  
**CONCEITO SUFICIENTE – PROMOÇÃO POR MÉRITO**  
**A PARTIR DE: 01/01/2006**

**- CATEGORIA FUNCIONAL: ANALISTA LEGISLATIVO**

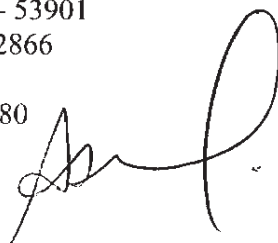
**. Especialidade: Taquigrafia**

**Do padrão 43 para o 44**

1. Angelina Almeida Silva – 50419
2. Gracie Garry Faço – 55375
3. Karla Dias Cordeiro – 55399
4. Keila de Souza Vilas Boas – 55340
5. Leila de Souza Aranha - 52647
6. Magda Catarina Alves de Vasconcellos – 55338
7. Marisa Reis Gomes Andrade – 55363
8. Marlise Maia Carraro – 55387
9. Monique de Cabral Fagundes Pereira – 55417
10. Patrícia Ayumi Honda – 55351
11. Quésia de Farias Cunha - 55405

**Do padrão 44 para o 45**

1. Ana Luíza Ribas Mariz de Barros – 53846
2. Andréa Ribeiro Vieira de Mello – 54565
3. Anna Cláudia Monteiro de Queiroz - 53925
4. Christiane Carvalho de Alencar – 52799
5. Cláudia Valéria Padilha Homar – 53883
6. Edna Maria da Costa Vieira – 54541
7. José Marcelo de Souza – 53913
8. Juliana da Silva Villela Bastos – 53822
9. Karla Mancilha Borges Onofre – 53901
10. Leonardo Souza de Oliveira – 52866
11. Ludmila Aires Ferreira - 53834
12. Ludmila Chaibe Machado – 53780



**. Especialidade: Taquigrafia (continuação)****Do padrão 44 para o 45**

13. Márcia Vieira Pacheco – 53810
14. Maria Abília de Andrade Pacheco - 53950
15. Maria Tereza de Sousa – 51278
16. Marta Sales de Lima Gomes – 53937
17. Mônica Alves de Levy Machado -- 51450
18. Patrícia Rolo de Souza e Mendonça – 54553
19. Rosineide Barreto Porto - 53949
20. Sílvia Cristine Backhaus Pereira – 53779
21. Valesca Neiva Martins - 53809
22. Zuleide Spinola Costa da Cunha – 53792

**. Especialidade: Biblioteconomia****Do padrão 44 para o 45**

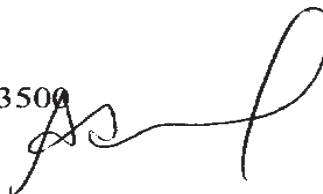
1. Fabíola Nazareth Lavinias Pessoa – 55120
2. Leila Adeli Perilli Vallim – 55107
3. Maria Celeste José Ribeiro - 51886
4. Maria Cristina Maia Pereira Mendes – 53366
5. Maria Izete de Araújo – 53380
6. Victor Hugo Vieira Moura – 55132

**. Especialidade: Tradução e Interpretação****Do padrão 44 para o 45**

1. Maria Isabel de A. F. Bandeira Taveira – 52039
2. Miguel Araújo de Matos - 51977

**. Especialidade: Contabilidade****Do padrão 44 para o 45**

1. Antônio Ariuton Batista Neto – 53494
2. Conceição de Maria Coelho da Silva – 53196
3. Delba Gomes Alves - 53135
4. José de Ribamar Cipriano da Silva - 53147
5. Lindomberto Nogueira Lyra – 53111
6. Lucineide Soares da Silva – 53445
7. Márcia Regina Dias da Silva – 53184
8. Nilzélia Ramos Campeche – 53159
9. Olivan Duarte de Almeida – 53305
10. Paulo Guilherme Medeiros da Silva Luz – 53500



**. Especialidade: Contabilidade (continuação)****Do padrão 44 para o 45**

11. Plínio Eduardo Monteiro de Castro – 53172
12. Zaneth Nazaré de Oliveira Araújo - 53123

**. Especialidade: Medicina****Do padrão 43 para o 44**

1. Leila Regina Ribeiro Mesquita - 55065
2. Paulo Nery Teixeira Rosa - 55119

**Do padrão 44 para o 45**

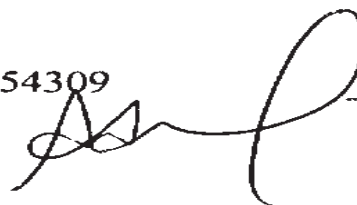
1. Afonso da Rocha Campos – 54875
2. Antoinette Oliveira Blackman — 53457
3. César Luiz Gonzales da Silva - 53378
4. Cristiane Maria A Batista Ferreira – 54929
5. Elizabeth Oliveira Rosa e Silva – 54887
6. Jeanne Alves de Souza Mazza – 54930
7. Marco Antônio de Oliveira Carneiro – 55089
8. Mônica Maria Bastos Hubinger Tokarnia – 54899
9. Oswaldo Moreira da Silva Júnior – 54863
10. Selenia Paula Innecco – 54942

**. Especialidade: Enfermagem****Do padrão 44 para o 45**

1. Maria da Silva Caetano – 55016
2. Maria Lourdes Ribeiro de Melo – 51904
3. Sueli do Carmo Pacheco de Oliveira – 51485

**. Especialidade: Comunicação Social****Do padrão 42 para o 43**

1. Cláudia Rangel Gonçalves Carneiro – 55510
2. Fábio Henrique Castro Guimarães - 55508
3. Iara Guimarães Altafin – 55521
4. Rafael Costa de Faria – 55491
5. Sylvio Augusto de Oliveira Guedes – 54309



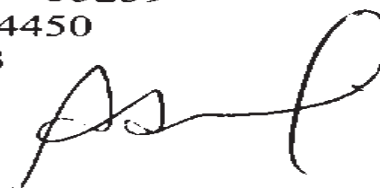


**.Especialidade: Comunicação Social****Do padrão 43 para o 44**

1. Cefas Gonçalves de Siqueira – 55480
2. Gustavo Brito Portal e Silva – 55296
3. José Carlos Sigmaringa Seixas – 53998
4. Lucyana Maria Araújo de Moraes Vega - 55442
5. Luiz Carlos Santana de Freitas – 55284
6. Max Fabiano Barros Gomes - 54401
7. Romolo Mazzocante Júnior – 54127
8. Silvia Castanheira Oddone – 55478
9. Sonibel Pastrana Pereira Rabelo – 55454

**Do padrão 44 para o 45**

1. Adriano Rodrigues de Faria – 54152
2. Alcebíades Muniz Neto – 54437
3. Aluizio Tadeu de Oliveira - 54255
4. Ana Lúcia Coelho Romero Novelli – 54000
5. Ana Luzia Silveira – 43051
6. André Ricardo Nunes Martins – 54978
7. Andréa Valente da Cunha – 53962
8. Ângela Silva Brandão – 54371
9. Armando Sobral Rollemberg – 54413
10. Assis Antônio Pereira Medeiros – 54991
11. Bruno Lourenço Reis – 54231
12. Carlos Augusto Setti – 54103
13. César Mendes Pereira – 54530
14. Cláudia Moema de Medeiros Lemos – 53974
15. David Ricardo Varchavsky – 54036
16. Denise Resende Costa – 55090
17. Deraldo Rodrigues Goulart – 54267
18. Edna de Souza Carvalho – 54050
19. Érica Jandira Ceolin Silva – 54280
20. Érica Leal Trezzi – 53986
21. Erothildes Ananias de Medeiros – 54220
22. Francisco Etelvino Biondo – 54589
23. Francisco Tadeu Gardesani Luz – 54012
24. George Rodrigues Cardim - 54097
25. Ilana Trombka – 54115
26. Ivan Lopes de Godoy – 54395
27. Jefferson Luis Colombo Dalmoro - 55259
28. João Carlos da Silva Teixeira – 54450
29. José Eduardo Cruz Leão – 55223

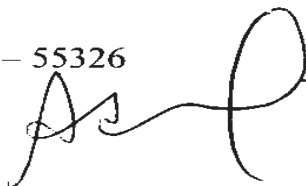


**.Especialidade: Comunicação Social (continuação)****Do padrão 44 para o 45**

30. José Paulo Nunes Cordeiro Tupynambá – 54425
31. Juliana Maria Guaracy Rebelo – 54670
32. Júnia Cláudia Gondim Melo - 55181
33. Larissa Bortoni Dias - 54164
34. Laura Fonseca de Mello e Souza – 54243
35. Luciana Rodrigues Pereira – 54218
36. Luis Carlos Alencar Fonteles - 55247
37. Marba Rosângela Teixeira Furtado - 54176
38. Márcia Yukiko Matsuuchi Duarte – 54048
39. Marco Antonio Araújo Malachias - 55170
40. Marco Antônio Pereira dos Reis – 54085
41. Marcos Dantas de Moura Magalhães – 54139
42. Maria Cristina Silva Monteiro – 54966
43. Mariuza Maria Pereira Vaz – 54279
44. Maurício de Albuquerque Melo Júnior - 55260
45. Maurício Ribeiro de Santi – 54061
46. Mônica Villela Motta e Silva – 49958
47. Myrian Violeta Cavaleiro – 54346
48. Nara do Carmo Lima Ferreira – 54292
49. Nelson Luiz de Oliveira – 54954
50. Nilo Amaro Bairros dos Santos – 54073
51. Patrícia de Novaes Silva -- 54140
52. Paulo Sérgio da Silva Azevedo - 55193
53. Renata Teles de Paula – 54360
54. Roberta Figueiredo de Abreu Cruz - 55272
55. Roberto Homem de Siqueira – 54310
56. Silvia Del Valle Gomide – 54383
57. Simone Regina Maia Franco - 55235
58. Valéria Ribeiro Silva Franklin Almeida – 54980
59. Valter de Azevedo Gonçalves Júnior - 55200
60. Virgínia Malheiros Galvez – 54190
61. Vladimir Aparecido Apinoza – 54358
62. Walesca Borges da Cunha e Cruz - 55211

**CATEGORIA FUNCIONAL: ADVOGADO DO SENADO FEDERAL****. Especialidade: Advogado****Do padrão 43 para o 44**

1. Sérgio Paulo Lopes Fernandes – 55326



**. Especialidade: Advogado****Do padrão 44 para o 45**

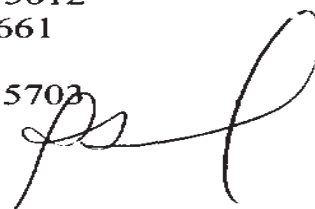
1. Alberto Machado Cascais Meleiro – 53275
2. Andréa de Souza Maciel Pires – 53251
3. Asael Souza – 53287
4. Helena Pereira Guimarães - 53860
5. Hélio Rodrigues Figueiredo Júnior – 53240
6. José Alexandre Lima Gazineo – 53330
7. José Expedito de Andrade Fontes – 55314
8. Shalom Einstoss Granado – 53871

**- CATEGORIA FUNCIONAL: CONSULTOR LEGISLATIVO****. Especialidade: Consultoria e Assessoramento Legislativo****Do padrão 41 para o 42**

1. Aurélio Hauschild – 55960
2. Bruno Dantas Nascimento – 56069
3. Clarita Costa Maia – 55831
4. Cláudio Araújo Reis – 56148
5. Cláudio Borges dos Santos – 56070
6. Cláudio Demczuk de Alencar - 55958
7. Fernando Álvares Correia Dias – 55983
8. Gustavo Henrique Fideles Taglialegna – 55843
9. José Dantas Filho – 55946
10. Leonardo Garcia Barbosa – 56008
11. Luiz Renato Vieira – 56094
12. Mário Lisboa Theodoro – 56124
13. Paulo Fernando Mohn e Souza – 56112
14. Ricardo Nunes de Miranda – 56082
15. Rogério de Melo Gonçalves – 56100
16. Tarciso Dal Maso Jardim – 55971
17. Túlio Augusto Castelo Branco Leal – 55995
18. Vicente Costa Pithon Barreto – 56136

**Do padrão 42 para o 43**

1. Carlos Alexandre Amorim Rocha – 55600
2. Carlos Henrique Rubens Tomé Silva – 55648
3. Cláudia Cristina Pacheco Moreira – 55612
4. Dário Alberto de Andrade Filho – 55661
5. Edmundo Montalvão – 55715
6. Fabiano Augusto Martins Silveira – 55703



**.Especialidade: Consultoria e Assessoramento Legislativo (continuação)****Do Padrão 42 para o 43**

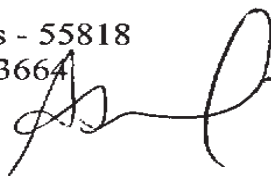
7. Fernando Boarato Meneguim – 55594
8. Fernando Lagares Távora – 55533
9. Gisele dos Santos Abbadia – 55650
10. Humberto Lucena Pereira da Fonseca – 55739
11. Jarbas Barbosa da Silva Júnior – 55776
12. Joanisval Brito Gonçalves – 55577
13. João Antônio Cabral de Monlevade – 55740
14. Leandro Vieira Silva – 55673
15. Luiz Alberto dos Santos – 55764
16. Luiz Fernando Fauth – 55624
17. Március Fabiani Barbosa de Souza – 55570
18. Marcos Antônio Kohler – 55569
19. Renato Friedmann – 55582
20. Renato Monteiro de Rezende – 55727
21. Roberta Maria Correia de Assis – 55685
22. Roberto Sampaio Contreiras de Almeida – 47251
23. Sebastião Moreira Júnior – 55697
24. Tiago Ivo Odon – 55820
25. Victor Carvalho Pinto – 55636

**- CATEGORIA FUNCIONAL: CONSULTOR DE ORÇAMENTOS****. Especialidade: Consultoria e Assessoramento em Orçamentos****Do padrão 41 para o 42**

1. Helena Assaf Bastos – 56010
2. José Amadeu Cunha Gomes – 56021
3. José de Ribamar Pereira da Silva – 56033
4. Luis Otávio Barroso da Graça – 55545
5. Maurício Ferreira de Macedo - 56045
6. Paulo Roberto Alonso Viegas – 56057
7. Renato Jorge Brown Ribeiro – 55855

**Do padrão 42 para o 43**

1. Nilton César Rodrigues Soares - 55818
2. Tarcísio Barroso da Graça – 53664



**- CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO LEGISLATIVO****. Especialidade: Administração****Do padrão 29 para o 30**

1. Antônio Ricardo Malta de Azevedo – 51643
2. José Olivar Campos da Silva – 52052
3. Silvana Sampaio de Oliveira – 51783

**. Especialidade: Segurança****Do padrão 28 para o 29**

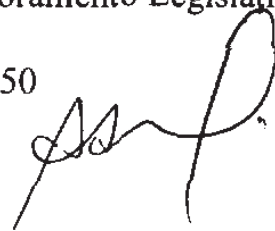
1. Francisco Henrique Martins Damaso – 50699
2. Munir Abou Said – 52672

**. Especialidade: Segurança****Do padrão 29 para o 30**

1. Danilo Rurik Periquito Sad - 50468
2. Luis Fernando Pires Machado - 51606

**CONCEITO INSUFICIENTE – PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDADE  
A PARTIR DE 01.01.2007****. CATEGORIA FUNCIONAL: Consultor Legislativo****. Especialidade: Consultoria e Assessoramento Legislativo**

- 1 - Gisele dos Santos Abbadia - 55650





**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1600 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor MARIO SOLON RIBEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 41480, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC07, da Subsecretaria de Pessoal Ativo, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC06, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 01 de agosto de 2006.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006



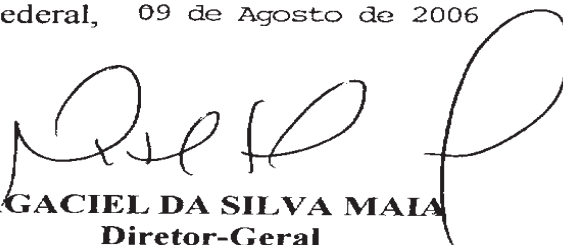
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1601 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor WASHINGTON LUIZ REIS DE OLIVEIRA, matrícula 43350, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC06, da Secretaria de Recursos Humanos, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC07, do Serviço de Avaliação de Desempenho da Subsecretaria de Pessoal Ativo, a partir de 01 de agosto de 2006.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1602 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002433/03-6,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PEDRO ROBERTO ROCHA**, matrícula n.º 171211, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1603 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.889/06-3,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PATRÍCIA DE PAULA LEITE**, matrícula n.º 164449, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, a partir de 1º de agosto de 2006.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1604 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012067/06-7**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BIANCA FLAUZINO FERRO**, matrícula n.º 193036, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1605 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010908/06-4**,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSANA MARIA BATISTA DE PRADO OLIVEIRA**, matrícula n.º 171065, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Primeira Secretaria, a partir de 30 de junho de 2006.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1606 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012116/06-8**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RUBENS VUOLO FILHO**, matrícula n.º 192615, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1607 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012071/06-4**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIA GARDENNY MENDES PEREIRA**, matrícula n.º 154602, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador João Alberto Souza, a partir de 07 de agosto de 2006.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 1608 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009051/06-6,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1026, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3499, de 12/06/2006, que nomeou **PEDRO DE PAULA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1609 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010255/06-0,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1226, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3512, de 30/06/2006, que nomeou **ANNIE IVY FERREIRA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Heloísa Helena, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1610 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **012142/06-9**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, do servidor **AUGUSTUS RODRIGUES GOMES**, matrícula n.º 168200, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1611 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **012143/06-5**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA DAS DORES GONÇALVES FERREIRA**, matrícula n.º 162908, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1612 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011.890/06-1**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LAIS HELENA NAYA ZOGBI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1613 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012070/06-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LYGIA BOGÉA PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Alberto Souza.

Senado Federal em 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1614 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **CASSIO MURILO ROCHA**, matrícula nº 52209, e **GIOVANI PEREIRA DO AMARAL**, matrícula nº 50730, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002493/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006

Elaborado por  
Noêmia Santos

Revisado por  
Roberto Oliveira

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1615 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **ROGÉRIO BRAGA DE FEGUEIREDO**, matrícula nº 30445, e **NARCISO MORI JÚNIOR**, matrícula nº 40803, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 012054/06-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006.

Elaborado por  
Noêmia Santos

Revisado por  
Roberto Oliveira

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1616 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **CARLOS ROBERTO STUCKERT**, matrícula nº 33628, e **ADERSON P. DE ALENCAR FILHO**, matrícula nº 46131, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 012053/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006.

Elaborado por  
Noêmia Santos

Revisado por  
Roberto Oliveira

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1617 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **JOÃO HENRIQUE PEDERIVA**, matrícula nº 53706, e **PAULO ROBERTO ALONSO VIEGAS**, matrícula nº 56057, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 011281/06-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006.

Elaborado por  
Noêmia Santos

Revisado por  
Roberto Oliveira

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1618 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **JOÃO HENRIQUE PEDERIVA**, matrícula nº 53706, e **PAULO ROBERTO ALONSO VIEGAS**, matrícula nº 56057, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 011325/06-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006.

Elaborado por  
Neênia Santos

Revisado por  
Roberto Oliveira

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1619 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

**RESOLVE**

designar o servidor **RICARDO VARGAS**, matrícula nº 18410, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 1º de junho de 2006.

Senado Federal, 09 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

## ***ATO DO DIRETOR-GERAL***

### ***Nº 1620, DE 2006***

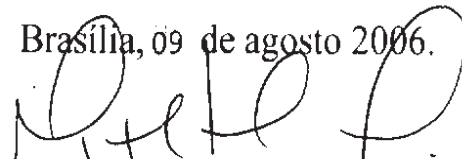
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no artigo 30 da Resolução nº 42, de 1993, **RESOLVE**:

Art. 1º - Aos servidores do Quadro da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN que cumpriram o interstício e demais requisitos do Plano de Carreira dos servidores do Senado Federal (Resolução nº 42/93) e do Ato nº 05/95 da Comissão Diretora do Senado Federal, é concedida a promoção de um padrão no mesmo nível, por mérito ou antiguidade, na forma do anexo deste Ato.

Art. 2º - As promoções a que se refere o artigo anterior terão seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 09 de agosto 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ANEXO AO ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1620, de 2006**

Servidores promovidos por **MÉRITO**, a partir de 1º de janeiro de 2006, em razão de terem obtido conceito “suficiente” na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2006, referente ao interstício com início em 01/01/2005 a 31/12/2005:

**CATEGORIA FUNCIONAL:**  
**ANALISTA DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA**  
**CONCEITO: SUFICIENTE**

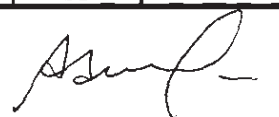
MAT.	NOME	PROMOÇÃO	
		DE	PARA
105470	EDUARDO PEREIRA DA SILVA	44	45
105482	OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO	44	45
105494	JOÃO JORGE SQUEFF	44	45
105500	JOÃO ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA	44	45
105512	LUIZ FLÁVIO BRANTD DE M. E SILVA	44	45
105524	JOSÉ COELHO ÁVILA	44	45
105536	BERNARDO BRENICCI	44	45
105548	SUSSUMU ERNESTO UAMADA	44	45
105550	VICTÓRIA MARIA DE FREITAS M. GIBALLI	44	45
105573	JADER DULENS SANTOS	44	45
105585	PEDRO AUGUSTO DE MENEZES PEREIRA	44	45
105597	RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO	44	45
105603	MARCO ANTÔNIO MOTTA DE SOUZA	44	45
105615	LUIZ RICARDO COUTO BORGES	44	45
105627	ALEXANDRE FARIA DA FONSECA	44	45
105639	CLÁUDIO SILVA MIRANDA	44	45
105640	FERNANDO CICILIATI JUNIOR	44	45
105652	EDUARDO FERRAZ DOS SANTOS	44	45
105664	DANIELLE BELGA SEDLMAIER	44	45
105676	JOÃO ROBERTO DA CUNHA	44	45
105688	SÉRGIO ARTHUR PIRES FERREIRA DA SILVA	44	45
105690	LEILA MENEZES XAVIER	44	45

Elaborado por : Maria Goretti Bessa Castilho  
Conferido por: Karla Leite de Castro



**CATEGORIA FUNCIONAL:**  
**ANALISTA DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA**  
**CONCEITO: SUFICIENTE**

MAT.	NOME	PROMOÇÃO	
		DE	PARA
105822	GETULIO ALMEIDA DOS SANTOS	32	33
105834	ADRIANO GUIMARÃES CRUVINEL E PALOS	32	33
105846	MARIANA STUDART SOARES PEREIRA	32	33
105858	DANIEL AGOSTINHO DOS REIS JÚNIOR	32	33
105860	MARCO CÍCERO GOUVEIA	32	33
105871	ALEXANDRE COELHO BATISTA JÚNIOR	32	33
105883	BERKELEY ALVES FERREIRA	32	33
105901	KENY JOSÉ DE OLIVEIRA VILLELA	32	33
105913	MARCO TÚLIO DE CARVALHO	32	33
105925	MARCELO MARTINS TEIXEIRA	32	33
105937	ANDRÉA SOARES RODRIGUES	32	33
105949	WILTON JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	32	33
105950	JOÃO ARTUR MOTTA COIMBRA	32	33
105962	CACILDO SILVA	32	33
105974	MARIA DE LOURDES MIRANDA PEIXOTO	32	33
105986	ERNESTO WILHELMS NETO	32	33
106000	ANDRÉ FERRARI DE AQUINO	32	33
106024	JOSÉ AFONSO GONÇALVES BRAGA	32	33
106036	JOSÉ HUMBERTO BORGES	32	33
106048	CARLOS DE OLIVEIRA BRAVO	32	33
106050	CLEITON ALVES CAMARGO	32	33
106061	SANDRO MARCO FARIAS	32	33
106073	CARLOS ROBERTO VIEIRA SILVA	32	33
106085	JOSÉ HENRIQUE DOS REIS	32	33
106097	ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA	32	33
106103	CRISTIANE YURICO MIKI	32	33
106115	LUCIANO SILVEIRA CALDEIRA	32	33



**CATEGORIA FUNCIONAL:**  
**ANALISTA DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA**  
**CONCEITO: SUFICIENTE**

MAT.	NOME	PROMOÇÃO	
		DE	PARA
106127	JOÃO HENRIQUE GOUVEIA	32	33
106139	LÍGIA MARIA CAROBA	32	33
106140	MARIA DE FÁTIMA SOARES ROMARIZ	32	33
106152	KLEUBER ORLANDO RODRIGUES MATOS	32	33
106164	DENÍLSON MONTEIRO ROCHA	32	33
106176	HERALDO VIEIRA DA CONCEIÇÃO	32	33
106188	JOSÉ ANTÔNIO MACHADO SOARES	32	33
106206	JOSÉ MAURÍCIO NUNES MENDES	32	33
106218	FERNANDO SACHETTI	32	33
106220	NELSON TAMOTSU ICUMA	32	33
106231	ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO	32	33
106243	ÁLVARO FÁBIO DE OLIVEIRA LIMA	32	33
106255	ANÍBAL MOREIRA JÚNIOR	32	33
106267	DEVAIR SEBASTIÃO NUNES	31	32
106279	ANA LÚCIA DA SILVA	31	32

**CATEGORIA FUNCIONAL:**  
**TÉCNICO DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA**  
**CONCEITO: SUFICIENTE**

MAT.	NOME	PROMOÇÃO	
		DE	PARA
103540	GILBERTO PEDROSA DOS SANTOS	29	30

Brasília, 09 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
***Diretor-Geral***



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1621 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011335/06-8**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDER LUIZ LOURENÇO DA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 09 de Agosto de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1622 DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere, e tendo em vista o disposto no art. 3º, do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2006, **RESOLVE**:

Art. 1º – Ficam elevados, na forma do Anexo deste Ato, os valores fixados para emissão de empenhos e movimentação financeira, do Grupo de Natureza de Despesa – 4 – Investimentos, constante da Lei nº 11.306, de 2006 – Lei Orçamentária Anual - LOA, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e art. 76 da Lei nº 11.178, de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2006.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de agosto de 2006.



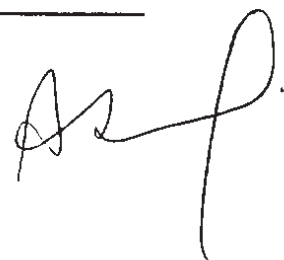
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL  
 UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO I DESCONTINGENCIAMENTO (ACRÉSCIMO)  
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									5.572.666
		PROJETO							
01 122	0551 7122	CONSTRUÇÃO DO ANEXO III							5.572.666
01 122	0551 7122 0101	CONSTRUÇÃO DO ANEXO III - EM BRASILIA - DF							5.572.666
			F	4	2	90	0	100	5.572.666
TOTAL - FISCAL									5.572.666
TOTAL - GERAL									5.572.666



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
**PFL** – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
**PFL** – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
**BLOCO-PT** – Roberto Saturnino\*  
**PRB** – Marcelo Crivella\*\*  
**PMDB** – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
**PMDB** – João Alberto Souza\*  
**PFL** – Edison Lobão\*\*  
**PFL** – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
**PMDB** – Luiz Otávio\*  
**BLOCO-PT** – Ana Júlia Carepa\*\*  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
**PFL** – José Jorge\*  
**PFL** – Marco Maciel\*\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*  
**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
**BLOCO-PL** – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Eduardo Azeredo\*\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
**PMDB** – Iris de Araújo\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Demóstenes Torres\*\*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
**PSDB** – Antero Paes de Barros\*  
**PFL** – Jonas Pinheiro\*\*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
**PMDB** – Pedro Simon\*  
**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
**PSDB** – Luiz Pontes\*  
**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
**PMDB** – Ney Suassuna\*  
**PFL** – Efraim Morais\*\*  
**PMDB** – José Maranhão\*\*

**Espírito Santo**  
**PSDB** – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PL** – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
**PMDB** – Alberto Silva\*  
**PFL** – Heráclito Fortes\*\*  
**PMDB** – Mão Santa\*\*

**Rio Grande do Norte**  
**PTB** – Fernando Bezerra\*  
**PMDB** – Garibaldi Alves Filho\*\*  
**PFL** – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
**PFL** – Jorge Bornhausen\*  
**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*\*  
**PSDB** – Leonel Pavan\*\*

**Alagoas**  
**P-SOL** – Heloísa Helena\*  
**PMDB** – Renan Calheiros\*\*  
**PSDB** – João Tenório\*\*<sup>S</sup>

**Sergipe**  
**PFL** – Maria do Carmo Alves\*  
**PMDB** – Almeida Lima\*\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
**PMDB** – Gilberto Mestrinho\*  
**PSDB** – Arthur Virgílio\*\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
**PSDB** – Alvaro Dias\*  
**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*\*  
**PDT** – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
**BLOCO-PT** – Tião Viana\*  
**PMDB** – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
**PSDB** – Juvêncio da Fonseca\*  
**PTB** – Antônio João\*\*<sup>S</sup>  
**PMDB** – Ramez Tebet\*\*

**Distrito Federal**  
**PTB** – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
**PDT** – Cristovam Buarque\*\*  
**PFL** – Paulo Octávio\*\*

**Tocantins**  
**PSDB** – Eduardo Siqueira Campos\*  
**BLOCO-PL** – João Ribeiro\*\*  
**PC do B** – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
**PMDB** – José Sarney\*  
**PMDB** – Gilvam Borges\*\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
**PMDB** – Amir Lando\*  
**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*  
**PDT** – Augusto Botelho\*\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\* : Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**



## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

# 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

# CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho <sup>4</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) <sup>3</sup>		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges <sup>2</sup>	AP	1717
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko <sup>2</sup> (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
<b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

<sup>4</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

## **CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

### **01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### **02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

### **03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### **04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

### **05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
------------------	-----------------

#### **BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

#### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

#### **PDT**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

#### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
------------------	-----------------

#### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

#### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

#### **PTB**

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

#### **PL**

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

#### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 9.6.2006

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

### **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS**